



# Relatório Anual

Annual Report

ANO FINANCEIRO  
FINANCIAL YEAR

20  
14

No caminho da estabilidade de  
Towards a stable **Timor-Leste**



# Relatório Anual

Annual Report

**ANO FINANCEIRO**  
**FINANCIAL YEAR**

**20**  
**14**

# Índice

## Apresentação

2 

## 1 Evolução da Economia internacional

6 

<b>Economia mundial e Asiática</b>	8	<b>Quadro económico no espaço asiático</b>	13
O crescimento económico nas principais economias	8	<b>Canais de transmissão para Timor-Leste</b>	16
A evolução da inflação nas principais economias	9	Inflação importada	17
Mercados de commodities	10	Mercados energéticos e as receitas petrolíferas	20
Mercados financeiros de referência	11	Mercados financeiros e o fundo petrolífero	22

## 2 Evolução recente da economia nacional

26 

<b>Produção: actividade económica</b>	28	<b>Receita Pública</b>	41
<b>Preços e inflação</b>	32	<b>Despesa Pública</b>	43
<b>Balança de Pagamentos</b>	34	<b>Desenvolvimento monetários e financeiros</b>	46
Exportações	38	Desenvolvimento do Sistema bancário	51
Importações	38	<b>Conclusão</b>	55
<b>Finanças públicas</b>	40		

## 3 O BCTL: Missão e mandato principal, organização e governação, e actividades

56 

<b>Principais mandatos e funções</b>	58	<b>Box1. Implementação do Plano Diretor de desenvolvimento do setor financeiro em Timor-Leste</b>	71
<b>Organização e governação do BCTL</b>	59	Projeto de agências de actividades bancárias sem filiais	79
<b>As actividades do BCTL em 2014</b>	60	Projeto de esquema de garantia de crédito	79
<b>Sistema de Pagamentos</b>	63	Seguradoras	79
Arranjos quanto ao uso do dinheiro como meio de pagamento	63	Gestão do Fundo Petrolífero	80
<b>Importação e exportação de moeda</b>	66	Reforço institucional	81
<b>Estratégia de desenvolvimento do sistema nacional de pagamentos</b>	67	Pessoal e programa de formação	82
Rede de Transferências em Tempo Real (R-Timor)	67	Relações externas	85
<b>Sistema financeiro e serviços bancários</b>	70	<b>Box2. Plano de Acção do BCTL para 2015</b>	86
Licenciamento e regulação do sistema financeira	70	<b>Organização interna do BCTL</b>	92

## 4 Informações financeiras

94 

<b>Declaração de conformidade</b>	95	<b>Quadro de Cashflows</b>	99
<b>Balanço</b>	96	<b>Notas às contas</b>	100
<b>Conta de exploração</b>	97	<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	131
<b>Declaração sobre alteração do capital social</b>	98		

# Index

## Introduction

2 

## 1 International macroeconomic developments

6 

<b>Global and Asian Economies</b>	8	<b>Asian macroeconomic review</b>	13
Economic growth in major economies	8	<b>Canais de transmissão para Timor-Leste</b>	16
Inflation trends in major economies	9	Imported inflation	17
Commodities markets	10	Energetic markets and oil revenues	20
Main Financial markets	11	Financial markets and the petroleum fund	22

## 2 Recent developments for the national economy

26 

<b>Production: economic activity</b>	28	<b>Receita Pública</b>	41
<b>Prices and inflation</b>	32	<b>Despesa Pública</b>	43
<b>Balance of payments</b>	34	<b>Financial and monetary development</b>	46
Imports	38	Banking sector development	51
Exports	38	<b>Conclusão</b>	55
<b>Public finances</b>	40		

## 3 The BCTL: Mission and core mandate, organization and governance, and activities

56 

<b>Principal mandates and functions</b>	58	<b>Box1. Implementation of Master Plan for Financial Sector Development in Timor-Leste</b>	71
<b>Organization and governance of BCTL</b>	59	Agent Branchless Banking Project	79
<b>The BCTL activities in 2014</b>	60	Credit Guarantee Scheme project	79
<b>Payment System</b>	63	Insurance Sector	79
Payments and settlement system arrangements	63	Petroleum Fund management	80
<b>Importation and exportation of Cash</b>	66	Institutional strengthening	81
<b>National Payments System Development Strategy</b>	67	Personnel and training program	82
<b>Rede de Transferências em Tempo Real (R-Timor)</b>	67	External Relations	85
<b>Financial system and banking services</b>	70	<b>Box2. BCTL action Plan for 2015</b>	86
Licensing and Regulation of financial system	70	<b>Internal organization of the BCTL</b>	92

## 4 Informações financeiras

94 

<b>Declaração de conformidade</b>	95	<b>Quadro de Cashflows</b>	99
<b>Balanço</b>	96	<b>Notas às contas</b>	100
<b>Conta de exploração</b>	97	<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	131
<b>Declaração sobre alteração do capital social</b>	98		

# Apresentação

Este Relatório anual sintetiza e apresenta a evolução económica nacional e internacional em 2014, assim como o conjunto de actividades desenvolvidas pelo Banco Central de Timor-Leste (BCTL), ao longo do ano. A Lei Orgânica do Banco Central estabelece a responsabilidade do Banco Central face ao Presidente da República, Parlamento Nacional, Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, quanto à submissão do seu relatório anual. O relatório é composto por duas grandes partes, designadamente, a análise do panorama económico nacional e internacional e a apresentação do relatório de actividades do Banco, incluindo também a informação financeira relevante.



A economia mundial manteve-se robusta em 2014, com o destaque para a aceleração dos níveis de crescimento económico nas economias mais avançadas, liderados pelo E.U.A., que compensou o ligeiro abrandamento das economias emergentes. Para 2015 e 2016, prevê-se uma ligeira aceleração do crescimento económico mundial, sustentada pela boa performance de ambos os blocos económicos. Note-se, porém, que algumas das principais economias mundiais, como a Zona do Euro e o Japão continuam a registar níveis de subemprego significativos, e cuja recuperação económica, desde 2008, não foi forte o suficiente para recuperar o dinamismo nestes blocos. Nas economias emergentes, é natural esperar-se um gradual e ligeiro abrandamento económico nos próximos anos, sobretudo no que se refere à China, depois dos elevados ritmos de crescimento do PIB e dos níveis de endividamento, registados desde 2008 até agora.

A economia Norte-Americana tem sido a estrela da economia mundial, com a taxa oficial de desemprego a diminuir substancialmente em 2014 e a economia a registar níveis de crescimento significativos. Esta performance levou a que o respectivo Banco Central, o FED, tenha finalizado o programa de compra de activos em larga escala e anunciado que espera começar, em breve, na medida do possível, um novo ciclo de subida das taxas de juro de referência.

Em termos dos mercados financeiros internacionais, são de se destacar dois desenvolvimentos relevantes, designadamente, a apreciação do dólar face a generalidade das divisas mundiais e a descida substancial dos preços internacionais das matérias-primas, particularmente relevante para Timor-Leste, no que se refere ao preço do petróleo. A apreciação do dólar foi sustentada pela robusta performance económica dos EUA em 2014, face aos principais blocos mundiais e aumento da possibilidade de início do ciclo de subida de taxas de juro por parte do FED. No que se refere à descida do preço das matérias-primas, as causas geralmente apontadas relacionam-se com um abrandamento da procura agregada mundial dos vários bens, assim como um aumento substancial dos excessos de oferta das várias matérias-primas, fruto dos investimentos realizados nos últimos anos. A descida substancial do preço do petróleo, sobretudo no último trimestre de 2014, é particularmente negativa para o nosso país, visto que o preço do final do ano é substancialmente inferior à previsão do Governo para o cálculo do rendimento da riqueza petrolífera, inscrito no OGE de 2015.

No espaço económico Asiático, será de realçar que as economias da região se mantiveram robustas em 2014, beneficiando ainda da depreciação das respectivas divisas face ao dólar. Em geral, as várias economias continuam a apresentar posições externas bastante favoráveis, níveis de crescimento robustos e níveis de inflação controlados. A excepção, pela negativa, tem sido a economia da Indonésia, que tem vindo a registar níveis elevados de inflação, uma depreciação significativa da rupia face ao dólar e uma posição externa deficitária. Note-se ainda que a conjugação destes níveis controlados de inflação regional com a depreciação das moedas asiáticas face ao dólar se traduziu num desenvolvimento favorável para Timor-Leste, no sentido em que se reduziram as pressões inflacionistas externas para a nossa economia.

No que se refere à economia nacional, o BCTL estima que a economia tenha recuperado substancialmente em 2014, crescendo cerca de 8%, face ao abrandamento registado em 2013, ano em que se estima um crescimento anual inferior a 1%. Note-se que não são ainda conhecidas as estimativas das Contas Nacionais para 2013 e 2014, pelo que o BCTL apurou as suas estimativas com base num conjunto de indicadores avançados disponíveis para a economia nacional, seguindo um modelo desenvolvido internamente. Para 2015 e 2016, o BCTL continua a projetar níveis de crescimento económico próximos da média registada nos últimos anos, entre os 7 e 8%, numa base anual. Estas previsões continuam naturalmente dependentes da materialização de um conjunto de hipóteses, entre as quais se destacam: um aumento continuado dos gastos orçamentais e o crescimento dos níveis de investimento domésticos.

Numa perspectiva estrutural, ainda que a nossa economia tenha vindo a crescer robustamente desde 2008, é de se destacar que o crescimento do PIB foi esmagadoramente explicado pelo crescimento dos sectores da administração pública, serviços e construção civil. Os sectores da agricultura e pescas,

assim como a indústria transformadora, fundamentais na criação de emprego, têm registado taxas de crescimento anémicas, quanto muito, o que resultou numa perda expressiva de peso dos sectores no total do PIB. Esta evolução é mais uma prova de que a nossa economia continua excessivamente dependente da execução das políticas e programas orçamentais, que importa combater activamente, promovendo a diversificação da base económica e o incremento da produção nacional.

No que se refere à evolução dos preços em Timor-Leste, é de se assinalar a descida favorável dos níveis de inflação em 2014, face aos valores elevados registados nos 3 anos anteriores. A inflação média anual de 2014 avaliou-se em 0.5%, face à média anual de 11%, registada entre 2011 e 2013. Esta descida foi maioritariamente explicada pela redução das pressões inflacionistas externas, que, como já se referiu, decorreu da apreciação do dólar face as divisas asiáticas e descida de preços internacionais das matérias-primas, mas também pelo abrandamento do ritmo de crescimento da economia ao longo dos últimos 2 anos.

Em termos da actividade anual do BCTL, o Banco continua activamente empenhado em promover a estabilidade monetária e financeira, tendo desenvolvido iniciativas particularmente relevantes neste contexto. Uma das principais actividades desenvolvidas pelo BCTL durante o período foi o lançamento do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Setor Financeiro. Este Plano foi lançado oficialmente em 28 de Agosto de 2014. O Plano Diretor define um roteiro abrangente para o desenvolvimento do sector financeiro ao longo da década até 2025.

O BCTL também lançou, em 29 de Novembro 2014, a campanha de educação financeira. A campanha foi lançada em Dili, sob o patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República Sr Taur Matan Ruak que instituiu o dia 29 de Novembro como o Dia Nacional da Poupança. A primeira campanha nacional de sensibilização e educação financeira foi realizada em 6 Distritos.

No final de 2014, o BCTL, em conjunto com o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), trabalhou na elaboração do quadro jurídico para o correspondência bancária (Agent Banking). O BCTL realizou também um estudo estratégico abrangente do Sistema Nacional de Pagamentos de Timor-Leste, dos quais recomendou na necessidade do BCTL implementar um sistema de transferências automatizado (STA/ATS), cujo objetivo é o de facilitar os pagamentos em formato electrónico entre todos os bancos, incluindo o BCTL, bem como o Ministério das Finanças. O BCTL designou o STA como R-Timor, abreviatura de "Rede Transferência iha Momento real". O sistema foi projetado para aceitar e processar pagamentos em formato electrónico entre os bancos.

O BCTL continuou a trabalhar com o Ministério das Finanças, bem como com o Comité Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero, de forma a manter uma posição activa e informada nas discussões continuadas sobre a estratégia de gestão do Fundo Petrolífero.

Banco continua a manter a sua aposta forte na formação do pessoal, afectando recursos financeiros significativos para este fim. Isto tem-se reflectido positivamente na qualidade do trabalho desenvolvido na instituição, reconhecidamente uma das que melhor funciona no país.

Finalmente e como vem sendo usual, resta-me, como Governador do BCTL, agradecer a todos os funcionários do Banco Central, aos nossos parceiros de actividade ou interlocutores em vários momentos, que continuaram a contribuir activamente para a consolidação do Banco Central e o desenvolvimento económico do nosso País.



**Abraão de Vasconcelos**  
Governador  
Dili, 28 de Abril de 2015

# 1

## Evolução da Economia Internacional

Este capítulo descreve sumariamente a evolução dos principais blocos económicos mundiais em 2014, assim como das economias dos parceiros económicos mais importantes de Timor-Leste, em conjunto com as tendências mais relevantes, para a nossa economia, dos mercados financeiros e de commodities mundiais.

Tomando por base esta sucinta descrição, o capítulo analisa depois os principais canais de transmissão da evolução externa e os desenvolvimentos da economia doméstica, extraindo as influências observadas em 2014 e as perspectivas esperadas para 2015.



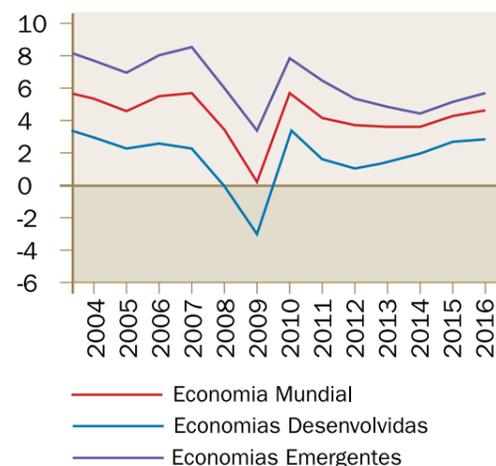
## Economia Mundial e Asiática

### O crescimento económico nas principais economias

A economia mundial continuou a recuperar em 2014 e deverá acelerar em 2015 e 2016....

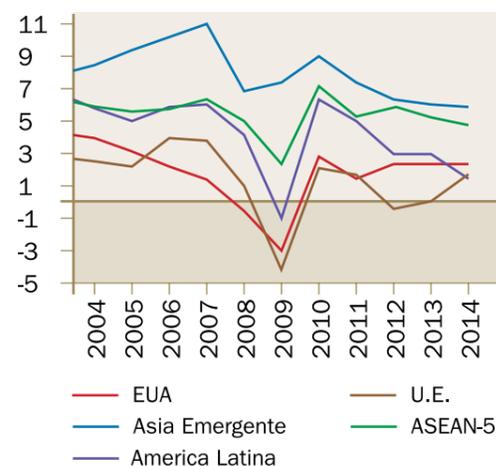
Em 2014, a economia mundial continuou a crescer (3.3%) em torno dos níveis registados nos últimos 2 anos, prolongando a recuperação económica da crise financeira mundial de 2008-2009. Em termos dos principais blocos, será de se salientar que o ritmo de crescimento das economias mais desenvolvidas acelerou, em 2014, para 1.8%, o que compensou a continuada desaceleração do crescimento das economias menos desenvolvidas (4.4% em 2014). Para 2015 e 2016, o FMI prevê uma nova aceleração da economia mundial, sustentada pelo dinamismo do crescimento de ambos os blocos económicos.

PIB – Crescimento %  
3 Blocos



Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2014

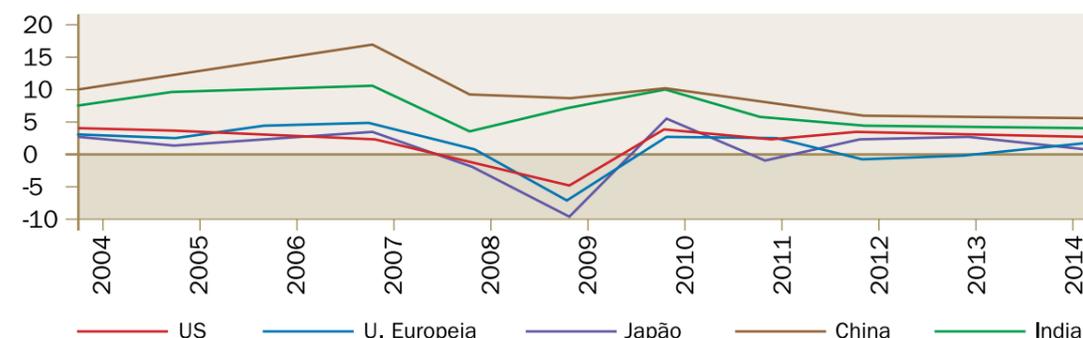
PIB – Crescimento %  
Regiões Seleccionadas



....enquanto as economias da ASEAN registaram uma ligeira desaceleração em 2014

Em termos de regiões, a Ásia Emergente e a África subsaariana continuaram a ser as que apresentaram maiores níveis de crescimento anuais (6.6 e 5.7%) e a União Europeia a região que menos cresceu em 2014 (1.4%). Contudo, é de se destacar a desaceleração do crescimento para o conjunto das 5 maiores economias da ASEAN e a ligeira recuperação da economia Europeia em 2014, face à estagnação de 2012 e 2013. Para 2015 e 2016, o FMI prevê uma aceleração dos níveis de crescimento para praticamente todas as regiões, sendo de destacar o optimismo para a economia dos E.U.A. e o grupo da ASEAN.

Taxa Crescimento % do PIB – 5 Maiores Economias



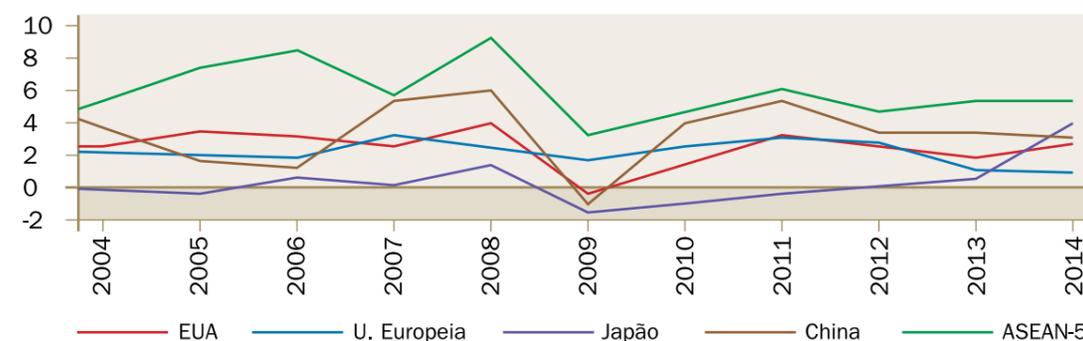
Por último, a comparação da performance economia das 5 principais economias mundiais – E.U.A., U.E., Japão, China e Índia - revela que as 2 maiores economias asiáticas continuaram a crescer substancialmente em 2014, embora a um ritmo menor do que na década anterior e que os E.U.A. continuaram a crescer mais rápido do que a União Europeia e o Japão. Em linha com o optimismo já referido do FMI, estas economias deverão registar novo aceleração dos ritmos de crescimento em 2015 e 2016, com excepção da economia chinesa, que se prevê continuar a linha de gradual desaceleração e rebalanceamento sectorial registada em 2014.

### A evolução da inflação nas principais economias

No que diz respeito à evolução dos preços em 2014, é de se salientar, sobretudo, a descida substancial da inflação, e respectivas expectativas, na União Europeia, para um valor significativamente abaixo da referência de longo prazo de 2% e, por outro lado, o aumento da inflação anual no Japão, para o nível mais alto dos últimos 20 anos. As economias asiáticas, particularmente do bloco da ASEAN, continuaram a exibir taxas de inflação elevadas em 2014, tendo a economia China mantendo as pressões inflacionistas controladas.

A inflação permaneceu anémica nas principais economias mundiais, destacando-se a descida substancial na área do Euro.....

Taxas de Inflação % ano - 5 Economias Seleccionadas



Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2014



.... devido à perpetuação dos elevados níveis de subemprego e descida do preços internacionais das commodities

A descida da inflação na U.E. deve-se sobretudo ao nível anémico do crescimento das economias europeias nos últimos 3 anos, que resultou no subemprego de recursos e força de trabalho e, conseqüentemente, em pressões negativas em termos dos níveis de preços. Esta tendência preocupante justificou a tomada de medidas de política monetária mais radicais pelo BCE, já no princípio de 2015, que anunciou a implementação de um substancial programa de compra de títulos obrigacionistas europeus, à semelhança do “quantitative easing” lançado pelo FED. O Japão assistiu, pela primeira vez em largos anos, a taxas de inflação positivas em 2014, que resultaram do alargamento exponencial do programa de compra de activos pelo banco do Japão e da respectiva depreciação do iene nos mercados internacionais.

Em suma, 2014 ficou marcado pela continuidade do controlo das pressões inflacionistas nos principais blocos económicos mundiais, que resultou, para além do ligeiro abrandamento do crescimento económico nas economias em desenvolvimento e da perpetuação dos níveis de subemprego nas economias mais avançadas, da estabilidade e, até mesmo, descida dos preços das “commodities” nos mercados internacionais.

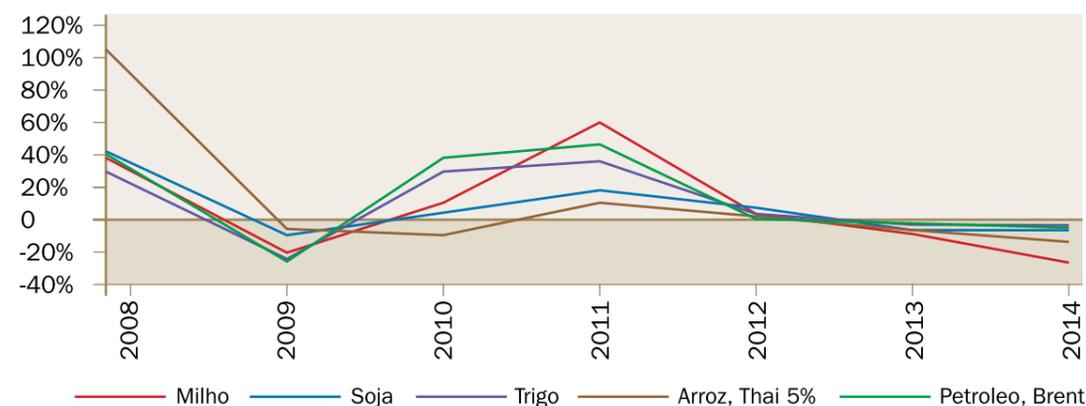
### Mercados de Commodities

Nos mercados de commodities, 2014 ficou marcado pela descida generalizada dos preços dos bens alimentares, energéticos e metais industriais. Conforme se mostra em baixo, o preço de um conjunto de bens alimentares e do petróleo voltou a registar descidas médias anuais idênticas a 2009, ano marcado pelos efeitos recessivos da “Grande Crise Financeira”. A descida dos preços dos alimentos foi particularmente marcante na primeira metade do ano, enquanto que o preço do petróleo desceu substancialmente no 2o semestre do ano, particularmente no último trimestre (-31% em termos anuais). Tendo em conta que as principais economias mundiais apresentaram níveis de crescimento robustos em 2014, a descida dos preços das commodities poderá representar um efeito positivo sobre as principais economias importadoras deste tipo de produtos, suportando o respectivo crescimento económico. Pelo contrário, para as economias exportadoras destes bens, tipicamente países em vias de desenvolvimento, a descida dos preços internacionais representa um choque negativo sobre os seus rendimentos e, conseqüentemente, sobre as suas economias.

Os preços das matérias primas voltaram a descer....

.... suportando o crescimento dos países importadoras, ao contrário das economias exportadoras.

Preços das Principais Commodities - % variação anual



Fonte: Banco Mundial, Commodities Datasheet, Fevereiro 2015

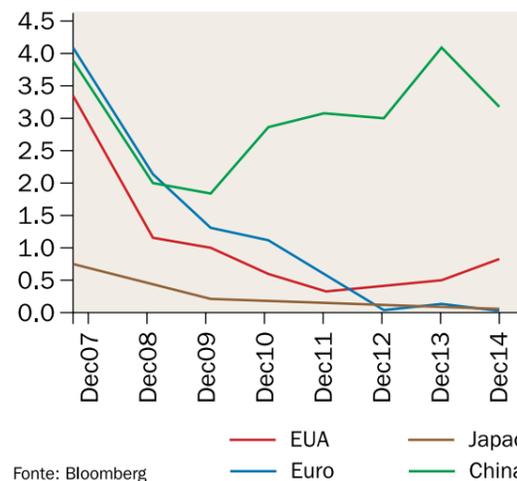
### Mercados Financeiros de Referência

Em termos de mercados financeiros, começamos por analisar a evolução dos principais mercados obrigacionistas, designadamente os de títulos do Tesouro, que permitem aferir a evolução, e expectativas de evolução, das políticas monetárias das várias economias, assim como dos respectivos ritmos de crescimento e expectativas inflacionistas. As taxas de juro a 2 anos, mais sensíveis as alterações de política monetária mostram uma clara divergência das políticas entre as 3 maiores economias mundiais, com os mercados a incorporarem gradualmente, em 2014, uma futura subida de taxas de política nos EUA e manutenção de taxas praticamente nulas na União Europeia e Japão. Por outro lado, as taxas de juro a 10 anos desceram na generalidade das economias, fruto da descida das expectativas inflacionistas mundiais, relacionada com o contexto deflacionário nos mercados de commodities mundiais. Note-se, porém, que as descidas destas taxas foram mais pronunciadas no caso das economias europeia e japonesa, cujo ritmo de crescimento anémico resultou na descida mais forte das expectativas de inflação e no fortalecimento da convicção de que as respectivas autoridades monetárias irão manter as políticas de estímulo económico durante bastante mais tempo que o FED.

As taxas de juro a 2 anos subiram nos EUA e mantiveram-se inalteradas na UE e Japão....

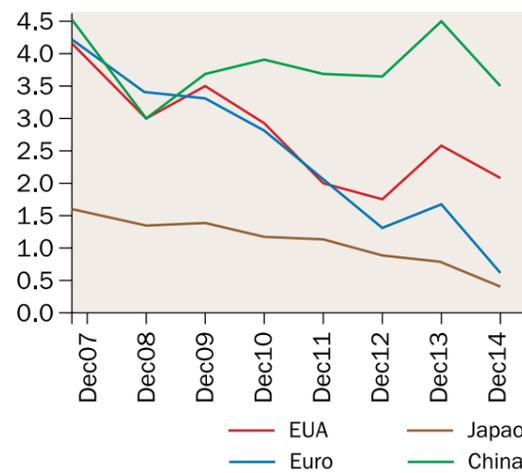


Taxas de Juro das Obrigações a 2 Anos



Fonte: Bloomberg

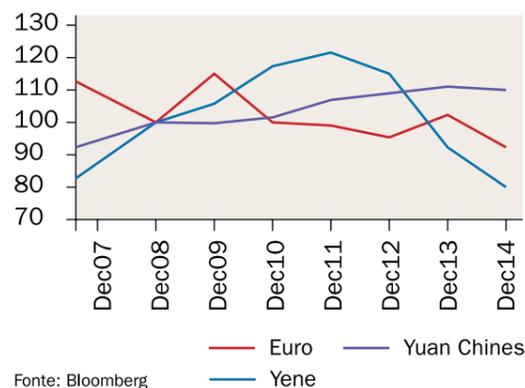
Taxas de Juro das Obrigações a 10 Anos



... o que resultou na apreciação do dólar norte-americano face ao euro e iene

Naturalmente, a evolução dos mercados obrigacionistas, em conjunto com os desenvolvimentos económicos já analisados, determinaram também grande parte dos desenvolvimentos registados nos principais mercados cambiais e accionistas mundiais. Por um lado, a divergência das expectativas de política monetária entre os EUA e o Japão e U.E. ajudaram a justificar a apreciação do dólar norte-americano face ao euro e iene em 2014.

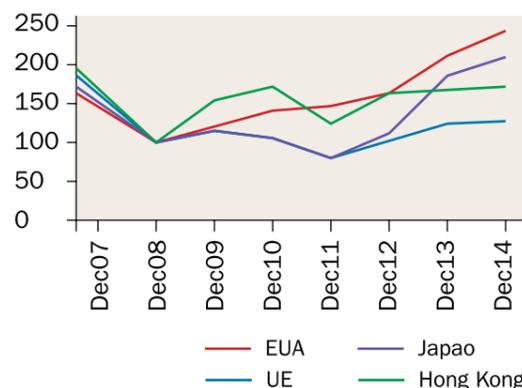
Principais Moedas face ao \$ Dólar EUA. 2008=100; descida implica depreciação



Fonte: Bloomberg

Os principais mercados accionistas mundiais registaram ganhos em 2014

Principais Índices Accionistas Mundiais. 2008=100



Por outro lado, note-se que o mercado accionista do EUA continuou a registar ganhos superiores aos dos restantes mercados, devido ao fortalecimento da recuperação económica norte-americana. No entanto, praticamente todos os principais mercados accionistas mundiais continuaram a registar ganhos em 2014, dada a recuperação ou estabilidade dos níveis de crescimento económico, ausência de choques macroeconómicos negativos e manutenção ou aprofundamento dos programas de estímulo monetário às respectivas economias.

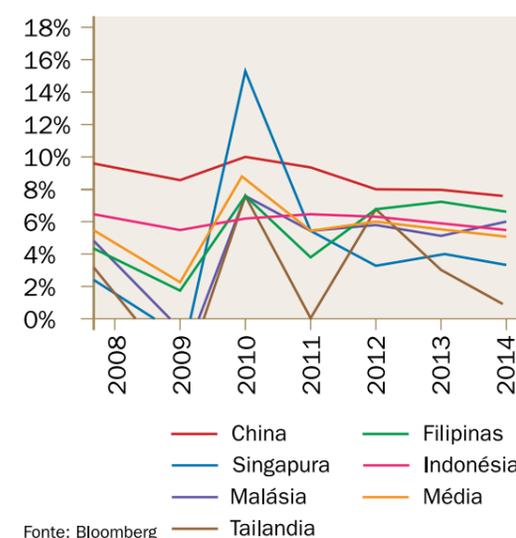
### Quadro Económico no Espaço Asiático

Depois de sintetizado o quadro macroeconómico das principais economias mundiais, será também relevante aprofundar a análise dos desenvolvimentos económicos no espaço Asiático, em particular da ASEAN, dado que os principais parceiros económicos de Timor-Leste se situam nesta região. A nossa análise incide, sobretudo, sobre as 5 maiores economias da ASEAN e a China, cuja economia assume cada vez maior relevância regional e mundial, porque são estes os principais parceiros da nossa economia. Por sua vez, destas 6 economias, a Indonésia é o principal parceiro de Timor-Leste, o que justifica alguns comentários específicos à sua evolução.

Em termos dos 2 principais indicadores macroeconómicos, crescimento do PIB e taxas de inflação, os níveis de crescimento mantiveram-se robustos na região em 2014, com a taxa média de crescimento a rondar os 5%, sendo, contudo, de destacar a desaceleração do crescimento na Tailândia e Singapura. No que se refere à inflação, em média, a região continuou a registar taxas da ordem dos 4%, sendo de destacar que a economia Indonésia continuou a manter um elevado nível de inflação, em grande parte, fruto da desvalorização da rupia face ao dólar.

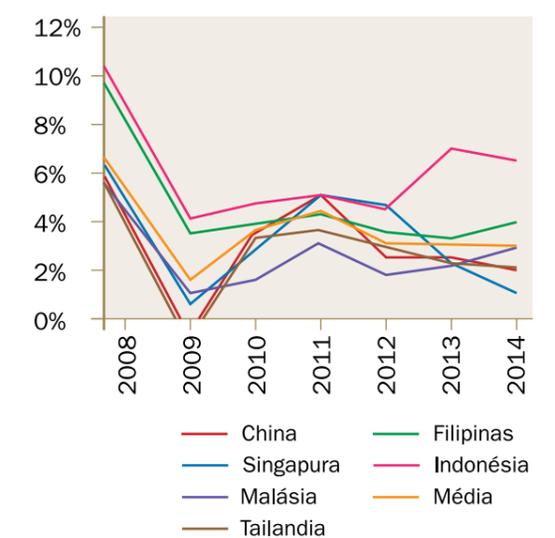
O crescimento económico na ASEAN manteve-se robusto, mas perdeu ritmo em 2014....

PIB - Taxas de Crescimento Anuais em %



Fonte: Bloomberg

Inflação - Taxas médias anuais em %



.... enquanto o nível da inflação continua moderado, com excepção da Indonésia.

Conclui-se, assim, que a manutenção do dinamismo económico na região em 2014, em conjunto com a depreciação das moedas regionais face ao dólar, continua a explicar a perpetuação de um moderado nível de inflação regional, embora se tenham reduzido as pressões inflacionistas mundiais, conforme se referiu anteriormente.

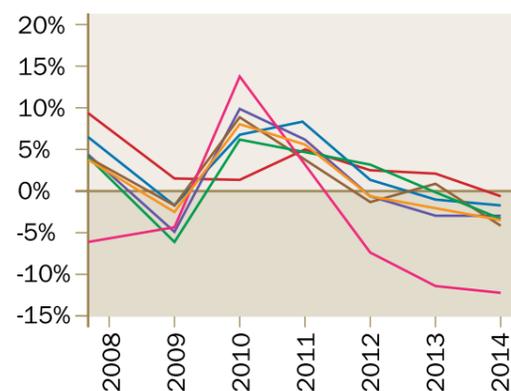
Registou-se ainda a depreciação das divisas regionais face ao dólar....

A evolução dos “drivers” macroeconómicos ajuda a explicar, como aliás também é explicada, pelos desenvolvimentos registados nos 2 principais mercados financeiros, o cambial e obrigacionista. Em termos cambiais, 2014 foi marcado pela ligeira depreciação generalizada das divisas regionais face ao dólar, resultante do anúncio de eliminação gradual das políticas monetárias expansionistas nos E.U.A., com particular destaque para a rupia indonésia, cuja queda foi explicada pela deterioração do saldo externo do país e pelo atraso na resposta do respectivo banco central ao aumento das pressões inflacionistas e depreciação da divisa.

No que se refere ao equilíbrio das contas externas e das contas públicas, podemos concluir que a maior parte dos parceiros continuou a manter excedentes externos substanciais em 2014, com excepção da Indonésia, que manteve constante o défice da conta corrente em -3%. Sendo a Indonésia um país exportador de matérias-primas, sobretudo energéticas e metais industriais, a descida dos preços internacionais destas “commodities” resultou num choque substancialmente negativo para a sua economia, exigindo políticas macroeconómicas restritivas mais fortes para conter o dinamismo da procura doméstica, corrigir o défice externo e conter a depreciação da rupia face ao dólar. Em termos dos saldos orçamentais, 2014 foi caracterizado pela manutenção de ligeiros défices públicos negativos na região, em torno dos níveis registados em 2013, da ordem dos -2%. As 2 excepções regionais continuam a ser Singapura, pela positiva e a Tailândia, pela negativa, cujo défice público ascendeu a -4% em 2014.

As contas externas mantiveram-se superavitárias, com a excepção da Indonésia

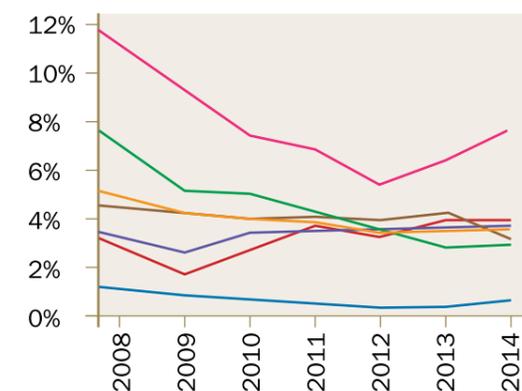
Taxas de Câmbio – Variação % face ao USD



China Filipinas  
Singapura Indonésia  
Malásia Média  
Tailândia

Fonte: Bloomberg

Taxas Obrigações do tesouro a 2 anos

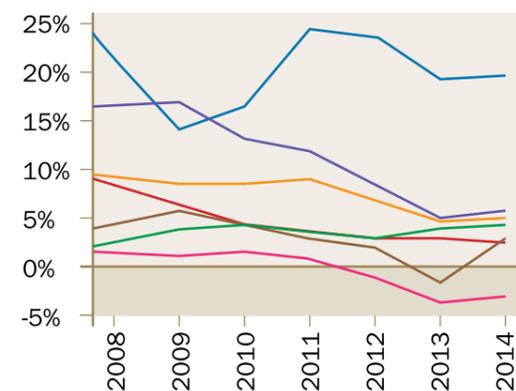


China Filipinas  
Singapura Indonésia  
Malásia Média  
Tailândia

.... com as taxas de juro a 2 anos estáveis, excepto a da Indonésia que voltou a subir

As taxas de juro dos mercados obrigacionistas, aqui representados com base nos títulos a 2 anos, mantiveram-se geralmente estáveis na região, constituindo a Indonésia a única excepção. No caso da Indonésia, as taxas de juro voltaram a aumentar em 2014, em função da subida das taxas directoras do banco central e da consolidação da expectativa da necessidade de futuras subidas para responder apropriadamente à depreciação da rupia e, simultaneamente, ao agravamento das expectativas inflacionistas, num contexto de perpetuação de um saldo externo negativo.

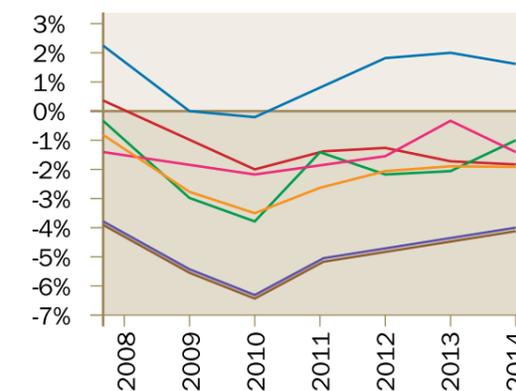
Contas Corrente em % do PIB



China Filipinas  
Singapura Indonésia  
Malásia Média  
Tailândia

Fonte: Bloomberg

Saldos Orçamentais em % do PIB



China Filipinas  
Singapura Indonésia  
Malásia Média  
Tailândia

Em geral, as economias da região mantiveram-se estáveis....

Em suma, o quadro macroeconómico da região manteve-se relativamente estável em 2014, sendo contudo de destacar a depreciação generalizada das divisas regionais face ao dólar. Esta depreciação parece-nos, em geral, mais devida ao anúncio do final das medidas extraordinárias de estímulo monetário nos Estados Unidos, do que a desequilíbrios macroeconómicos na região, dada a manutenção de ritmos de crescimento económico robustos e a forte posição externa das economias regionais.



.... com a excepção da Indonésia: assistindo-se à depreciação substancial da rupia  
.... devido às pressões inflacionistas e à sua posição externa deficitária

Note-se, porém, que este quadro geral não se aplica completamente à economia Indonésia, o maior parceiro de Timor-Leste, visto que a rupia se depreciou cerca de 11% face ao dólar, quer em 2013, quer em 2014, agravando as pressões inflacionistas no país, sem contudo se ter observado, ainda, uma correcção substancial da posição externa deficitária. Ainda embora experimentando níveis de volatilidade cambial notáveis, a par dos desequilíbrios já referidos, a economia Indonésia conseguiu manter um crescimento anual superior a 5% em 2014. A importância deste parceiro para a nossa economia implica naturalmente a manutenção de uma monitorização adequada destes desenvolvimentos, esperando-se, contudo, que as recentes medidas de política introduzidas pelo novo Governo e uma vigilância mais apertada pelo seu Banco Central, venham a reduzir gradualmente estes riscos macroeconómicos.

## Canais de Transmissão para Timor-Leste

### Síntese

A breve análise da evolução económica e financeira internacional e do espaço asiático, que é bastante mais relevante para Timor-Leste, não estaria completa sem o entendimento das respectivas repercussões na nossa economia. Este ponto trata de identificar os principais canais de transmissão dos desenvolvimentos internacionais à nossa economia. Actualmente, é razoável aceitar-se que estes efeitos são ainda reduzidos e limitados a determinados aspectos sectoriais da nossa economia. Este ponto procura precisamente ilustrar o mecanismo de funcionamento dos principais canais, que são: o impacto na evolução dos níveis de inflação doméstica, determinação do valor das receitas petrolíferas e efeitos sobre o valor dos investimentos realizados no âmbito do Fundo Petrolífero. O Investimento Directo Estrangeiro é certamente uma das variáveis mais influenciadas pelo contexto externo, mas a escassez de investimentos efectivos e de dados fiáveis em Timor-Leste, não nos permite ainda analisar devidamente esta relação.

Naturalmente, à medida que a nossa economia se desenvolve e aprofunda as relações de interdependência com os seus parceiros económicos regionais, esperamos que os desenvolvimentos externos influenciem, cada vez mais, a evolução da nossa economia, expandindo o número e a influência dos vários canais de transmissão.

### Inflação Importada

Um dos principais de canais de transmissão para a nossa economia é, de facto, o impacto dos preços internacionais na evolução da inflação doméstica e respectivas expectativas. Sendo Timor-Leste uma economia de grande intensidade importadora – as importações de bens e serviços correspondiam, em 2012, a 101% do PIB não-petrolífero – é natural esperar-se que a evolução dos preços internacionais dos bens e serviços importados afecte substancialmente a inflação doméstica.

O trabalho de investigação empírica e construção de modelos económicos desenvolvido pelo BCTL tem confirmado a importância deste canal. Um dos principais problemas do nosso trabalho neste contexto decorre da dificuldade em definir uma variável adequada para medir o nível de “inflação externa” para Timor-Leste, dada a ausência de um índice de preços de importações e a grande variabilidade do cabaz de importação e da estrutura geográfica das nossas importações. Depois de experimentadas diversas formas funcionais para esta variável, concluímos que a variável mais adequada, em termos empíricos, parece ser uma média das taxas de inflação das 5 maiores economias da ASEAN e da China, convertida em dólares. Na prática, esta medida corresponde a uma média da taxa de inflação regional medida em dólares, pelo que inclui, em simultâneo, o impacto das variações cambiais regionais face ao dólar e das taxas de inflação em moeda local.

Conforme se pode notar no gráfico em baixo, à esquerda, a taxa de inflação doméstica tende a seguir razoavelmente os movimentos da taxa de inflação externa, embora com menor volatilidade. Na medida em que a taxa de inflação externa corresponde à média das 6 economias já referidas, os modelos de previsão de inflação do BCTL utilizam esta variável e respectivas expectativas para construir as previsões de inflação. Adicionalmente, como se pode concluir dos 2 gráficos, a descida recente da taxa de inflação doméstica tem sido reforçada pela descida das taxas de inflação regional, medidas em dólar. Naturalmente, a relação não é perfeita, uma vez que a evolução da economia não-petrolífera de Timor-Leste, sobretudo ao longo dos últimos anos, também afecta fortemente a evolução da taxa de inflação doméstica.

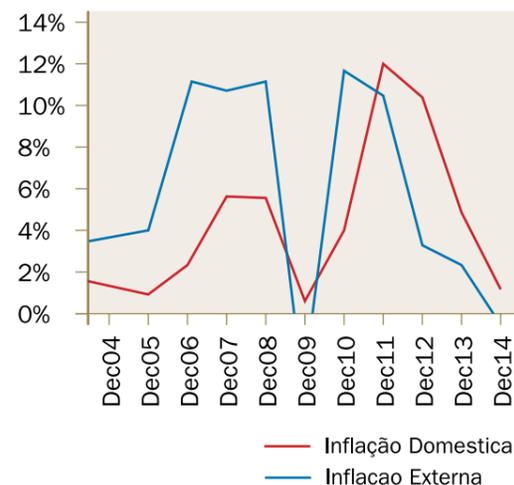
O BCTL concluiu um modelo para explicar e prevêr a inflação em Timor-Leste....

.... que inclui 2 variáveis principais: as taxas de inflação das economias da ASEAN e China; e a evolução da economia doméstica.

A evolução da taxa de inflação externa influencia a taxa de inflação de Timor-Leste....

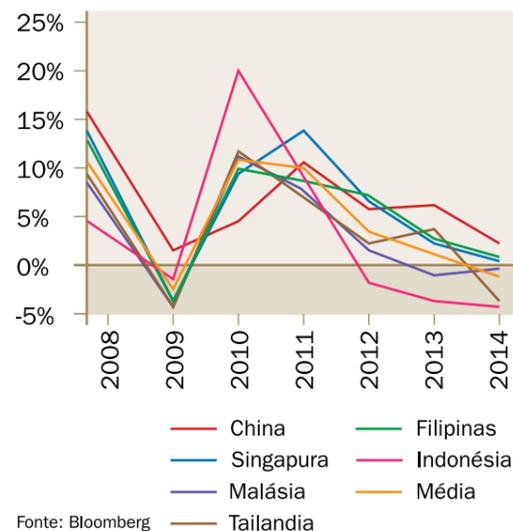
.... a sua descida recente impulsionou a descida da taxa de inflação em Timor-Leste

**Inflação Doméstica e Externa - % ano**



Fonte: DNE e Bloomberg

**Taxas de Inflação regional - % ano em USD**



Fonte: Bloomberg

A redução das taxas de inflação regionais em dólares, devem-se, sobretudo, à depreciação das divisas face ao dólar.

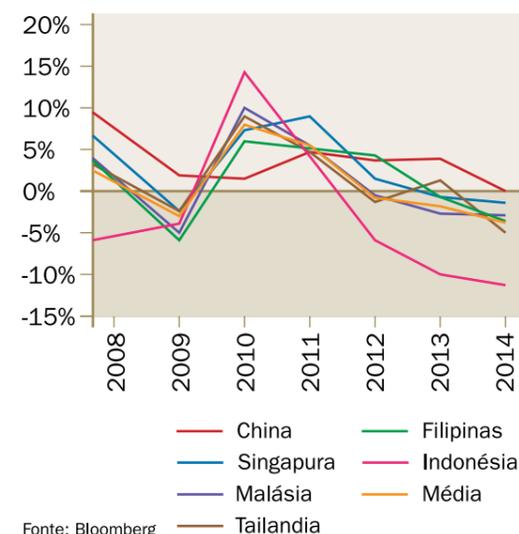
Em 2014, a redução do nível das taxas de inflação regionais em dólares, observadas para praticamente todas as 6 economias, com particular destaque para a Indonésia, decorre sobretudo da depreciação das divisas asiáticas face ao dólar, conforme se pode verificar nos gráficos que se seguem. De facto, a depreciação generalizada das divisas regionais face ao dólar em 2013 e, sobretudo, em 2014, tem sido um dos factores que mais contribuíram para a descida substancial da inflação em Timor-Leste, visto que tornam mais baratos os bens e serviços importados por Timor-Leste.

Sendo as taxas de inflação externas em moeda local relativamente estáveis no tempo, conclui-se que os movimentos das moedas dos parceiros face ao dólar são, por sua vez, um factor bastante importante na determinação da inflação doméstica. Note-se ainda, que a redução substancial da inflação em Timor-Leste resulta também das descidas de preços internacionais das commodities mais representativas, como o petróleo e os bens alimentares, já referida anteriormente.



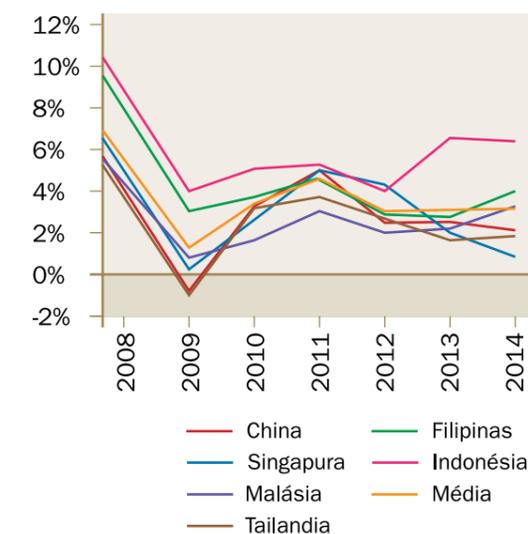
Tendo em conta a importância deste canal de transmissão, a evolução a prazo da "inflação externa", determinada fortemente pela evolução cambial, será um dos factores mais influentes na determinação da evolução da inflação doméstica. Neste campo, o BCTL continua a esperar que o dólar se mantenha relativamente estável face às divisas regionais em 2015 e 2016, o que, em conjunto, com a manutenção de taxas de inflação dos parceiros em moeda local controladas, nos leva a prever que a inflação externa se mantenha baixa no mesmo horizonte temporal, ajudando também a controlar os níveis de inflação doméstica.

**Moedas Asiáticas face ao Dólar - % ano**



Fonte: Bloomberg

**Taxas de Inflação externas - % moeda local**

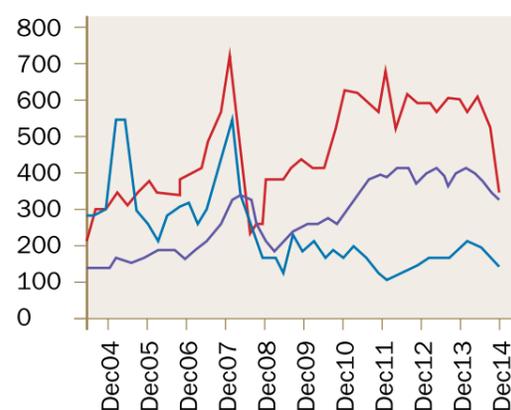


## Mercados Energéticos e as Receitas Petrolíferas

Registou-se uma descida significativa do preço do petróleo no final de 2014....

A evolução dos preços do petróleo, gás natural e outros recursos energéticos é bastante volátil, oscilando substancialmente entre períodos de elevados e baixos níveis de preços. Os gráficos em baixo evidenciam estas oscilações e permitem colocar a descida recente dos preços energéticos, numa perspectiva plurianual. Note-se que não são raras as ocasiões em que os preços descem 50% e aumentam mais de 50%, no espaço de 1 ano. Em termos de níveis, a descida abrupta do preço do petróleo no final de 2014 resultou em preços idênticos aos de 2006, anulando todos os ganhos de preços nominais registados nos últimos 8 anos. Interessantemente, a queda do petróleo não foi acompanhada por uma descida equivalente dos preços do gás natural, o que resultou na eliminação do prémio do preço do petróleo face ao do gás.

Preços da Energia spot – 2001 Dez = 100



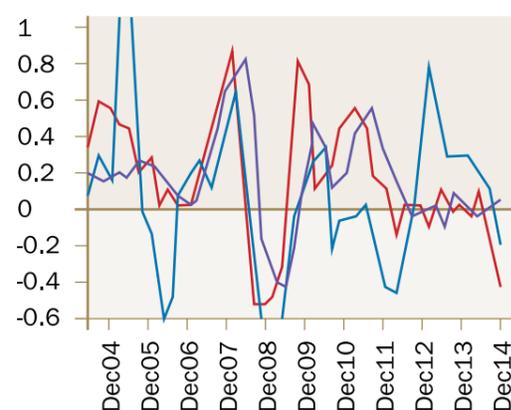
— Petróleo, Brent  
— Gas Natural, EUA  
— LNG, Japão

Fonte: Banco Mundial

.... que dificilmente se previa no início do ano.

A evolução dos preços energéticos não é, contudo, fácil de antecipar, visto que resulta tanto da interdependência entre a procura e oferta agregada nos mercados físicos, como, crescentemente, dos efeitos menos mensuráveis e imprevisíveis decorrentes da “financiarização” destes mercados, evidente na expansão do mercado de derivados financeiros e crescente participação de intermediários financeiros e especuladores. Uma prova evidente desta incapacidade de previsão é, claramente, a queda recente do preço do petróleo, cuja velocidade e amplitude não foram, de forma alguma, previstas pela generalidade dos intervenientes e analistas do mercado.

Preços da Energia spot – variação % ano



— Petróleo, Brent  
— Gas Natural, EUA  
— LNG, Japão

Esta ressalva é importante, porque nos previne de aceitar cenários simplistas e de extrapolar maiores descidas de preços, apenas baseados na queda recente do preço do petróleo. Por outro lado, a evolução do preço dos produtos petrolíferos continua a ser bastante importante para Timor-Leste, visto que as receitas petrolíferas continuam a ser centrais no financiamento dos gastos e investimentos públicos domésticos.

Tendo em conta as limitações naturais na previsão dos preços necessários para se calcularem as receitas petrolíferas anuais e futuras do país, parece-nos ser mais razoável utilizarem-se vários cenários de preços do petróleo e avaliar o grau de sensibilidade destas receitas ao preço do cenário. O quadro em baixo quantifica o impacto de vários cenários de preços médios do petróleo sobre o valor das receitas petrolíferas, riqueza total e rendimento sustentável estimado (RSE), comparando-as com os valores apresentados no Orçamento de Estado para 2015. Conforme se pode constatar, o Orçamento de 2015 assume um preço médio do petróleo de 88.5 dólares, entre 2015 e 2021, o que é superior ao preço de final de 2014 de 60 dólares. Comparando a coluna relevante, caso o preço médio seja de 60 dólares entre 2015 e 2021, o valor actual das receitas petrolíferas desce 4716 milhões de dólares, inscrito no OGE de 2015, para apenas 3198 milhões. É ainda importante notar que o RSE, ou seja o rendimento/despesa anual que não esgota a riqueza petrolífera, desce de 638 milhões ano, para apenas 593 milhões.

Continua a ser bastante importante acompanhar a evolução do preço do petróleo para Timor-Leste....

.... e utilizar vários cenários para avaliar o grau de sensibilidade das receitas

O RSE no OGE de 2015 era calculado com base no preço médio do petróleo de 88.5 dólares....

Sensibilidade do Valor da Riqueza Petrolífera e RSE ao Preço do Petróleo						
	Preço = 40 usd	Preço = 50 usd	Preço = 60 usd	Preço = 70 usd	Preço = 80 usd	OGE 2015
<b>Receitas Petrolíferas</b>						
Preço Medio Petróleo, USD	40	50	60	70	80	<b>88.5</b>
Producao barris milhões	192	192	192	192	192	<b>192</b>
Valor Nominal	2405	3006	3607	4208	4809	<b>5323</b>
<b>Valor Actual</b>	<b>2132</b>	<b>2665</b>	<b>3198</b>	<b>3731</b>	<b>4263</b>	<b>4716</b>
Valor Activos Fundo Petrolífero	16567	16567	16567	16567	16567	<b>16567</b>
<b>Riqueza Petrolífera</b>	<b>18699</b>	<b>19232</b>	<b>19765</b>	<b>20298</b>	<b>20831</b>	<b>21283</b>
ESI - % Ano	3%	3%	3%	3%	3%	<b>3%</b>
<b>ESI – 3% x Riq. Petrolífera</b>	<b>561</b>	<b>577</b>	<b>593</b>	<b>609</b>	<b>625</b>	<b>638</b>

.... contudo o preço no final de 2014 era de 60 dólares, o que terá um impacto de forma indirecta ao economia de Timor....

.... mas o impacto é hoje menor do que no passado, pois as receitas futuras já são menores do que os activos financeiros acumulados

Os preços dos activos financeiros influenciam o RSE e, por sua vez, a capacidade de financiamento do OGE

Este ponto procurou dar uma ideia do impacto dos preços internacionais do petróleo na nossa economia, cujo mecanismo funciona de forma indirecta, afectando primeiro o valor das receitas petrolíferas, depois o valor da riqueza mineral e, por último, o rendimento sustentável e a capacidade de financiamento dos gastos e investimentos públicos. Note-se, assim, que o preço do petróleo afecta substancialmente, ainda que de modo indirecto, a gestão do Orçamento de Estado.

Contudo, podemos dizer que, hoje, dada a expectativa de que a produção de petróleo termine em 2021, o país, via receitas públicas, se encontra menos exposto às variações do preço do petróleo do que no passado, visto que as receitas futuras são bastante menores do que as poupanças já acumuladas e investidas no Fundo Petrolífero. Para exemplificar, como já se referiu, caso o preço do petróleo desça de 88.5 dólares para 60 (-33%), ao longo dos próximos 6 anos, o valor do Rendimento Sustentável apenas se reduz 6.1%, de 638 para 593 milhões de dólares.

### Mercados Financeiros e o Fundo Petrolífero

Por último, abordamos ainda um outro canal de transmissão dos desenvolvimentos internacionais a nossa economia, que se relaciona com o Fundo Petrolífero criado para gerir eficientemente a riqueza mineral do país. O mecanismo de funcionamento deste canal é semelhante ao do preço do petróleo, na medida em que a evolução dos preços dos activos financeiros internacionais determinam o valor do Fundo Petrolífero e, por sua vez, o valor do Rendimento Sustentável. Na medida em que afectam estes 2 agregados, os preços dos activos financeiros acabam por influenciar o montante das receitas disponíveis para financiar o Orçamento de Estado e, conseqüentemente, o ritmo e dimensão das políticas de gastos e investimentos públicos.

O Fundo Petrolífero (FP) fechou o ano de 2014, com um valor de activos financeiros a ascender a 16,830 milhões de dólares, investidos maioritariamente (60%) em obrigações do Tesouro dos países mais desenvolvidos e em acções (40%) de milhares de empresas sediadas nestes mesmos países. Desde a sua criação, o FP tem vindo a alargar o seu universo de investimento, começando, primeiro, por apenas investir em títulos do Tesouro Norte-Americanos, passando depois por investir gradualmente em acções e, por fim, estendendo os investimentos a obrigações de vários Tesouros mundiais. O alargamento gradual do mandato de investimento regeu-se pela procura crescente de um retorno esperado mais elevado para o Fundo e pela maior diversificação dos investimentos e mercados considerados.

Naturalmente, este desenvolvimento institucional expõe o Fundo a novos riscos e mercados, mas que, beneficiando da diversificação entre a evolução dos preços dos vários activos, permite construir uma Carteira mais sólida e cujo retorno é mais eficiente, para o nível de risco desejado. Actualmente, o Fundo investe apenas em obrigações de taxa de juro fixa e acções, pelo que os juros das obrigações e os dividendos das acções providenciam, ao Fundo, um rendimento fixo e constante, pelo menos a priori. Naturalmente, ao investir em títulos obrigacionistas e acções, o Fundo beneficia das subidas dos respectivos valores de mercado, ou, pelo contrário, pode ser prejudicado pela sua descida. Assim sendo, os principais riscos financeiros do Fundo correspondem a eventuais perdas decorrentes da descida dos preços das obrigações, ou das acções adquiridas. Adicionalmente, uma vez que o FP investe em vários mercados nacionais, denominados em moedas diferentes do dólar, o Fundo também se encontra exposto ao risco cambial dos investimentos, entendido como a possibilidade de depreciação das várias moedas de investimento face ao dólar. Em suma, o risco financeiro do FP inclui 3 tipos de riscos: risco accionista, ou risco de descida dos preços dos principais mercados accionistas mundiais, risco de taxa de juro, que corresponde ao risco de queda dos preços das obrigações do tesouro; e risco cambial, que consiste no risco de depreciação das moedas de investimento face ao dólar.

Neste momento, o FP investiu já 60% do seu valor em obrigações e 40% em acções....

....mas apenas em obrigações de taxa de juro fixa e acções

A performance do Fundo depende da evolução dos preços dos títulos nestes 2 mercados...

....assim como da evolução dos mercados cambiais, visto que o Fundo investe em moedas que não o dólar.

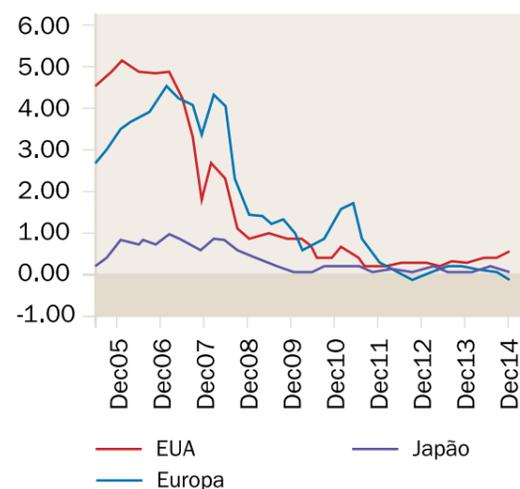
Em 2014 o Fundo registou ganhos nos 2 tipos de activos, mas foi prejudicado pela apreciação do dólar.

A evolução dos preços dos activos do FP e das varias moedas de investimento consiste, assim, no verdadeiro canal de transmissão entre os mercados internacionais, o valor do FP e o valor do rendimento sustentável esperado. Em termos de retornos, o ano de 2014 foi duplamente positivo para o FP, que registou ganhos nos mercados obrigacionistas (2.14%) e nos mercados accionistas (5.20%), mas foi prejudicado pela apreciação do dólar face as moedas de investimento, ascendendo as perdas cambiais não realizadas no final de 2014, a -199 milhões de dólares. Note-se que o retorno agregado das acções e obrigações foi superior aos respectivos dividendos e juros das obrigações, o que implica que, em ambos os mercados, os títulos registaram ganhos de preços, o que é confirmado nos gráficos em baixo.

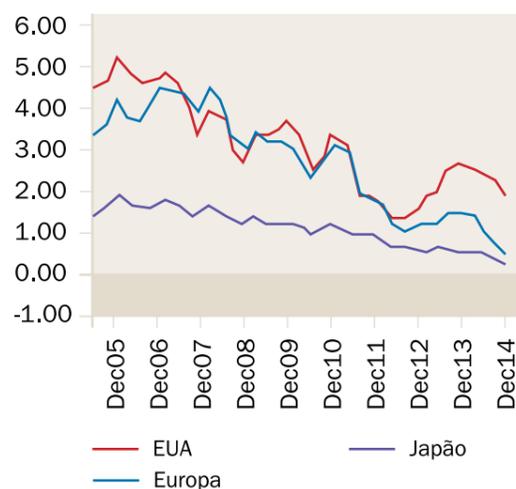
Os títulos de Tesouro registaram descidas das taxas de juro, o que resultou na subida dos seus preços.

No que se refere aos mercados de títulos do Tesouro mundiais, a generalidade das taxas de juro, nos vários mercados e prazos, registaram descidas em 2014, o que resultou na subida generalizada dos preços das obrigações. As descidas de taxas foram mais pronunciadas nos prazos mais longos das curvas de taxas de juro, sendo de registar, contudo, que as taxas mais curtas do mercado dos EUA, chegaram mesmo a subir. Note-se, porém, que, dadas as orientações estratégicas, a carteira de obrigações do Fundo tem uma “duração moderada”, o que não lhe permitiu beneficiar completamente da descida das taxas de juro mais longas.

Taxas de Juro a 2 Anos - % ano

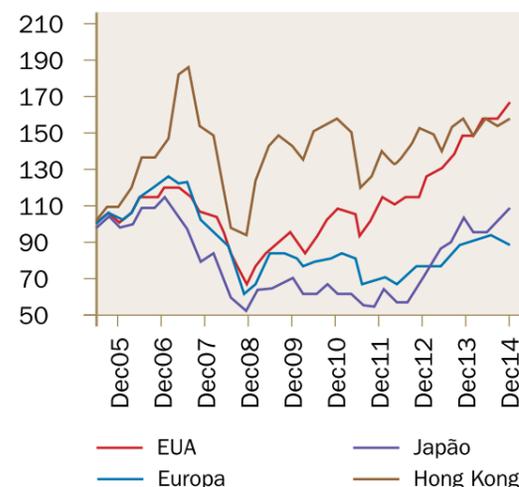


Taxas de Juro a 10 Anos - % ano

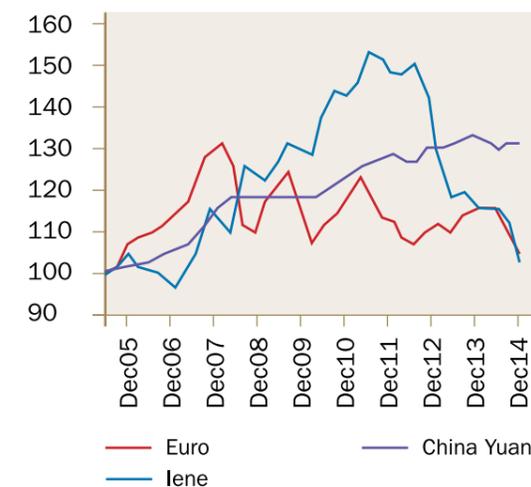


No que diz respeito aos mercados accionistas, praticamente todas as regiões e países registaram ganhos em 2014, com os EUA a destacarem-se neste campo, devido ao maior dinamismo da sua economia. Esta evolução, conjugada com os investimentos substanciais do FP nestes mercados, beneficiaram o rendimento do Fundo em 2014.

Mercados Accionistas - 2005 Dez = 100



Moedas face ao USD - 2005 Dez = 100



Fonte: Bloomberg

Por último, a apreciação generalizada do dólar face às moedas mundiais de referência, na sequência do anúncio de uma política monetária menos expansionista nos EUA, resultou no apuramento de perdas cambiais para o FP, decorrente da perda de valor dos activos denominados em divisas que não o dólar.

Em suma, o Fundo Petrolífero detém hoje uma carteira de títulos extremamente diversificada e investida nos principais mercados accionistas e obrigacionistas mundiais, o que lhe permite otimizar o respectivo perfil de retorno-rendimento. Contudo, dados os investimentos substanciais em obrigações e acções globais, podemos concluir que o valor e rendimento do FP se encontra intrinsecamente dependente da evolução dos preços globais destes activos.

O valor do FP depende muito na evolução dos preços dos activos financeiros.

Num quadro de análise temporal mais longo, não nos parece marginal, hoje, o risco de que os mercados accionistas e obrigacionistas venham a registar perdas, dadas as actuais elevadas valorizações dos mercados accionistas e o nível historicamente baixo das taxas de juro das obrigações. Contudo, o alongado horizonte temporal do Fundo e o seu quadro institucional, dever-nos-ão permitir enfrentar as oscilações dos mercados de uma forma racional e até beneficiar dos episódios de descidas de preços, que regularmente se manifestam nos mercados.

# 2

## Evolução recente da economia nacional





## Produção: Actividade Económica

O Governo definiu como meta de crescimento económico para Timor-Leste de 11.3% até 2020....

O Governo definiu como objectivo estratégico o país atingir o estatuto de “upper-middle income country” em 2030. No âmbito da prossecução deste objectivo, o Governo resolveu ser adequado antecipar, no tempo, as políticas de investimento público, de forma a criar um conjunto de infra-estruturas e programas necessários para suportar um processo de crescimento vigoroso, sustentado e inclusivo. Consequentemente, o aumento substancial dos níveis de despesa pública ao longo dos últimos 6 anos impulsionou a aceleração do ritmo de crescimento económico, com a economia nacional a crescer, em média por ano, 11.8% entre 2007 a 2012, acima da meta definida de 11.3% até 2020.

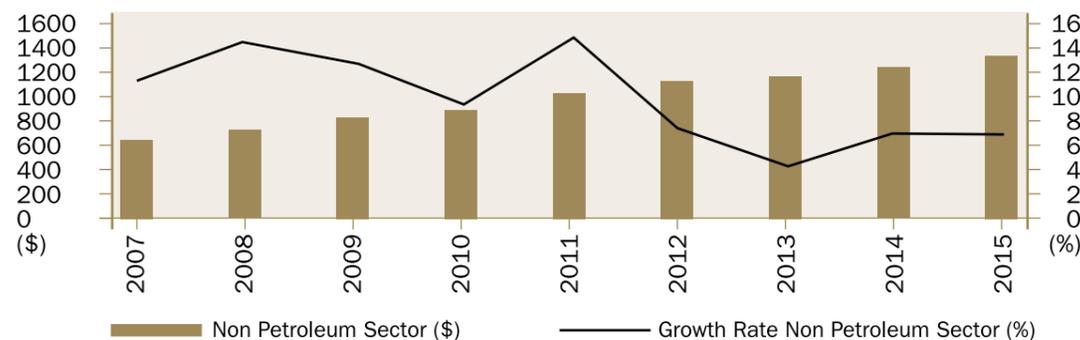
... e a DNE publicou, em 2014, um crescimento do PIB de 7.8% para 2012

A Direcção-Geral de Estatística (DNE) publicou, em 2014, as Contas Nacionais de Timor-Leste de 2012, onde apurou uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto não-petrolífero (PIB) de 7.8% para o ano de 2012 (<http://www.statistics.gov.tl/pt/timor-leste-national-account-2000-2012/>).

O Governo, estima, no OGE 2015, uma taxa de crescimento de 5.6% e 7.1% para 2013 e 2014

O Governo estima ainda, para 2013, uma taxa de crescimento do PIB de 5.6%, que, apesar de substancial, ficará abaixo da meta definida, mas que deve ter subido para 7.1% em 2014 (OGE15-Proposta inicial Livro 1, pg. 19).

Figura 2.3.2.1: PIB Nao-Petrolifero 2007 - 2012 e Projecoes entre 2013 - 2015



Fonte: DNE e Ministerio das Financas

No que se refere às estimativas do crescimento, o FMI espera, por sua vez, conforme consta da base de dados de suporte do seu World Economic Report de Outubro de 2014, que a economia não petrolífera tenha crescido 5.4% e 6.6% em 2013 e 2014, respectivamente, em linha com o Governo.

### Taxa de crescimento do PIB não petrolífero (%)

2010	2011	2012	2013	2014	2015
9.4	14.7	7.8	5.4	6.6	6.8

Fonte: IMF World Economic Outlook , Oct 2014 database

Dadas as conhecidas dificuldades e atrasos na publicação das Contas Nacionais, o BCTL desenvolveu um indicador em tempo-real que permite obter estimativas mais actuais do crescimento económico, fundamentais para compreender a evolução de outros agregados económicos, como a inflação, e, eventualmente, sustentar quantitativamente a discussão e a tomada de decisões de política económica. Este indicador utiliza dados de frequência mensal e trimestral para avaliar a tendência do crescimento na nossa economia, incluindo nove variáveis consideradas bons indicadores do ciclo económico.

### Subcomponentes do Indicador de Actividade Económica do BCTL

	Sectores	Subcomponentes
1	Importações	Materiais de Construção Combustiveis
2	Despesa Publica	Capital de Desenvolvimento Total Despesa
3	Receita Publica	Impostos s/ Rendimento Total Impostos
4	Financeiro	Depositos Particulares Credito Total Transferencias Liquidadas p/ Estrangeiro

Fonte: BCTL

De acordo com o indicador de actividade económica do BCTL apresentado em baixo, a economia deve ter praticamente estagnado em 2013 (0.5%) e voltado a um nível de crescimento robusto em 2014 (8%), face à média anual de 11.8%, registada entre 2007 e 2012. Todavia, no seu conjunto, o crescimento médio anual nos 2 anos é de 4%, o que traduz um claro abrandamento da expansão da procura agregada, face aos 5 anos anteriores. É de notar ainda que o crescimento medido pelo indicador de actividade segue de perto a evolução da despesa pública efectiva, que desceu em 2013 e aumentou substancialmente em 2014.

Em baixo, do lado direito, apresentamos ainda um indicador desenvolvido pelo BCTL, que nos permite estimar o crescimento económico numa base sectorial, para os anos em que não existem ainda dados para as contas nacionais.

O BCTL desenvolveu um indicador de actividade económica para obter estimativas mais atempadas do crescimento do PIB....

... que registou uma estagnação do crescimento em 2013 , mas uma recuperação robusta em 2014 de 8%.

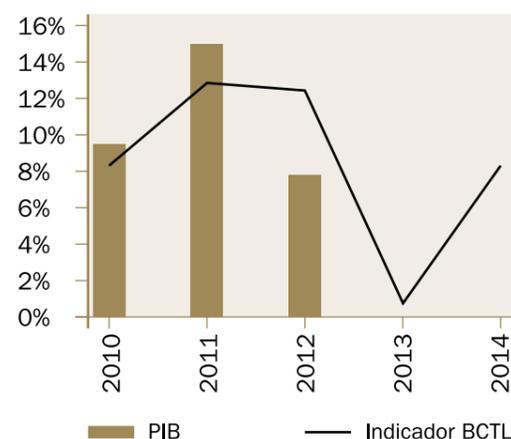
O BCTL desenvolveu ainda um indicador da produção, numa base sectorial....



... que evidencia o abrandamento da economia em 2013 em quase todos os sectores.

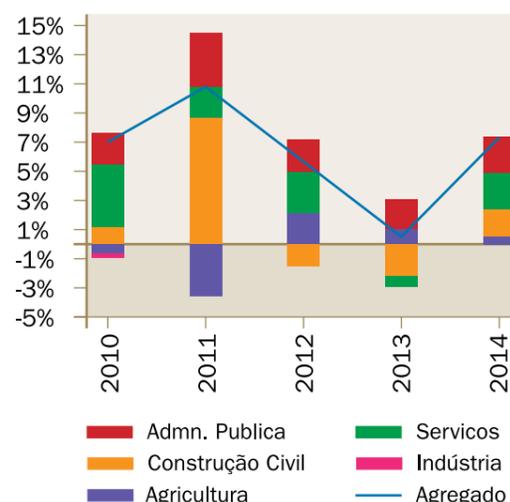
Este indicador de produção, depois de agregados os crescimentos dos vários sectores, permite obter uma estimativa complementar do nível de crescimento do PIB. Conforme se pode constatar, 2013 foi marcado pelo abrandamento do crescimento em praticamente todos os sectores, com excepção da administração pública e agricultura, mas em 2014, assistiu-se a uma forte recuperação em todos os sectores, em particular dos serviços e construção civil.

Crescimento anual do PIB - em %



Fonte: DNE e BCTL

Contributo % Sectores no Crescimento PIB



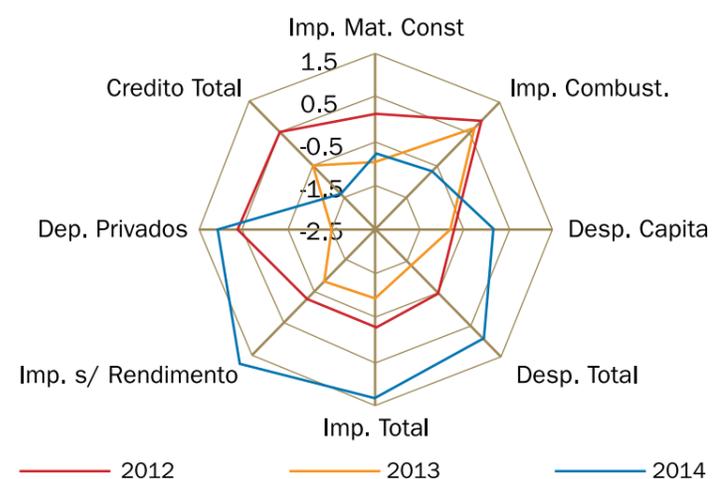
O crescimento assentou sobretudo na expansão da construção civil, serviços e da administração pública...

Numa perspectiva temporal mais longa, vale a pena salientar que o crescimento substancial da economia nacional nos últimos 7 anos, assentou, sobretudo, na expansão dos sectores da construção civil, serviços e administração pública. Pelo contrário, a contribuição da agricultura e indústria, sectores fundamentais para um processo de crescimento sustentado, tem sido relativamente marginal, resultando na perda de expressão destes sectores no conjunto da produção nacional.

... enquanto que os sectores agrícola e industrial registaram taxas de crescimento anémicas.

No sentido de complementar esta análise sintética dos indicadores, o gráfico em baixo apresenta a evolução anual de 8 subcomponentes incluídos no indicador de actividade do BCTL. Estes indicadores cobrem áreas fundamentais da nossa economia e encontram-se disponíveis numa base mensal, pelo que nos permitem medir, em tempo real, a evolução de cada um dos sectores. O gráfico em baixo apresenta a variação anual em milhões de dólares de cada indicador para os anos de 2012, 2013 e 2014.

Evolução dos Vários Sectores - variações anuais reais - absolutas e estandardizadas



Preferimos apresentar estes dados na sua versão estandardizada/normalizada, para facilitar a sua comparação conjunta, uma vez que as séries apresentam níveis, médias e oscilações bastante diferentes. Este gráfico permite-nos identificar os sectores que se apresentaram mais ou menos robustos, face aos anos anteriores. É de notar que, quanto maior for a classificação de cada série no eixo de referência, melhor a performance do indicador no respectivo ano. Por exemplo, de acordo com o gráfico, no ano de 2014, as receitas "totais de impostos" registaram um aumento anual substancial de 1.5, face aos -1 de 2013 e -0.4 de 2012. Quer isto dizer que este indicador individual nos indica um crescimento económico anual bastante forte em 2014.

Depois de apresentado o gráfico e medidas, será importante salientar que o abrandamento económico de 2013 é evidente neste gráfico. Note-se como 6 dos indicadores são inferiores em 2013, face a 2012 e apenas iguais nos 2 anos, no caso da importação de combustíveis e despesas de capital.

Outra importante conclusão relaciona-se com a recuperação da maioria das séries em 2014, face a 2013, com excepção das importações e do crédito concedido à economia. De facto, os indicadores confirmam a retoma robusta da economia em 2014, liderada pelo aumento da despesa pública efectiva e visível no aumento das receitas domésticas e depósitos de particulares. Contudo, e ainda de acordo com o gráfico, esta retoma de 2014 não foi generalizada ou materializada no caso dos indicadores das importações, incluindo materiais de construção e combustíveis e no crédito bancário.

## Preços e inflação

Registou-se uma queda substancial da inflação em 2014, para 0.5%....

A taxa de inflação doméstica, apurada com base no Índice de preços no Consumidor (IPC) pela DNE, manteve-se sempre elevada desde 2010 até ao terceiro trimestre de 2013, acima de 8%, encetando depois uma descida substancial até ao final de 2014, registando, em Dezembro, um valor perto de 0% em termos anuais. Em termos de médias anuais, os dados do IPC de Dili revelam que a taxa de inflação anual desceu de 7.8%, em 2013, para 0.5% em 2014.

TL: Índice de Precos no Consumidor (IPC) Dili 2012-14, (2012=100)														
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média IPC	Taxas
<b>Índice 2014</b>	104.1	104.1	104.2	104.3	103.5	103.3	103.5	103.6	103.7	103.6	103.7	103.9	103.8	
Taxa mensal	0.1	0.0	0.1	0.1	-0.8	-0.2	0.2	0.1	0.1	-0.1	0.1	0.2		
Taxa homólogo	2.7	2.1	1.6	1.3	0.2	-0.7	-0.1	-0.2	0.0	-0.4	-0.4	-0.1		-0.1
Taxa média														0.5

Fonte: Direcção Geral de Estatística

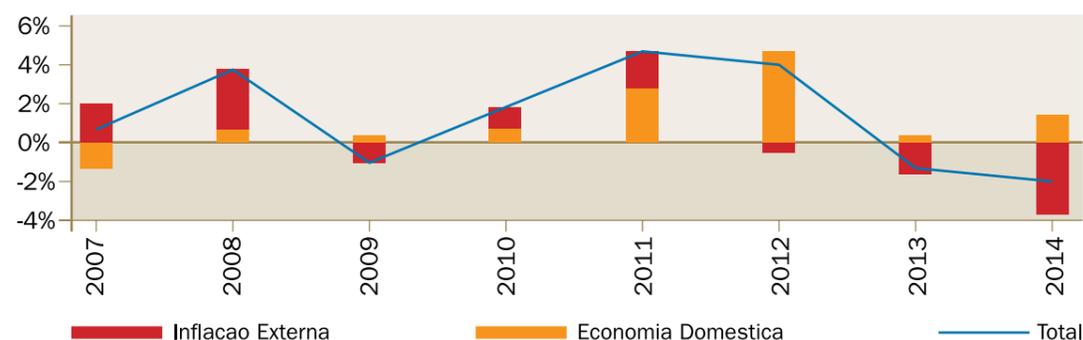
.... devido à descida da inflação externa, e do abrandamento da economia nacional nos últimos 2 anos.

De acordo com o modelo utilizado pelo BCTL, o abrandamento significativo da inflação em 2014 deveu-se, maioritariamente, à descida da inflação externa em 2014 (-1%), face à média da última década, decorrente da apreciação do dólar face às moedas dos parceiros e da descida substancial dos preços internacionais das “commodities” em 2014. A depreciação das divisas regionais resultou, assim, na diminuição do preço dos bens e serviços importados dos principais parceiros comerciais. Este efeito foi ainda reforçado pelo abrandamento da economia nacional no biénio 2013-2014 - evidente em 2013, mas recuperando em 2014.

O gráfico apresenta a relação entre a inflação e os seus determinantes macroeconómicos.

A comparação da magnitude dos efeitos dos 2 factores explicativos do modelo do BCTL é apresentada no gráfico em baixo, que decompõe os desvios da inflação anual face à sua média de longo prazo, explicada por cada uma das variáveis.

Desvios da Inflação Total Anual % face à sua média - Contributos dos Factores Explicativos

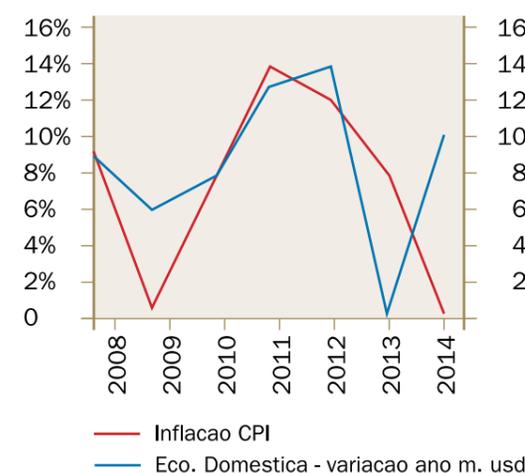


Fonte: BCTL

Conforme se pode observar, a descida da inflação em 2013 e 2014 é explicada maioritariamente pela descida da “inflação externa” nestes anos. Como se pode ainda observar, a evolução da economia doméstica não afecta materialmente a inflação em 2013, mas, em 2014, a recuperação substancial do crescimento volta a pressionar, em alta, a inflação doméstica. Note-se, contudo que, esta evolução inverte a tendência observada em 2011 e 2012, quando o elevado ritmo de crescimento da economia doméstica explicou a maior parte das pressões inflacionistas do período.

Apresentamos ainda 2 gráficos adicionais, que demonstram a relação dos 2 factores explicativos do nosso modelo com a taxa de inflação total anual, apurada com base nos dados do IPC de Dili. Conforme se pode constatar, ambas as variáveis apresentam uma correlação contemporânea razoável com a inflação doméstica, ainda que se possam também observar alguns desfazamentos temporais nestas relações estatísticas.

Inflação IPC Dili vs Economia Doméstica

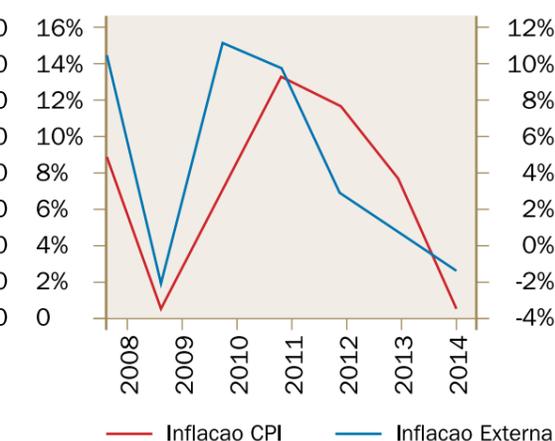


Fonte: BCTL

A redução do nível de inflação é vista como um desenvolvimento benéfico para a economia e consumidores nacionais, uma vez que permite reduzir as pressões presentes nos últimos anos no nosso país, designadamente as consequências económicas e sociais de elevados níveis de inflação, incluindo o agravamento dos níveis de desigualdade social e da pobreza.

O actual cabaz de consumo de referência do IPC nacional, baseado em dados de 2011, continua a conferir uma importância maioritária às despesas em bens alimentares (64.3%), à semelhança do IPC que vigorou até 2012 (56.7%).

Inflação IPC Dili vs Inflação Externa



A descida da inflação beneficiou a economia Timorense.

O cabaz do IPC é maioritariamente composto pelas despesas em bens alimentares (64.3%)....

Timor-Leste: IPC			
Componentes		Peso	
		2001=100	2012=100
1	Alimentação	56.7	64.3
2	Alcoól e Tabaco	4.8	4.9
3	Vestuário e Calçado	8.9	5.9
4	Habitação	10.2	5.7
5	Despesas com a habitação	7.9	4.1
6	Saude	4.2	0.7
	Educação e Divertimentos	3.4	
	Transportes e Comunicações	4.2	
7	Transportes		6.4
8	Comunicações		2.3
9	Divertimentos e Cultura		3.3
10	Educação		2.3

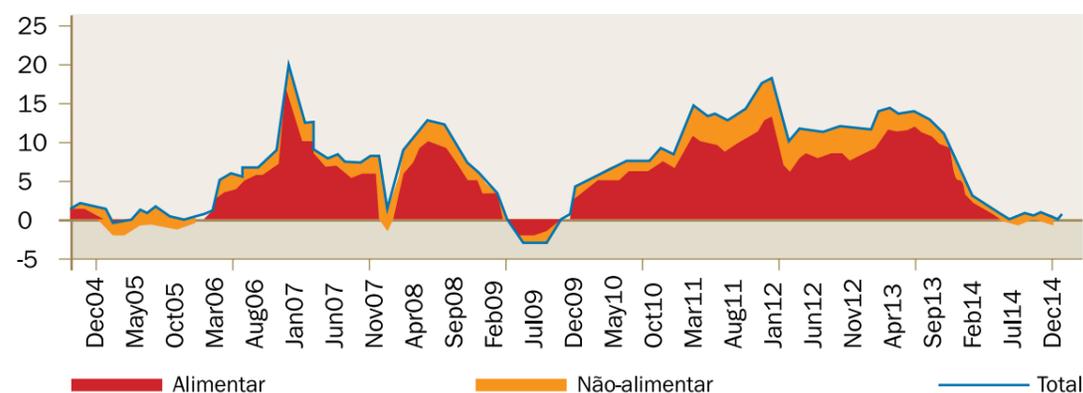
Fonte: Direcção Geral de Estatística

....o que explica a maior importância da inflação alimentar, face à não-alimentar, na determinação da inflação total.

A conjugação da maior importância das despesas alimentares no IPC, em conjunto com os maiores níveis históricos das taxas de inflação alimentar, resulta no domínio do contributo da inflação alimentar para a inflação total, quando comparado com a inflação não alimentar.

#### Inflação Total do IPC

Total % face aos respectivos contributos %



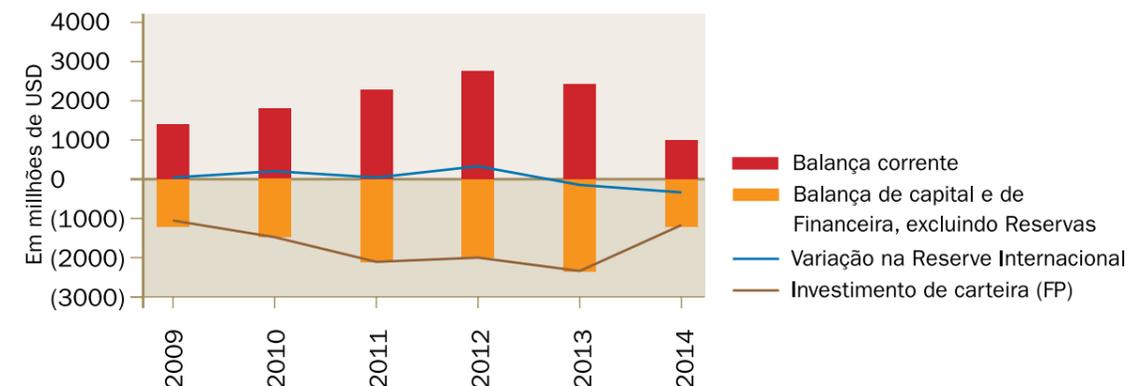
Fonte: DNE

## Balança de Pagamentos

Um indicador macroeconómico importante é o saldo da balança de pagamentos....

A balança de pagamentos, designadamente o seu saldo, composição e evolução, é um importante indicador macroeconómico, que sintetiza numericamente o saldo líquido das transações comerciais e financeiras entre uma economia e o resto do mundo. No gráfico em baixo, apresenta-se a evolução recente da balança de pagamentos de Timor-Leste.

#### TL: Balança de Pagamentos



Fonte: BCTL

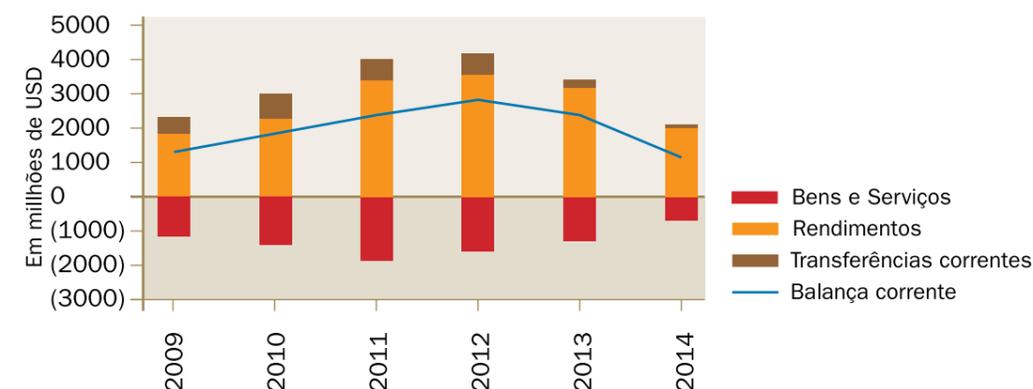
Excluídos os rendimentos do Fundo Petrolífero, e as receitas da exploração do petróleo e gás natural, Timor-Leste continuou a apresentar, em 2014, um saldo da balança de pagamentos deficitário. Todavia, caso se incluíam aquelas receitas e rendimentos, o saldo total é superavitário.

....que regista todas as transações entre residentes e não residentes.

No gráfico em baixo, apresenta-se ainda a evolução e composição da Balança Corrente, que inclui o rendimento primário, as receitas do Mar de Timor, cujo saldo tem sido sempre positivo ou superavitário.

Timor-Leste continuou a registar um saldo da BdP negativo, se se excluírem os rendimentos do FP

#### TL: Conta Corrente incluindo o rendimento do FP

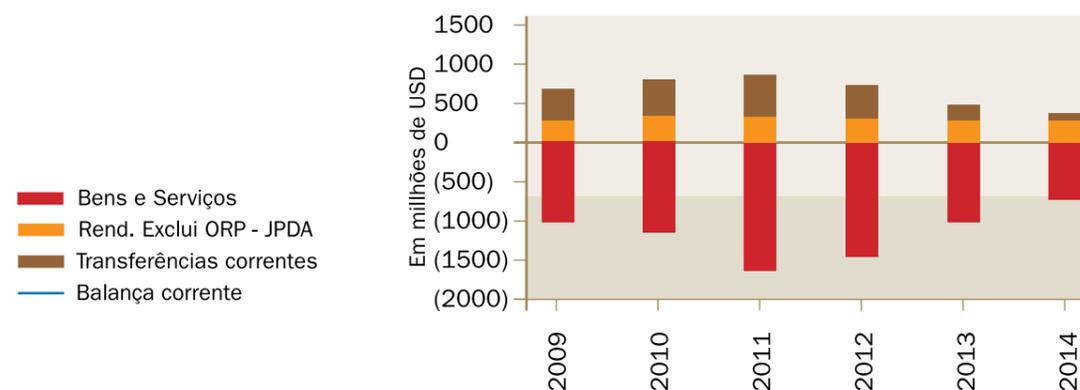


Fonte: BCTL

No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução do saldo da conta corrente, excluindo o rendimento do FP e as receitas petrolíferas. Note-se que este saldo, pelo contrário, tem sempre apresentado valores deficitários, determinados pela posição fortemente negativa da balança comercial, que mede a diferença entre as importações e exportações de Timor-Leste. Neste contexto, será de se salientar ainda que o saldo médio negativo da Balança Corrente se tem mantido relativamente inalterado ao longo dos últimos 3 anos.

O gráfico apresenta a evolução superavitária da balança corrente de TL, incluindo rendimentos do FP petrolíferas. .... mas a balança corrente excluindo o FP e receitas petrolíferas, continua deficitária.

TL: Conta Corrente excluindo o rendimento do FP



Fonte: BCTL

A percentagem do saldo da balança corrente em termos do PIB diminuiu em 2014 face 2013....

O saldo da balança corrente, incluindo o rendimento primário, ascendeu a 82% do PIB não petrolífero, em 2014, um valor bastante inferior aos 196%, registados em 2013. Esta diminuição deveu-se ao descida no rendimento das receitas do petróleo e do gás do Mar de Timor, e a referida manutenção no défice da balança de transações (importação e exportação de bens e serviços).

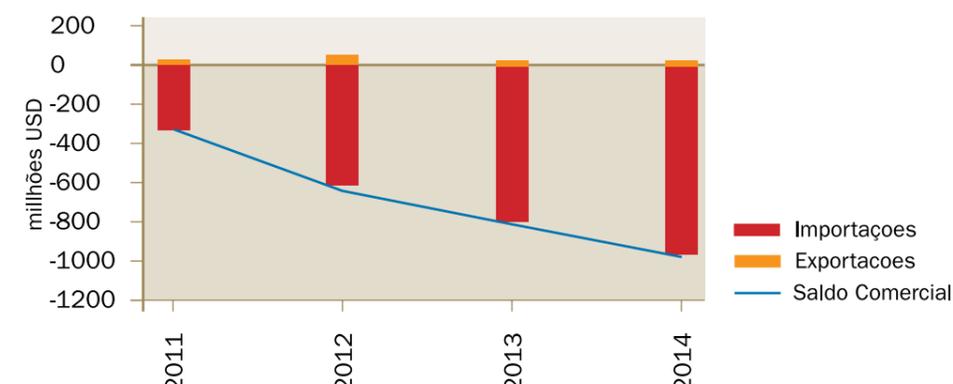
Balança de Pagamentos em % do PIB não petrolífero						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
em milhões de USD						
PIB não petrolífero	853	934	1071	1155	1220	1307
Conta Corrente	1284	1678	2352	2746	2397	1096
Bens e serviços	-1097	-1241	-1758	-1558	-1116	-1137
Rendimento	1930	2435	3577	3873	3333	2149
Transferência corrente	451	484	533	432	180	84
% do PIB						
Conta Corrente	150	180	220	238	196	84
Bens e serviços	-129	-133	-164	-135	-91	-87
Rendimento	226	261	334	335	273	164
Transferência corrente	53	52	50	37	15	6

Fonte: Direcção Geral de Estatística

As exportações nacionais são muito inferiores as importações....

O saldo da transação de bens continua a registar uma elevada posição deficitária, dado os baixos níveis das exportações nacionais e a elevada necessidade de importação de bens para satisfazer a procura nacional. Este aspecto, pelo seu prolongamento temporal, é já uma característica do perfil do comércio internacional de Timor-Leste. As importações de 2014, por exemplo, corresponderam a cerca de 54% do PIB não-petrolífero (710 milhões num PIB de 1307 milhões tal como estimados pelo Governo).

TL: Estatística Anuais do Comércio Externo



Fonte: Direcção Geral de Estatística

Conforme se pode observar, o enorme défice da balança de transação de bens, em 2014, deveu-se à continuada e elevada dependência das importações, cujo crescimento continuou robusto em 2014. A exportação de mercadorias continua a ser baixa, representando menos de 10% do comércio total, com um crescimento anual de 1,4%. Conforme é publicamente conhecido, o Governo reconheceu já a necessidade de se reduzir este desequilíbrio e estabeleceu como objectivo estratégico incentivar a produção nacional, de modo a reduzir a necessidade de se importar a generalidade dos bens necessários ao consumo nacional, faltando, contudo e ainda, a implementação de medidas concretas substanciais para obviar esta situação.

... resultando num elevado défice comercial.

As exportações representam apenas 1,4% do total comércio em 2014....

TL: Estatísticas do Comércio Externo								
Month/Year	Importações			Exportações			Saldo Total	Saldo Mercadorias
	Mercadorias	Não-merc	TOTAL	Exportação	re-export	TOTAL		
<b>2013</b>	<b>842.79</b>	<b>0.00</b>	<b>842.79</b>	<b>16.04</b>	<b>63.29</b>	<b>79.34</b>	<b>-763.45</b>	<b>-826.74</b>
Janeiro 14	99.13	0.00	99.13	0.67	1.58	2.24	-96.88	-98.46
Fevereiro 14	37.54	0.00	37.54	0.83	1.68	2.51	-35.03	-36.71
Marco 14	42.16	0.00	42.16	0.45	0.72	1.17	-41.00	-41.71
<b>T1 - 2014</b>	<b>178.82</b>	<b>0.00</b>	<b>178.82</b>	<b>1.94</b>	<b>3.98</b>	<b>5.92</b>	<b>-172.90</b>	<b>-176.88</b>
Abril 14	36.95	0.33	37.28	0.07	0.46	0.53	-36.75	-36.87
Mai 14	245.14	0.09	245.23	0.04	1.48	1.52	-243.70	-245.10
Junho 14	50.17	0.12	50.29	0.50	1.22	1.72	-48.57	-49.67
<b>T2 - 2014</b>	<b>332.26</b>	<b>0.54</b>	<b>332.80</b>	<b>0.62</b>	<b>3.16</b>	<b>3.78</b>	<b>-329.03</b>	<b>-331.64</b>
<b>1º Semestre 14</b>	<b>511.08</b>	<b>0.54</b>	<b>511.63</b>	<b>2.56</b>	<b>7.14</b>	<b>9.70</b>	<b>-501.93</b>	<b>-508.53</b>
Julho 14	48.91	0.12	49.03	1.57	48.50	50.08	1.05	-47.33
Agosto 14	52.88	0.57	53.45	2.84	1.69	4.52	-48.92	-50.05
Setembro 14	95.17	0.47	95.64	2.39	10.14	12.53	-83.10	-92.77
<b>T3 - 2014</b>	<b>196.95</b>	<b>1.16</b>	<b>198.11</b>	<b>6.80</b>	<b>60.33</b>	<b>67.14</b>	<b>-130.98</b>	<b>-190.15</b>
Outbro	54.59	0.13	54.73	2.09	1.64	3.73	-51.00	-52.50
Novembro	98.81	0.52	99.34	1.66	2.45	4.11	-95.23	-97.15
Dzembro	122.43	0.39	122.82	0.76	6.54	7.29	-115.52	-121.67
<b>T4 - 2014</b>	<b>275.84</b>	<b>1.05</b>	<b>276.88</b>	<b>4.51</b>	<b>10.62</b>	<b>15.14</b>	<b>-261.75</b>	<b>-271.32</b>
<b>2º Semestre 14</b>	<b>472.79</b>	<b>2.20</b>	<b>475.00</b>	<b>11.32</b>	<b>70.95</b>	<b>82.27</b>	<b>-392.73</b>	<b>-461.48</b>
<b>2014 (Total)</b>	<b>983.88</b>	<b>2.75</b>	<b>986.62</b>	<b>13.87</b>	<b>78.09</b>	<b>91.97</b>	<b>-894.66</b>	<b>-970.00</b>

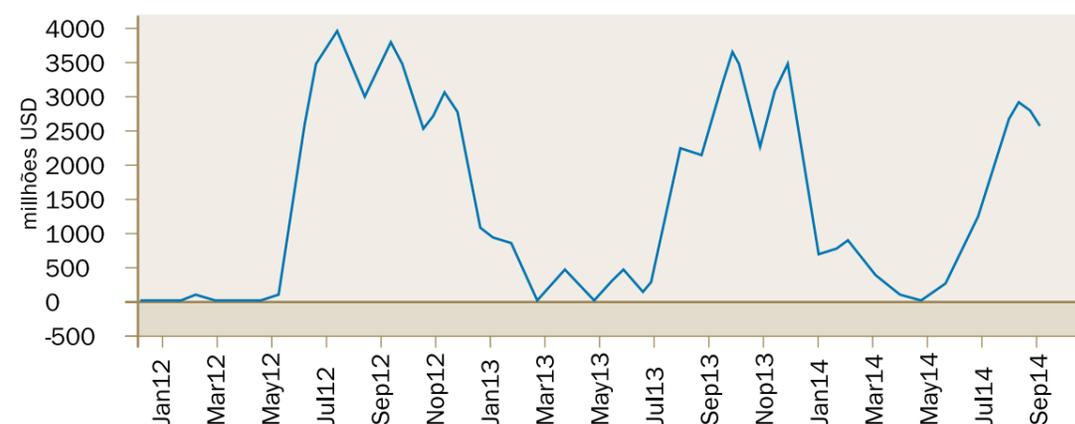
Fonte: Direcção Geral de Estatística

## Exportações

... e o café continua a ser a única exportação relevante do País....

A quase única exportação do país --- pelo menos aquela que é sistematicamente registada pelos serviços oficiais de estatística --- é o café. No gráfico em baixo, apresenta-se a evolução mensal das exportações nominais em dólares, entre 2012 e 2014. Como se pode verificar, a exportação do café é marcada por uma forte sazonalidade, concentrando-se quase exclusivamente no segundo semestre de cada ano, após a realização da colheita. Note-se, ainda, que o valor e volume exportados em 2014 se reduziram face aos valores de 2013.

TL: Exportação Mensal de Café, 2012 - 2014



Fonte: Direcção Geral de Estatística

Valor (mil USD) e volume (toneladas) de café exportado					
	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Valor</b>	15.987	11.923	18.813	15.781	13.646
<b>Volume</b>	25.671	22.203	33.775	13.252	9.643

Fonte: Direcção Geral de Estatística

## Importações

... enquanto o país continua a registar um substancial grau de dependência das importações.

Os principais produtos importados pelo país são os derivados do petróleo, seguidos dos veículos e máquinas elétricas. Os bens energéticos representaram 15.8% do total da importação em 2014, continuando a crescer substancialmente face aos anos anteriores, dada a necessidade de fornecer as 2 centrais elétricas nacionais e o consumo crescente dos veículos.

TL: importações por tipo de produtos nos anos mais recentes

(Em milhões de USD)	2011	2012	2013	2014
Cereais (10)	11	31	23	32
Petróleo (27)	56	104	144	160
Máquinas mecânicas (84)	22	28	39	32
Máquinas eléctricas (85)	99	244	44	29
Veículos (87)	37	53	64	75
<b>Total</b>	<b>335</b>	<b>668</b>	<b>842</b>	<b>984</b>

Fonte: Direcção Geral de Estatística

Nota: 1 - o número entre parênteses na primeira coluna é o da classe da pauta aduaneira.

Os cereais, por sua vez, voltaram a registar um novo aumento anual, devido ao aumento do consumo nacional e, provavelmente, à insuficiência da produção nacional. Em 2014, este tipo de bens representou apenas 3,6% de todas as mercadorias importadas.

A insuficiência da produção agrícola nacional explica a continuada necessidade de se importarem grandes quantidades de cereais

A estrutura geográfica das importações e respectiva evolução figuram no quadro em baixo.

Timor-Leste: importações por países nos anos mais recentes (milhões USD)

	2011	2012	2013	2014
<b>Total</b>	<b>318.7</b>	<b>661.2</b>	<b>526.8</b>	<b>561</b>
Finlândia	68.6 (21.5%)	228.8 (34.6%)	0.9 (0.1%)	0.08 (0.01%)
Indonésia	98 (30.7%)	149 (22.5%)	181.3 (34.4%)	159 (28.4%)
Singapura	21 (6.6%)	45 (6.8%)	62.6 (11.9%)	125 (22.3%)
Austrália	15 (4.7%)	24 (3.6%)	15.9 (3.0%)	19 (3.4%)
China	60 (18.8%)	44 (6.7%)	39.8 (7.6%)	41 (7.4%)
Vietname	7 (2.2%)	31 (4.7%)	41.3 (7.8%)	33 (5.9%)
Estados Unidos			1.4 (0.27%)	12 (2.2%)
Portugal	4.8 (1.5%)	10.5 (1.6%)	12.3 (2.3%)	9 (1.6%)
Malásia	13.8 (4.3%)	51.7 (7.8%)	79.5 (15.1%)	36 (6.4%)

Fonte: Direcção Geral de Estatística

Nota: Este quadro exclui 2 itens: USD191 milhões importados dos E.U.A., classificados na categoria (49) 'livros impressos' que correspondem (na maioria) à importação de notas de dólar; e um valor de USD269 milhões, classificados na categoria (71) como metais preciosos, originários de Portugal. O valor total das importações registadas pela DNE, em 2014, foi de USD984 milhões, que incluíam estes 2 registos.

A par do aumento das importações em 2014, é de relevar que a composição geográfica das importações não tem sido constante no tempo, com a Indonésia a perder expressão no total, mas continuando a ser o principal parceiro comercial

A Indonésia continua a ser o principal parceiro comercial de Timor-Leste



## Finanças Públicas

Conforme consta do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2014, o Governo priorizou os investimentos nos sectores de saúde, educação e segurança, incluindo o desenvolvimento de infra-estruturas de grande e pequena escala necessários a um processo de crescimento robusto, inclusivo e de alta qualidade, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Beneficiando do investimento tecnológico do Estado, os cidadãos podem beneficiar hoje de uma boa fonte de dados para analisar a implementação das actividades e programas públicos, que é o Portal das Finanças em <http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>. Este sítio é atualizado diariamente e permite acompanhar o saldo, composição e evolução das finanças públicas do país, constituindo uma fonte fundamental de informação para a análise que se segue.

No OGE de 2014, o Governo priorizou o crescimento robusto, inclusivo mas com qualidade

Despesas Pública	2010	2011	2012	2013	2014
Orçamento (milhões USD)	838	1,306	1,806	1,648	1,500
Variação (%)	23.1	55.9	38.3	-8.8	-9.0
Actual (milhões USD)	760	1097	1198	1082	1368
% do total Orçamento	90.7	84.0	66.3	65.6	91.2

Fonte: Portal de transparência de Timor-Leste

Registou-se um aumento extraordinário na capacidade da execução do orçamento em 2014

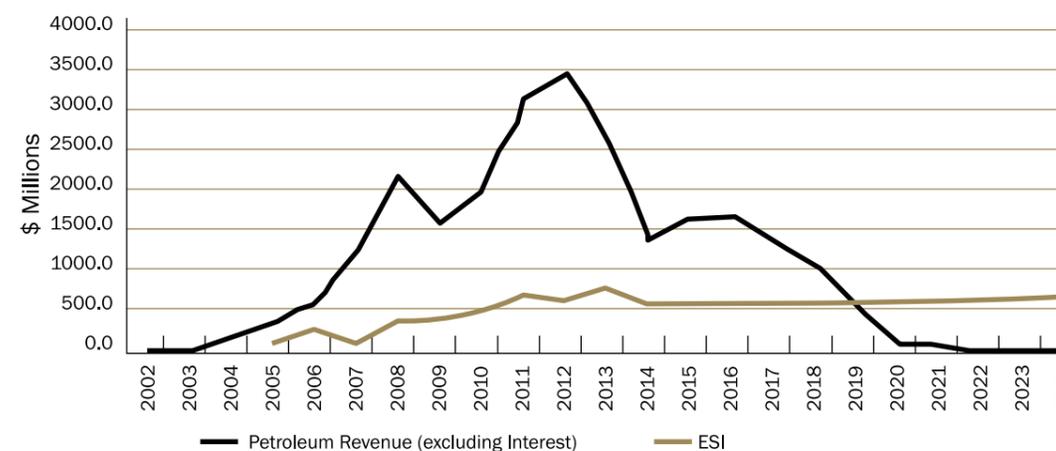
Não obstante a manifestada preocupação do Governo com a contenção dos Gastos Públicos, o montante gasto em 2014 ultrapassou substancialmente o valor de 2013, o que resultou de um aumento extraordinário na taxa de execução do orçamento e na maior importância de categorias de despesa no OGE de 2014, com níveis históricos de execução superiores. De todo o modo, note-se que os anos de 2012 e de 2013, coincidentes com o abrandamento da economia nacional, sobretudo em 2013, foram marcados por uma fraca capacidade de execução das despesas orçamentadas.

## Receita Pública

As receitas do Estado são constituídas, fundamentalmente, pelas transferências do Fundo Petrolífero de acordo com a autorização concedida pelo Parlamento Nacional aquando da aprovação do orçamento anual e as chamadas “receitas domésticas”, as provenientes da cobrança de taxas e impostos, fundamentalmente sobre o rendimento e as taxas alfandegárias.

As transferências do FP têm sido a fonte de financiamento fundamental dos OGEs

Figure 2.5.3.2.1: Timor-Leste's Petroleum Revenues and Estimated Sustainable Income 2002-2025



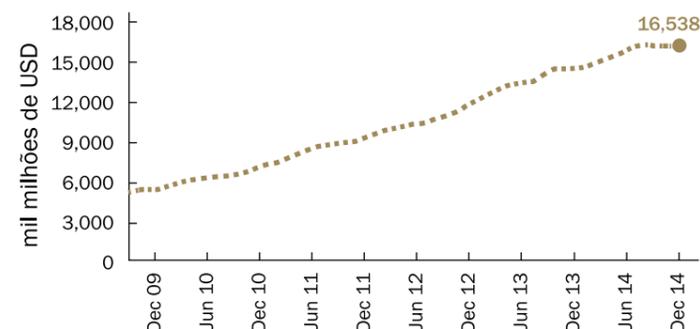
Source: Petroleum Fund Administration Unit

As transferências do Fundo Petrolífero, que dependem do valor das receitas petrolíferas totais, totalizaram em 2014 o valor de 902,9 milhões de USD, foram superiores ao valor do “rendimento sustentável” do Fundo, em 270,6 milhões de USD. O valor do rendimento sustentável estimado para 2014 foi de 632,3 milhões de USD. Esta projeção assenta no valor actual do Fundo e na estimativa das receitas petrolíferas futuras, baseadas numa previsão credível dos preços futuros do petróleo nos mercados. Por decisão do Parlamento Nacional, aquando da aprovação do OGE, o montante necessário ao financiamento do total das despesas foi também aprovado.

Em 2014, foi transferido um valor total de 902,9 milhões de USD ....

.... enquanto o RSE foi de 632,3 milhões de USD.

## Capital do Fundo petrolífero, dados mensais



Fonte: BCTL

O Governo recorreu também à dívida externa....

Uma outra fonte de financiamento é a possibilidade de o Estado recorrer à dívida externa, da qual se previa obter, em 2014, 51 milhões de USD, para financiar a recuperação e ampliação de três das principais estradas do país.

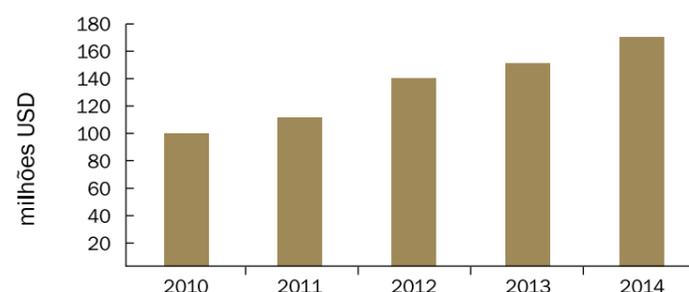
.... além de utilizar o saldo de caixa acumulado....

Para completar o total do financiamento do orçamento de 2014, utilizou-se ainda o saldo de caixa das contas do Estado, que não foi utilizado em 2013 e que ascendeu a 379,9 milhões de USD.

.... e as receitas públicas domésticas.

As receitas domésticas e o seu incremento constituem também uma das principais prioridades do Governo, em matéria de finanças públicas, de modo a permitir reduzir a dependência das transferências do FP. Neste campo, em linha com a expansão da economia nacional, as receitas domésticas subiram significativamente entre 2010 e 2014, ano em que se avaliaram em 166,1 milhões de USD.

#### Receitas Doméstica



Fonte: OGE 2014

No quadro abaixo pode ver-se que os impostos, englobando as taxas alfandegárias (sobre as importações) e os impostos sobre o rendimento e sobre o consumo, são a categoria mais importante das receitas domésticas.

Receitas Doméstica em 2014 (milhões USD)				
Categoria	Orçamento	Cobrado	Saldo	Execução %
Total	166.1	184.3	-18.2	110
Rendimento de impostos	120	142	-22	118
Rendimento não-fiscal	22.3	18.2	4.1	81
Rendimento de agências	24.8	24.1	0.7	101

Fonte: Portal de transparência de Timor-Leste

As receitas domésticas representam apenas 11% do total financiamento

Embora o valor das receitas domésticas do Orçamento de 2014 tenha aumentado, estas apenas representavam 11% do financiamento global, tendo em conta o valor das despesas orçamentadas (1500 milhões de USD). Em 2013, este valor era de 8,9% do total de financiamento orçamentado de 1648 milhões de USD.

Levando apenas em consideração o valor efectivamente pago das despesas orçamentadas (1367,8 milhões de USD), as receitas domésticas (cobradas) permitiram financiar 13,5% do total, em 2014.

Estes valores constata a enorme dependência dos orçamentos de Estado relativamente ao financiamento com origem nas receitas petrolíferas ou, mais especificamente, das transferências originárias do Fundo Petrolífero.

#### Despesa Pública

As despesas orçamentadas e as efectivamente pagas segundo a sua "categoria" estão identificadas no quadro abaixo (a "taxa de execução" é calculada com a soma dos "pagamentos" e as "obrigações" assumidas.

A categoria de bens e serviços continua a ser a maior despesa no OGE, tendo aumentado 11.8% face a 2013. Esta representou cerca de 31,9% dos gastos públicos orçamentados e 32.8% da execução total de 2014, o que reflecte bem o "peso" da máquina do Estado no conjunto do Orçamento. Contudo, note-se que esta categoria inclui a despesa substancial em combustível para os geradores de central elétrica, avaliada em cerca de 92 milhões de USD, cujo funcionamento foi uma das prioridades do Governo no desenvolvimento do país, para melhorar o nível de vida dos cidadãos e atrair o investimento externo.

A despesa em bens e serviços continua a registar o maior peso no OGE 2014, 31,9%....

O capital de desenvolvimento, por sua vez, representou 30.4% do total do orçamento, enquanto que, em termos de execução, atingiu os 92%.

.... enquanto a despesa em capital de desenvolvimento foi de apenas 30,4% do total.

Ano Fiscal Grupo	Despesas					
	2014 Detalhes do orçamento (milhões USD)					
Categoria	Orçamento	%	Obrigações	Real	%	Execução %
Total	1500.0	100	37.1	1367.8	100	93.7%
Salário e vencimentos	177.7	11.8	0.0	162.4	11.9	91.4%
Bens e serviços	478.0	31.9	6.6	449.0	32.8	95.3%
Capital Menor	61.0	4.1	2.8	54.3	4.0	93.7%
Capital de desenvolvimento	456.4	30.4	27.5	393.9	28.8	92.3%
Transferências	310.0	20.7	0.1	291.7	21.3	94.1%
Despesas para contingências	17.0	1.1	0.0	16.8	1.2	97.6%

Fonte: Portal de transparência de Timor-Leste



Os combustíveis para geradores registam a maior despesa na categoria de bens e serviços

O quadro em baixo discrimina as despesas em “bens e serviços” de valor superior a 5 milhões de USD. As três principais são as relativas à despesa com “combustível com geradores”, com “serviços profissionais” (nomeadamente consultorias) e com itens operacionais.

Ano Fiscal Grupo	Despesas		
	2014 Detalhes do orçamento		
Item	Orçamento	Real	Execução %
Total	1,500.00	1,367.82	93.7%
Bens e serviços	478.04	449.00	95.3%
Fuel para geradores	94.09	92.44	98.6%
Serviços Profissionais	84.58	77.29	91.9%
Despesas Operacionais	75.28	49.60	66.3%
Materiais Operacionais	56.31	55.90	102.0%
treino e Seminários	51.10	42.02	82.4%
Outros serviços vários	33.98	28.34	87.0%

Fonte: Portal de transparência de Timor-Leste

Fazemos ainda uma referência especial à rubrica que teve uma taxa de execução superior a 100%: as despesas com “materiais operacionais”. Esta rubrica teve também uma taxa de execução superior a 100% em 2013.

O Governo criou um Fundo para a construção de infraestruturas do País...

Continuamos com a análise de uma das componentes importantes do Orçamentos de Estado para o desenvolvimento da infraestrutura do país, o Fundo das Infraestruturas (FI). Este Fundo é gerido por uma comissão interministerial, sob aprovação do Primeiro-Ministro. O Fundo é aplicado num conjunto de programas e gere a parte mais importante da construção de infraestruturas do país. O quadro em baixo sintetiza a informação sobre os programas existentes, a respectiva dotação orçamental e o montante efectivamente gasto durante o ano de 2014.

Despesas Grupo	Ano Fiscal 2014 Detalhes do orçamento				
	Orçamento	Obrigações	Real	Execução (Real+ Obrigações)	Execução (só real)%
<b>Total Orçamento</b>	<b>1,500.00</b>	<b>37.12</b>	<b>1,367.82</b>	<b>93.7%</b>	<b>91.2%</b>
<b>Fundo de infraestruturas - FI</b>	<b>337.50</b>	<b>8.43</b>	<b>324.21</b>	<b>98.6%</b>	<b>96.1%</b>
Irrigação	9.50	0.01	9.49	100.0%	99.9%
Piano mestre	2.21	0.00	1.85	84.1%	83.9%
Esgotos	1.76	0.06	20.6	119.9%	116.7%
Desenvolvimento urbano e rural	8.26	0.02	8.25	100.0%	99.8%
Edifício pública	9.73	0.79	8.93	99.8%	91.7%
Escolas	4.66	0.13	3.75	83.1%	80.4%
Universidades	0.50	0.03	0.13	33.8%	27.1%
Energia eléctrica	138.47	2.13	133.79	98.2%	96.6%
Equipamento informatika	0.59	0.05	0.55	100.0%	92.3%
Habitação	5.92	0.00	5.92	100.0%	100.0%
Hospital/clinica	1.97	0.21	1.76	100.0%	89.1%
Segurança e defesa	6.13	0.65	4.66	86.6%	76.0%
Sub-programa segurança	0.20	0.00	0.20	100.0%	100.0%
Sub-programa defesa	0.02	0.02	0.00	96.5%	0.0%
Monumentos	1.06	0.01	1.05	100.0%	99.5%
Aeroportos	13.54	0.00	13.54	100.0%	100.0%
Petrollo e gas	9.00	0.06	8.21	91.9%	91.2%
Aeroportos	0.22	0.00	0.22	99.8%	99.8%
Estradas	58.60	1.80	56.96	100.3%	97.2%
Pontes	11.71	0.38	11.33	100.0%	96.7%
Portos	6.20	0.01	9.17	148.0%	147.9%
Preparação de desenhos e supervisao-novos projectos	1.23	0.00	0.86	70.0%	70.0%
Programa de desenvolvimento região oecusi	24.00	0.11	23.74	99.4%	98.9%
Programa do sector turismo	2.57	1.50	1.07	100.0%	41.7%
Programa sector das finanças	19.09	0.40	16.44	88.2%	86.1%
Programa do sector juventude e desporto	0.36	0.07	0.29	100.0%	80.5%

Fonte: Portal de transparência de Timor-Leste

O primeiro ponto relevante diz respeito ao aumento significativo da taxa de execução do FI em 2014 de 93,7%, face à taxa de 50,5% em 2013. Repare-se que, se calcularmos a taxa de execução apenas com os valores efectivamente pagos, então esta aumenta para 96,1%. Adicionalmente, a taxa média de execução, não ponderada pelo montante, de todos os programas ultrapassou os 90%.

.... e a sua taxa de execução de despesa atingiu 93,7% em 2014

O segundo ponto a salientar é o facto de que, embora o orçamento de Estado alocado ao Fundo ascendesse a 22,5% (36,7% do OGE13), as despesas efectuadas foram de 22,2% do total do orçamento executado, face aos 18,5% de 2013.

.... ou 22,2% do total do orçamento

A energia elétrica foi a maior categoria de despesa do FI

O programa do Fundo com maior dotação orçamental, com cerca de 41% do total alocado, foi o da energia eléctrica. Este programa com uma taxa de execução de 98% em 2014, tem por objectivo proceder à electrificação do país, englobando essencialmente o pagamento do contrato de prestação de serviços de construção das centrais eléctricas e da rede de distribuição, assinados com os respectivos concessionários.

Os segundo e terceiro maiores programas --- “Estradas” (58,6 milhões de USD) e o programa de desenvolvimento da região de Oecuse (24 milhões), designada Zona Especial de Economia Social de Mercado - ZEESM - representam cerca de 17,4% e 7,1% do total, com uma taxa de execução de 100% e 99,4% respectivamente.

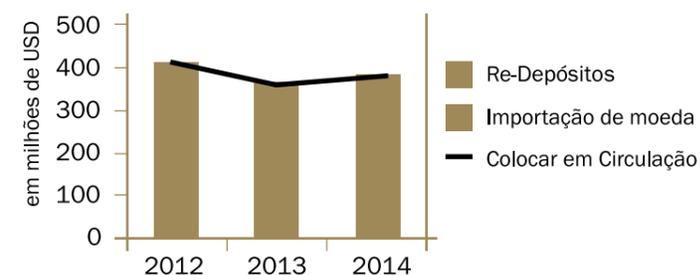
## Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

O BCTL desempenha um papel fundamental na proteção da confiança do público na moeda.

Um dos principais sectores de uma economia moderna é o sector financeiro, incluindo a sua vertente monetária. O Banco Central de Timor-Leste tem estado e continua activamente empenhado em proteger a confiança pública na utilização da moeda legal em curso país. Como o país continua a utilizar como moeda oficial uma divisa estrangeira, o dólar norte-americano, as acções do BCTL não podem ser julgadas em termos da responsabilidade de manter o valor da moeda através da política monetária, inexistente, mas sim em termos da necessidade da manutenção operacional da confiança na moeda, traduzida no fornecimento de notas e moedas que, em todos os momentos, devem satisfazer a procura do público, assim como, na garantia de manutenção da integridade física das notas.

A tabela a seguir descreve a quantidade total de notas importadas pelo BCTL durante 2014 e colocadas em circulação.

### Transacções de Moeda



Fonte: BCTL

Sendo Timor-Leste uma economia “dolarizada”, não é possível ao BCTL calcular com exactidão a quantidade total de moeda em circulação, embora se possa estimar razoavelmente o agregado monetário M2, que na maior parte dos países se usa como medida da disponibilidade de meios de pagamento. O M2 é normalmente calculado pela soma da moeda fiduciária em circulação (moedas e notas) com os depósitos à ordem (que, como a anterior, podem ser mobilizados imediatamente para efectuar pagamentos através de cheques) e a “quase-moeda”, valores que podem ser mobilizados a relativamente curto prazo para fazer pagamentos.

No gráfico em baixo apresenta-se a evolução da oferta de moeda, o M2 aproximado, em Timor-Leste ao longo do período 2010-2014. Note-se que os valores são aproximados pois que, como o país usa o dólar norte americano, é difícil calcular com exactidão o valor das notas em circulação. Porém, como esta deve constituir uma percentagem pequena dos valores disponíveis para pagamentos, o M2 aproximado - o total das moedas, depósitos e quase-moeda - serve, razoavelmente, para medir o montante de moeda na economia nacional.

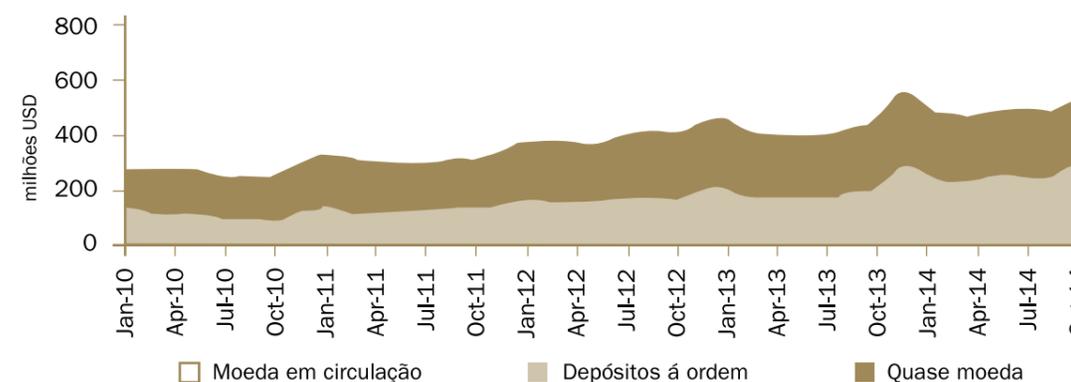
A “oferta” de moeda tem registado uma subida contínua ao longo dos últimos 4 anos, o que se deve, naturalmente, à expansão da actividade económica doméstica, estimulada pelo aumento das despesas públicas.

Como não se dispõe de política monetária, o BCTL não é capaz de calcular com exactidão a quantidade de moeda em circulação....

.... mas consegue calcular uma boa aproximação do agregado monetário, o M2

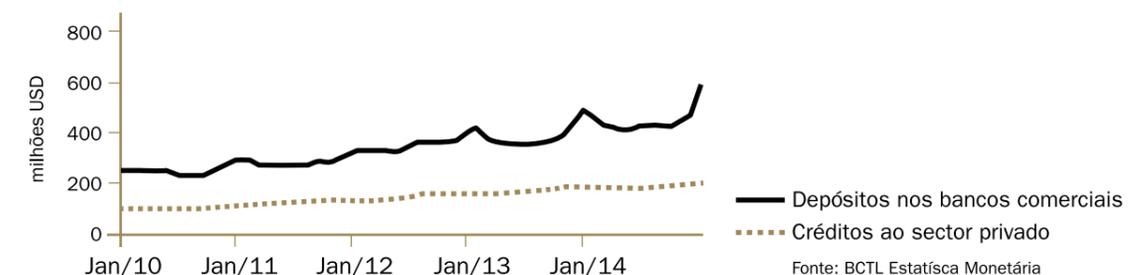
A expansão da actividade económica do País impulsionou a subida do M2 nos últimos anos.

### Oferta de Moeda (M2) e suas Componentes



Fonte: BCTL Estatística Monetária

### Depósitos de e Empréstimos ao Sector privado



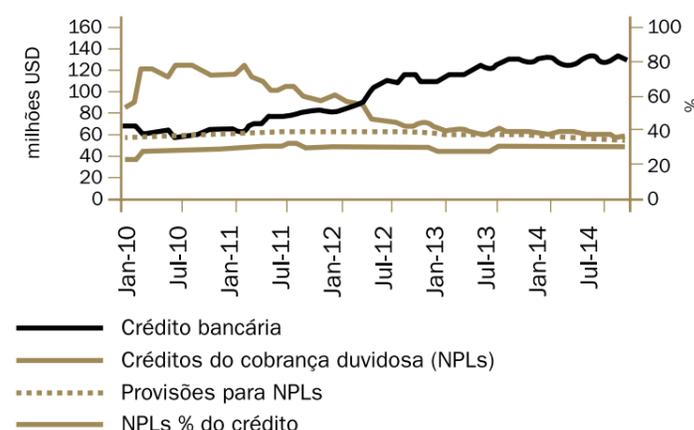
Fonte: BCTL Estatística Monetária

A subida dos recursos bancários foi muito superior à dos empréstimos concedidos..

No campo dos agregados monetários, é importante também acompanhar a evolução dos depósitos bancários e da sua relação com os empréstimos da banca já que é principalmente com aqueles, que a banca financia os empréstimos que concede.

Como se pode verificar pelo gráfico ao lado, o volume dos empréstimos é muito inferior ao dos depósitos, fornecendo à banca comercial um excesso de liquidez que a obriga a procurar alguma rentabilidade para os recursos disponíveis através de aplicações no estrangeiro.

Créditos de cobrança duvidosa e provisões para o mesmo



Fonte: BCTL Estatística Monetária

Para além da “quantidade” dos empréstimos importa analisar também a sua “qualidade”. Um indicador desta é o montante de “crédito de cobrança duvidosa”, isto é, de empréstimos em que os tomadores dos mesmos não estão a cumprir as obrigações contratuais que assumiram ao receberem o empréstimo bancário.

No caso do sistema bancário de Timor-Leste, o montante desses empréstimos de fraca qualidade é bastante elevado: cerca de 37% do crédito no final de 2014. Embora ainda seja elevado, o agregado tem registado uma tendência decrescente, face aos 70% no final de 2010. Porém, isso não coloca em causa a segurança do sistema, quer porque as principais instituições bancárias são filiais de grandes e sólidos bancos nos seus países de origem que não deixarão de apoiar a sua filial no nosso país em caso de necessidade, quer porque estas souberam adaptar-se à situação constituindo provisões (reservas) de nível significativo, mais que suficientes para cobrir as perdas a registar no “crédito de cobrança duvidosa”. Note-se, a este propósito que o total de provisões tem sido sempre superior ao valor do “crédito de cobrança duvidosa”.

Embora elevado, o rácio de créditos do cobrança duvidosa tem tido uma tendência decrescente....

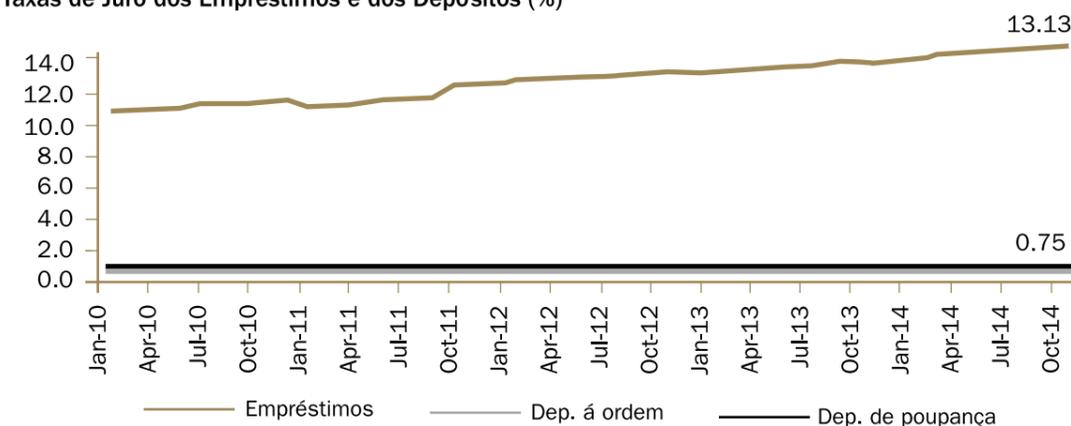
O nível de “crédito de cobrança duvidosa” acaba por ser um indicador do risco do negócio bancário pois quando aquele é elevado isso significa que este é alto. Ora o risco é uma das componentes que influenciam a taxa de juro dos empréstimos: quando aquele é elevado, a taxa de juro do crédito tende a ser também elevada. Timor-Leste não é excepção e as taxas de juro activas (dos empréstimos) são relativamente altas se comparadas com as do país emissor da moeda corrente no nosso país, o dólar dos Estados Unidos. De facto, a teoria económica diz que quando um país pequeno adopta como sua a moeda de um país grande as taxas de juro num e noutro tendem a ser próximas. Em Timor-Leste tal não se verifica, sobretudo para as taxas de juro do crédito, por diversas razões, sendo a principal o risco do negócio bancário, que inclui os risco de incumprimento pelos tomadores de empréstimos e o risco-país.

.... o elevado risco de crédito é um dos factores que pode explicar as elevadíssimas taxas de juro no crédito.

No gráfico em baixo pode ver-se a evolução das taxas de juro activas (dos empréstimos) e passivas (dos depósitos) e perceber-se que o “spread” (diferença) entre elas é bastante elevado.

O gráfico apresenta uma diferença enorme entre as taxas de juro activas e passivas ....

Taxas de Juro dos Empréstimos e dos Depósitos (%)



Fonte: BCTL

Estas taxas de juro nominais correspondem a taxas de juro reais igualmente elevadas. Se tomarmos a taxa de juro média anual (12,87%) de 2014 e subtraírmos a taxa média anual de inflação de 2014 (0,5%), a taxa de juro real situou-se, em média e em 2014, nos 12,37%.

O “spread” varia apenas ligeiramente ao longo do tempo em função da evolução das taxas dos empréstimos (as taxas dos depósitos têm sido menos voláteis), registando 11,52% em 2014.

.... em média, o spread foi de 11,52% em 2014

Taxa de Juro do banco Comercial				(Em percentagem)				
Perodo	Empréstimos +6 meses Libor	Depósitos a Ordem	Depósitos de Poupança	Depósitos a Prazo				
				1 Mês	3 Meses	6 Meses	12 Meses	
2014	Jan	12.59	0.56	0.75	0.86	1.09	1.29	1.36
	Fev	12.56	0.56	0.75	0.87	1.10	1.31	1.37
	Mar	12.58	0.56	0.75	0.87	1.09	1.30	1.37
	Abr	12.80	0.55	0.75	0.86	1.09	1.29	1.36
	Mai	12.85	0.55	0.75	0.86	1.09	1.29	1.36
	Jun	12.87	0.52	0.75	0.86	1.09	1.29	1.36
	Jul	12.92	0.54	0.75	0.86	1.09	1.29	1.36
	Ago	12.95	0.53	0.75	0.85	1.08	1.27	1.34
	Set	13.02	0.52	0.75	0.84	1.06	1.25	1.33
	Out	13.02	0.52	0.75	0.82	1.04	1.23	1.30
	Nov	13.13	0.52	0.75	0.83	1.04	1.24	1.30
	Dez	13.11	0.54	0.75	0.83	1.05	1.24	1.31

Fonte: BCTL

Ao restringir a concessão de crédito, o sistema financeiro acaba por aplicar os fundos em excesso no exterior.

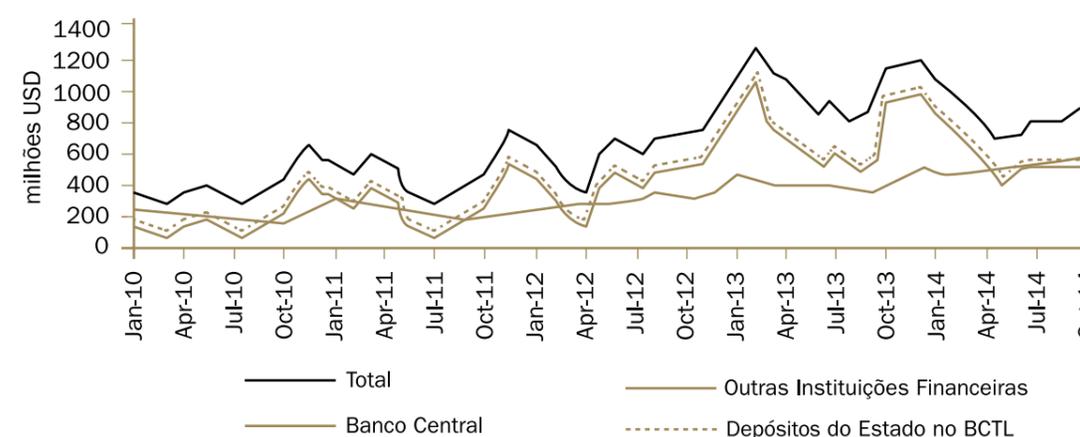
Referimos anteriormente que a banca comercial, na impossibilidade de aplicar os seus recursos no nosso país, acaba por transferir para o estrangeiro valores significativos a fim de obter algum rendimento dos elevados volumes de depósitos não utilizados na concessão de crédito doméstico. O gráfico abaixo representa a evolução das “disponibilidades líquidas sobre o exterior” do nosso país, autonomizando-se as do Banco Central e as da banca comerciais, designada no gráfico como “outras instituições financeiras”.

Contudo, as reservas externas são mais sensíveis a evolução das reservas do banco central

Como se pode verificar, o total das DLX é muito sensível à evolução das reservas do Banco Central e estas, por sua vez, estão intimamente relacionadas com a evolução dos depósitos do Estado junto do BCTL, o que significa que uma boa parte do dinheiro disponível e, que lhe foi confiado pelo Estado, é depositado no exterior. Quando este solicita verbas para as suas despesas, os seus depósitos no Banco Central diminuem, diminuindo também, conseqüentemente, as disponibilidades deste sobre o exterior.



Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior (DLX)



Fonte: BCTL Estatística Monetárias

As disponibilidades da banca comercial no exterior têm um comportamento mais estável, crescendo paulatinamente, numa evolução muito próxima da dos depósitos dos agentes económicos privados junto da banca.

### Desenvolvimento do Sistema Bancário

O sistema bancário em Timor-Leste manteve-se estável e sólido, durante o período em apreço. O sistema bancário continua a ser financiado com base em depósitos, emprestando apenas uma parcela destes recursos a empresas e particulares, pelo que, no seu conjunto, o sistema bancário é superavitário. Nos quadros e gráficos em baixo, disponibilizam-se um conjunto de informações sobre o sistema bancário do país, o qual era constituído, no final de 2014, por um banco sediado em Timor-Leste --- o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste --- e três agências bancárias de três importantes bancos, sediados em Portugal (CGD/BNU), Austrália (ANZ) e Indonésia (Mandiri).

O total de activos do sistema bancário, no final de 2014, era de cerca de 805 milhões de USD, um acréscimo de praticamente 21% face ao ano anterior.

O sistema bancário continuou estável em 2014

Os activos bancários aumentaram cerca de 21% face a 2013.

Activos da banca Comercial			(Em milhões de USD)			
Items	Dez/13	% TA	Dez/14	% TA	Taxa de variação	Valorda variação
Moeda e aldo no BCTL	105.01	15.8%	179.41	22.3%	70.9	74.40
Depósitos noutros bancos	429.81	64.6%	487.63	60.6%	13.5	57.83
Investimento	0.00	0.0%	3.98	0.5%	100.0	3.98
Empréstimos e adiantamentos a clientes	118.46	17.8%	120.86	15.0%	2.0	2.40
Activos fixos	9.21	1.4%	9.92	1.2%	7.7	0.71
Outros activos	2.79	0.4%	3.26	0.4%	16.9	0.47
<b>Total</b>	<b>6665.28</b>	<b>100%</b>	<b>805.06</b>	<b>100%</b>	<b>21.0</b>	<b>139.79</b>

Fonte: BCTL

O crédito concedido diminuiu em 2014....

Durante o ano de 2014, o crédito concedido pelo sistema diminuiu cerca de 0,1%. A carteira bruta de empréstimos, incluindo o crédito mal parado, avaliava-se, no final de 2014, em 176.7 milhões de dólares, dos quais 47,4 milhões estavam classificados como "crédito mal parado". Note-se, novamente, que este elevado montante de 'crédito mal parado' não coloca em risco a estabilidade do sistema, uma vez que as respectivas provisões de crédito são substancialmente superiores (55,8 milhões) ao montante de perdas de crédito registadas.

Empréstimos segundo a sua performance			(Em milhões de USD)			
Item	Dez/13	% do Total CBE	Dez/14	% do Total CBE	variação	
Empréstimos em cumprimento	127.32	72.0%	129.29	73.2%	1.5%	
"Crédito de cobrança duvidosa"	49.54	28.0%	47.41	26.8%	-4.3%	
Provisões para "Crédito de cobrança duvidosa"	58.40	33.0%	55.84	31.6%	-4.4%	
<b>Total liquido dos empréstimos e adiantamentos</b>	<b>118.46</b>	<b>67.0%</b>	<b>120.86</b>	<b>68.4%</b>	<b>2.0%</b>	
Carteira bruta de empréstimos (CBE)	176.86		176.70		-0.1%	
Provisões em % "Crédito de cobrança duvidosa"	117.9%		117.8%			
"Crédito de cobrança duvidosa" em % da carteira bruta de empréstimos	28.0%		26.8%			

Fonte: BCTL

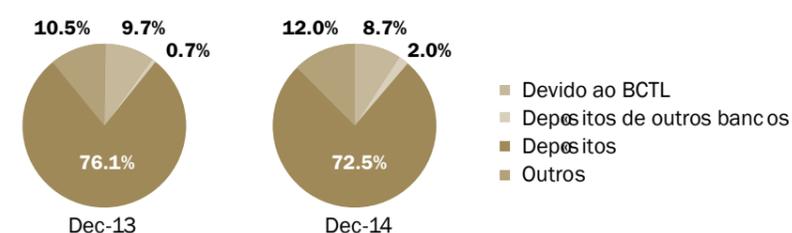
.... mas os depósitos aumentaram cerca de 15,2% para 583 milhões de USD

O valor global dos depósitos atingiu em 2014 o valor de cerca de 583 milhões de USD, um aumento relativamente ao ano anterior de 15,2%, representando 72,5% do total de responsabilidades.

Responsabilidades / Passivo			(Em milhões de USD)			
Item	Dez/13	% das responsab. e capital	Dez/14	% das responsab. e capital	variação	
Devido ao Banco Central de TL	64.30	9.7%	<b>70.08</b>	8.7%	9.0%	
Depósitos de outros bancos	4.37	0.7%	<b>15.75</b>	2.0%	260.2%	
Depósitos	506.31	76.1%	<b>583.28</b>	72.5%	15.2%	
Outros	70.15	10.5%	<b>96.87</b>	12.0%	38.1%	
Capital	20.14	3.0%	<b>39.11</b>	4.9%	94.1%	
<b>Total das responsab. e capital</b>	<b>665.27</b>	<b>100.0%</b>	<b>805.06</b>	<b>100%</b>	<b>21.0%</b>	
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>645.13</b>	<b>97.0%</b>	<b>765.96</b>	<b>95.1%</b>	<b>18.7%</b>	

Fonte: BCTL

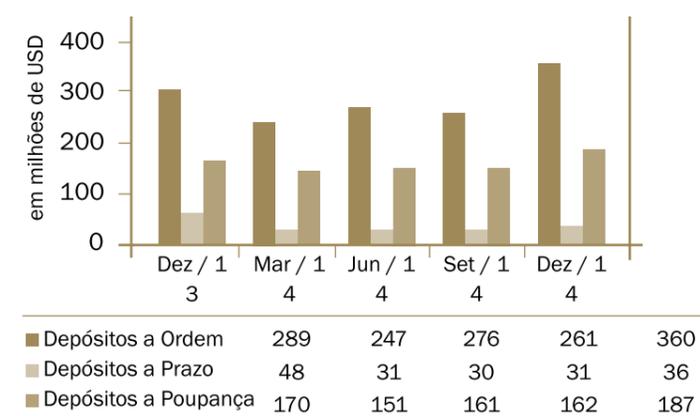
O gráfico em baixo decompõe com maior detalhe, a estrutura dos passivos bancários.



Os depósitos à vista continuaram representar a maioria do total de depósitos, atingindo cerca de 61,7% do total, tendo aumentado face aos 24,7% de Dezembro de 2013. Os depósitos de poupança, em percentagem do total de depósitos, aumentou novamente em 2014, depois de diminuir durante três anos consecutivos. Por sua vez, os depósitos a prazo baixaram em 2014, passando de 9,5% para 6,2% do total.

.... dos quais 61,7% são representados por depósitos à vista

Estrutura de Depósitos do Banco



Fonte: BCTL



De facto, os juros pagos pelos depósitos foram apenas de 1,7 milhões de USD....

....um valor marginal comparado com as receitas primárias dos bancos.

As receitas dos bancos foram constituídas por juros e taxas cobradas aos seus clientes, num total de cerca de 16,5 milhões de USD, e por outros rendimentos, sobretudo comissões, num valor de cerca de 17,2 milhões de USD. Os juros pagos pelos depósitos foram bem mais reduzidos, cerca de 1,7 milhões de USD.

Em resultado da sua actividade, os bancos apresentaram os seguintes resultados em 2014 (os valores de 2013 destinam-se a facilitar a comparação):

	(Em milhões de USD)	
	Dec-13	Dec-14
<b>Rendimento Bruto</b>	<b>27.87</b>	<b>26.90</b>
Rendimento líquido antes de impostos	14.81	10.20
Impostos sobre o rendimento	1.51	1.11
<b>Rendimento líquido antes de impostos</b>	<b>13.30</b>	<b>9.10</b>
<b>Rendimento em % dos activos</b>	<b>Dec-13</b>	<b>Dec-14</b>
Juros recebidos de bancos	0.33%	0.28%
Juros de investimentos 'overnight'	0.00%	0.00%
Juros e taxas derivados de empréstimos	1.91%	0.57%
Outros juros recebidos	0.21%	0.21%
outros rendimentos operacionais	2.93%	2.14%

Fonte: BCTL

O aumento dos activos resultou na diminuição do RoA de 2% para 1.2% em 2014.

O rendimento relativamente aos activos envolvidos (o ROA, ou Return On Assets) foi de 1,2% em 2014, depois de ter sido de 2% em 2013. Esta diminuição do RoA fica a dever-se ao aumento do valor dos activos bancários, sem um equivalente aumento dos rendimentos, que de facto desceram ligeiramente face a 2013. A diminuição do RoA decorre, assim, redução das taxas de juro e do rendimento das comissões em 2014, quando considerados em percentagem dos activos bancários. Os bancos continuam a manter rácios de liquidez superiores aos que são exigidos pelo Banco Central.

## Conclusões

As contas nacionais de 2012 publicadas pela DNE apuraram uma taxa de crescimento do PIB não petrolífero, de 7,8% em 2012. As estimativas do Governo, publicadas no Livro 1 da proposta de OGE para 2015, são de um crescimento de 5,6% em 2013, e 7,1% em 2014. Neste contexto, o BCTL julga, contudo, que, com base nos seus indicadores económicos, o ritmo de crescimento foi bastante mais fraco em 2013 (0.5% apenas) e que terá recuperado para 8%, em 2014. O indicador de actividade do BCTL e as respectivas previsões seguem de perto a evolução da despesa pública nos 2 anos, que desceram em 2013, em termos efectivos e recuperaram substancialmente em 2014.

A taxa média de inflação de 2014 foi de 0.5%, o que representa uma redução substancial face ao valor de 2013. De acordo com os modelos do BCTL, a descida substancial da inflação em 2014 ficou a dever-se, maioritariamente, à redução significativa das pressões externas sobre a inflação, em resultado da apreciação do dólar face as moedas dos parceiros comerciais e da descida dos preços internacionais das commodities. A medida de inflação externa do BCTL – média da taxa de inflação de 6 economias Asiáticas, em dólares - registou um valor negativo em 2014 de -1%, pela primeira vez depois de 2009, ano marcado pelas consequências recessivas da crise financeira mundial. Por outro lado, a recuperação económica observada em 2014 voltou a acrescentar alguma pressão, em alta, sobre a inflação doméstica, mas cujo efeito foi apenas marginal quando comparado com o impacto da inflação externa.

O nosso país continua a apresentar um saldo deficitário da balança de pagamentos, quando se excluem os rendimentos do Fundo Petrolífero e as receitas da exploração do petróleo e gás natural, devido ao enorme défice da balança comercial. Todavia, em termos globais, quando se incluem aqueles rendimentos e receitas, o saldo externo é claramente superavitário. A nossa economia continuou a registar um enorme défice comercial de bens em 2014, devido à manutenção de uma elevada dependência das importações, cujos valores globais continuaram a aumentar em 2014. A exportação de mercadorias cresceu apenas 1.5% no ano e continua a ser baixa, representando menos de 10% do comércio total.

Em termos orçamentais, o total da despesa pública efectiva aumentou substancialmente em 2014, para o máximo de sempre de 1368 milhões de dólares, face aos 1082 milhões gastos em 2013. Este aumento decorreu fundamentalmente de um aumento das taxas de execução do orçamento. Em termos de receitas públicas, continuou a registar-se um favorável aumento das receitas domésticas não petrolíferas para 184 milhões de dólares, que, ainda assim, apenas cobriram 17% dos gastos, cujo financiamento continua a ser maioritariamente pelos rendimentos do Fundo do Petróleo e receitas petrolíferas.

Em termos dos agregados monetários, a quantidade de moeda em circulação continuou a aumentar em 2014, continuando a tendência crescente da última década, em linha com a expansão da economia doméstica. O sistema bancário continua a apresentar uma posição de liquidez extremamente superavitária, visto que a respectiva carteira de crédito constitui uma parcela minoritária do conjunto dos activos bancários disponíveis, que são maioritariamente aplicados em depósitos em bancos estrangeiros.

O sistema bancário em Timor-Leste manteve-se estável e sólido, durante o período, continuando a apresentar níveis de rentabilidade robustos, níveis de cobertura adequados para os riscos de crédito e um excesso de liquidez substancial para o sistema como um todo.

# 3

## O BCTL: Missão e mandato principal, organização, governação, e actividades

A missão principal do Banco consiste em continuar a assegurar e melhorar a qualidade dos serviços que presta à comunidade, mantendo, em simultâneo, um sistema monetário estável e funcional. Esta missão é prosseguida mediante a manutenção de uma taxa de inflação baixa e estável, um sistema de pagamentos seguro e eficaz, o funcionamento credível do conjunto das instituições financeiras --- mediante a implementação de normas legais apropriadas e da supervisão bancária ---, a educação financeira da população e a realização de estudos sobre a economia nacional, apoiados em estatísticas apropriadas e de qualidade.

Tendo em conta a missão do Banco Central, este capítulo faz uma análise global do mandato e das funções do Banco Central, da sua estrutura governativa e actividades mais importantes levadas a cabo durante o exercício de 2014 e o seu plano de acção para 2015. Este breve sumário de actividades anuais detalha ainda as principais iniciativas desenvolvidas por cada uma das várias áreas funcionais do banco.



## Principais mandatos e funções

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é uma entidade pública legal, dotada de autonomia administrativa e financeira, que responde perante o Primeiro-Ministro da RDTL. O Banco e os seus empregados individualmente considerados são entidades independentes, não podendo receber instruções de entidades que lhes sejam externas, assegurando os seus estatutos a necessária independência do Banco Central face ao Governo.

Como é usual na maioria dos Banco Centrais mundiais, o principal objectivo do BCTL é, no domínio da política económica, assegurar a estabilidade dos preços domésticos. Outros objectivos igualmente importantes são a promoção de um sistema financeiro baseado nos princípios de uma economia de mercado e, por isso, em que haja concorrência e esta funcione em favor do público e da economia em geral. Tendo como pano de fundo estes objectivos e princípios, o Banco Central deve ainda apoiar a política global do Governo na área económica.

A fim de alcançar os seus objectivos, o BCTL deve, de acordo com a Lei que o criou,

- a) Definir e implementar a política monetária do país;
- b) Definir e adoptar o regime cambial bem como a política cambial associada;
- c) Realizar operações em moedas estrangeira;
- d) Deter e gerir as reservas oficiais externas do país;
- e) Deter e gerir as reservas em ouro do Estado timorense;
- f) Emitir e gerir a moeda oficial de Timor-Leste --- neste momento o país usa a moeda dos EUA;
- g) Reunir e publicar informação estatística sobre as áreas da sua competência (nomeadamente as estatísticas monetárias e as da balança de pagamentos);
- h) Informar o Parlamento Nacional, o Governo e o público em geral sobre as políticas que implementa;
- i) Estabelecer, promover e supervisionar sistemas de pagamentos seguros e eficientes;
- j) Regular, licenciar, registar e supervisionar as instituições financeiras que operem no país;
- k) Aconselhar o Governo sobre matérias da sua competência;
- l) Agir como agente fiscal do Governo;
- m) Participar em organizações e reuniões internacionais que se debrucem sobre os pontos acima;
- n) Ser parte de contratos e estabelecer acordos e protocolos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas; e
- o) Realizar quaisquer outras actividades que caibam no corpo e no espírito da Lei do Banco Central.

Actualmente, algumas destas funções não podem ainda ser desempenhadas pelo Banco Central de Timor-Leste, devido à adopção do dólar norte-americano (USD) como moeda corrente do país.

## Organização e governação do BCTL

A autoridade máxima do Banco Central é o seu Conselho de Administração, o qual formula as estratégias e políticas para a instituição e supervisiona a sua implementação, incluindo a supervisão da administração e das actividades operacionais do Banco.

O Governador é o director executivo do BCTL e o responsável pela gestão corrente, sendo assistido por dois vice-Governadores e por um Comité de Gestão composto pelos chefes dos departamentos do Banco. No final de 2014, ano a que se refere o presente relatório, o Conselho de Administração era constituído pelo Governador, dois Vice-Governadores e um membro não-executivo, que foi nomeado durante o período em apreço, faltando assim nomear três membros não-executivos do Conselho. As composições do Conselho de Administração e do Comité de Gestão são apresentadas no final do capítulo.

O BCTL está organizado em quatro departamentos principais: Supervisão do Sistema Financeiro; Sistemas Bancários e de Pagamentos; Gestão do Fundo Petrolífero; e Departamento de Administração. Há ainda algumas Divisões e Gabinetes independentes que reportam directamente o Governador. É o caso do Gabinete Jurídico, o Gabinete do Auditor Interno, a Divisão de Economia e Estatísticas e a Unidade da Informação Financeira, cuja Directora foi recentemente nomeada. A Divisão de Orçamento e Contabilidade encontra-se na dependência do Vice-Governador para a área da supervisão do sistema financeiro.

O Banco Central está também encarregue do secretariado do Comité Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero.

O Conselho de Administração do BCTL continua a adoptar como motto a sigla TIMOR, representando a Transparência, a Integridade, a Mobilização, a Obrigação e a Responsabilidade, palavras de ordem essenciais no dia-a-dia da instituição e dos seus funcionários.

Existe também no BCTL um código de ética aplicável a todos os seus funcionários, do topo à base e incluindo outras entidades que se relacionam com o Banco. Este código, a ser eventualmente revisto pelo CA do BCTL, inclui normas muito estritas sobre vários aspectos do comportamento daqueles a quem se aplica. Refira-se, por exemplo, a obrigatoriedade de cada funcionário do Banco desempenhar as suas funções tendo exclusivamente em consideração os interesses do público em geral e do BCTL e não os seus interesses





BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE

## Valores Institucionais

### Transparência

Somos um exemplo para a sociedade e para as instituições, os nossos procedimentos e regulamentações são aplicados interna e externamente de forma universal, consistente e rigorosa.

### Integridade

Exercemos a nossa actividade com honestidade e altos padrões ético-morais, respeitando a confidencialidade e legalidade em todas as decisões que envolvem os nossos interesses e recursos.

### Mobilização

Movemo-nos para prestar o melhor serviço à comunidade de Timor-Leste, através da nossa determinação e empenho para ouvir, aprender e assessorar.

### Obrigaçã

Demonstramos um sentimento de pertença e envolvimento, estabelecendo como prioridade os objectivos da instituição e exibindo disponibilidade para desempenhar tarefas para lá do que nos é pedido.

### Responsabilidade

Investimos no desenvolvimento das nossas capacidades técnico-profissionais, cumprimos com as responsabilidades que nos são atribuídas e que proactivamente procuramos, através da permanente monitorização das consequências das nossas decisões e acções.

individuais, o que inclui não receber instruções, quaisquer que elas sejam, de outras entidades que não as das estruturas legais do Banco Central.

Os funcionários do Banco estão também, naturalmente, proibidos de receber quaisquer valores pecuniários ou outros elementos remuneratórios, de quaisquer pessoas que possam ter interesse em influenciar as suas decisões.

## As actividades do BCTL em 2014

No âmbito da missão do BCTL, consubstanciada na promoção da estabilidade monetária e financeira, desenvolvimento do sistema financeiro e promoção de um sistema de pagamentos seguro e eficaz, várias actividades foram planeadas e implementadas em 2014.

Depois de se ter realizado em 2013, um seminário para consultar a opinião das varias partes interessadas, com o objetivo de preparar e melhorar o desenvolvimento de serviços financeiros para os cidadãos timorenses no país, o BCTL lançou oficialmente, a 28 de Agosto de 2014, o seu Plano Diretor para o Desenvolvimento do Setor Financeiro. O Plano Diretor define um roteiro abrangente para o desenvolvimento do sector financeiro ao longo da década até 2025.

O BCTL também lançou, em 29 de Novembro 2014, a campanha de educação financeira. A campanha foi lançada em Dili, sob o patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República Sr Taur Matan Ruak que instituiu o dia 29 de Novembro como o Dia Nacional da Poupança. Depois da cerimónia de lançamento, o BCTL assegurou a realização da primeira campanha nacional de sensibilização e educação financeira, realizada entre os dias 1 e 5 de Dezembro. Esta campanha foi realizada em 6 Distritos: Manufahi, Baucau, Maliana, Aileu, Ainaro e Liquiça.

No final de 2014, o BCTL, em conjunto com o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), trabalhou na elaboração do quadro jurídico para o correspondência bancária (Agent Banking). Este considera que as tecnologias podem facilitar a actividade bancária sem filiais, mediante o uso de acordos entre agências, o que pode ajudar a ultrapassar as barreiras associadas ao acesso aos serviços bancários tradicionais e fornecer soluções para a generalização do uso de serviços bancários em Timor-Leste.

Durante o ano, o BCTL iniciou discussões preliminares com as instituições relevantes de garantia de crédito, como "Credit Guarantee Corporation Malaysia", no âmbito da criação de um sistema de garantia de créditos em Timor-Leste.

O BCTL realizou também um estudo estratégico abrangente do Sistema Nacional de Pagamentos de Timor-Leste. A principal recomendação imediata do estudo consistia na necessidade do BCTL implementar um sistema de transferências automatizado (STA/ATS), cujo objetivo é o de facilitar os pagamentos em formato electrónico entre todos os bancos, incluindo o BCTL, bem como o Ministério das Finanças.

Durante o ano de 2014, o BCTL adjudicou o contrato para o fornecimento de um STA, na sequência de um processo de concurso público internacional. O BCTL e o vendedor começaram o trabalho conjunto sobre a especificação e a implementação do STA em Março de 2014, prevendo-se que o sistema inicie a operar em pleno, até ao final de Abril de 2015.

O BCTL designou o STA como R-Timor, abreviatura de “Rede Transferência iha Momento real”. O sistema foi projetado para aceitar e processar pagamentos em formato electrónico entre os bancos. Os pagamentos são enviados e recebidos com o máximo de segurança e velocidade, utilizando uma rede dedicada de alta velocidade duplicada. Os movimentos de fundos entre os participantes do sistema são feitos através de contas de liquidação detidas junto do BCTL.

A introdução do R-Timor envolveu um grande esforço por parte de todas as partes envolvidas, que incluem o BCTL, os bancos comerciais e o Ministério das Finanças. Estas partes estiveram também estreitamente envolvidos numa importante atividade associada, que foi a conversão de todos os números de contas bancárias em Timor-Leste para o padrão do “International Bank Account Number (IBAN)”.

As principais atividades do BCTL, realizadas durante 2014, encontram-se descritas com maior detalhe na secção que se segue.

## Sistema de Pagamentos

### Arranjos quanto ao uso do dinheiro como meio de pagamento

Durante o período a que refere este relatório --- o ano financeiro de 2014 ---, o Banco Central continuou a actuar de uma forma consistente, de modo a manter sempre uma reserva de dinheiro suficiente para atender às necessidades de pagamentos pecuniários, quer do Governo, quer dos bancos comerciais. Foi neste contexto que o Banco assegurou,

nomeadamente, o pleno funcionamento da “câmara de compensação” nacional. O quadro seguinte sintetiza os movimentos registados na “clearing house”:

Transacções na Câmara de Compensação de Dili				
(valor; em milhões de USD)				
Mês	Cheques		Ordens de pagamentos	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 14	1895	20	2982	35.904
Fevereiro 14	1730	13.230	1274	6.199
Março 14	1813	13.434	3287	12.744
Abril 14	1715	11.677	5994	14.836
Maio 14	1736	9.984	4718	24.459
Junho 14	1798	10.638	8259	35.533
Julho 14	1808	9.005	6363	27.344
Agosto 14	1738	11.008	4846	32.249
Setembro 14	2010	11.100	4878	44.385
Outubro 14	2029	18.601	5892	40.699
Novembro 14	1615	9.154	3723	27.544
Dezembro 14	2317	16.574	9490	84.779
<b>Total</b>	<b>22204</b>	<b>154.176</b>	<b>61706</b>	<b>386.676</b>

Mês	Cheques devolvidas		Ordens de pagamentos devolvidas	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 14	39	1.541	86	0.851
Fevereiro 14	43	1.126	46	0.314
Março 14	48	1.888	50	0.101
Abril 14	25	0.736	62	0.091
Maio 14	25	0.575	58	0.423
Junho 14	20	0.496	64	0.383
Julho 14	36	0.682	69	0.761
Agosto 14	18	0.333	44	0.030
Setembro 14	16	0.042	50	0.582
Outubro 14	23	1.266	62	0.810
Novembro 14	16	0.078	34	0.025
Dezembro 14	15	0.167	67	0.734
<b>Total</b>	<b>324</b>	<b>8.929</b>	<b>692</b>	<b>5.105</b>

Fonte: BCTL

Os serviços de pagamentos prestados pelo BCTL dividem-se em duas categorias: internas e internacionais. Os pagamentos internos são, por sua vez, de dois tipos: os de Valores Elevados e os de retalho. Os pagamentos internacionais são efectuados do país para o exterior e vice-versa, qualquer deles efectuados através do sistema SWIFT.

O quadro em baixo evidencia as estatísticas dos pagamentos (em milhões de USD) durante o período.



Pagamentos Nacionais e Internacionais (Valor Em milhões de USD)										
Mês	Pagamentos Nacionais				Pagamentos Internacionais					
	Salidas de LVTS		Entradas de LVTS		Transferências retalho do Fundo		Transferências para o exterior		Transferências provenientes do exterior	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 14	236	44.75	54	177.78	2801	31.67	358	135.50	33	3.46
Fevereiro 14	95	25.46	30	77.83	1065	2.19	50	39.06	18	6.22
Março 14	109	29.77	43	89.87	3061	8.81	124	52.91	25	5.17
Abril 14	101	71.59	43	103.92	3934	12.08	455	58.55	19	6.16
Mai 14	76	45.02	36	100.25	4740	20.56	189	51.70	15	3.30
Junho 14	57	87.50	41	153.98	8017	32.50	160	114.13	28	2.32
Julho 14	80	55.35	44	134.04	6079	23.19	365	61.80	23	9.17
Agosto 14	72	50.72	49	160.16	4568	2874	215	88.75	26	20.95
Setembro 14	129	93.44	48	203.28	4553	40.08	373	125.60	16	1.39
Outubro 14	129	80.02	43	181.26	6123	42.95	568	107.09	24	0.51
Novembro 14	111	75.74	36	142.54	3450	23.56	227	82.93	22	0.29
Dezembro 14	102	193.53	50	242.14	9105	79.37	309	211.84	26	0.32
<b>Total</b>	<b>1297</b>	<b>852.90</b>	<b>517</b>	<b>1,767.04</b>	<b>57496</b>	<b>345.67</b>	<b>3393</b>	<b>1,129.84</b>	<b>275</b>	<b>59.27</b>

Fonte: BCTL

As transacções correspondentes a transacções de transferência e recebimento realizadas pelos bancos comerciais em 2014 são apresentadas no quadro em baixo.

Entradas e Saídas de Transferências (Valor Em milhões de USD)								
Months	Transferências proveniente do exterior				Transferências para o exterior			
	Swift		Non Swift		Swift		Non Swift	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 14	1561	33.213	106	0.631	1909	70.540	2897	31.890
Fevereiro 14	1574	27.081	85	1.115	1278	59.601	3006	23.515
Março 14	1677	41.210	84	0.662	1505	62.305	2879	20.378
Abril 14	1582	33.779	90	0.651	1457	28.944	3081	24.674
Mai 14	1583	39.662	85	1.069	1618	61.885	3277	23.609
Junho 14	1762	50.838	0	-	1565	89.885	5338	30.005
Julho 14	1711	39.454	0	-	1731	57.693	4525	36.495
Agosto 14	1660	46.091	0	-	1772	67.312	4106	26.870
Setembro 14	1270	29.035	1241	35.944	1814	94.529	196	24.000
Outubro 14	1911	45.254	0	-	2022	83.701	3669	30.051
Novembro 14	1190	24.537	341	7.043	1710	53.172	5718	26.206
Dezembro 14	1306	36.799	341	17.632	2048	110.756	5718	58.338
<b>Total</b>	<b>18,822</b>	<b>446.951</b>	<b>2,373</b>	<b>64.746</b>	<b>20,429</b>	<b>840.323</b>	<b>44,410</b>	<b>356.031</b>

Fonte: BCTL

As transacções em moeda e outros meios, que não dinheiro, realizadas pelos bancos comerciais foram as seguintes.

Transacções em Moeda e não em Moeda (Em milhões de USD)				
Mês	Transacções em Moeda		Transacções não em Moeda	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 14	0.561	246.06	0.029	125.80
Fevereiro 14	0.580	206.87	0.014	70.49
Março 14	0.608	220.86	0.028	75.83
Abril 14	0.657	192.41	0.026	95.79
Mai 14	0.689	241.89	0.027	81.32
Junho 14	0.710	267.19	0.030	126.41
Julho 14	0.791	302.70	0.016	91.91
Agosto 14	0.767	295.79	0.015	94.31
Setembro 14	0.795	315.47	0.015	151.91
Outubro 14	0.819	327.76	0.015	146.86
Novembro 14	0.820	291.60	0.025	128.67
Dezembro 14	1.045	372.36	0.034	274.10
<b>Total</b>	<b>8.841</b>	<b>3,281</b>	<b>0.273</b>	<b>1,463</b>

Fonte: BCTL

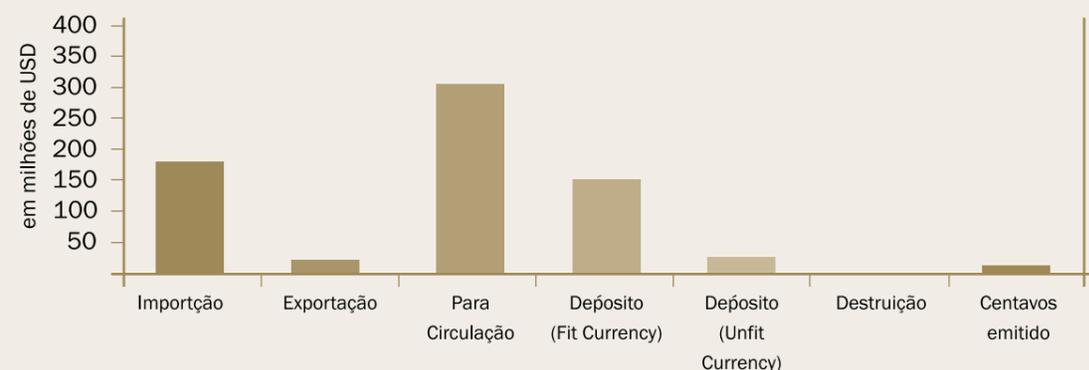
## Importação e exportação de moeda

Uma das funções fundamentais do Banco Central é assegurar que a economia nacional dispõe dos meios de pagamento necessários ao seu crescimento económico e à actividade corrente dos seus agentes. Neste sentido, o Banco Central desempenha a função de proteger a confiança pública na moeda do país, através do fornecimento de notas que, em todos os momentos, devem cumprir a procura do público e da garantia da integridade física de notas.

Dado que o país usa notas de outro país e moedas metálicas próprias, mas não fabricadas em território nacional, o abastecimento da economia nacional em meios de pagamento imediato (moedas e notas) exige a importação dos mesmos e, no caso das notas, quando atingem um grau de conservação muito baixo, a sua reexportação para o país de origem, os Estados Unidos.

Durante o ano de 2014 o BCTL importou 206 milhões de USD em notas de dólares norte-americanos mas colocou em circulação um total de 355 milhões, incluindo moedas de centavos.

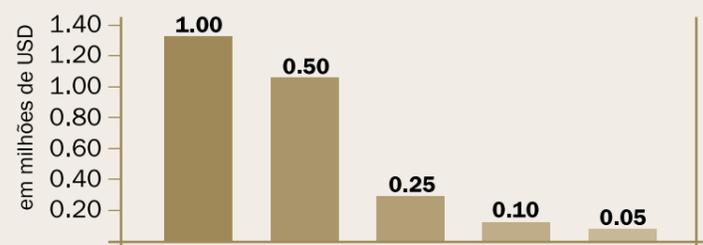
Transacções de Moeda durante 2014 (em milhões de USD)



Fonte: BCTL

O gráfico abaixo mostra o total de moedas (centavos) emitidas durante o período de 2014. Na verdade, a procura da moeda de 100 e 50 centavos são altas, registou o maior valor emitido, atingindo cerca de 1,3 e 1,05 milhões de centavos.

Emissao de Centavos



Fonte: BCTL

## Estratégia de Desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamentos

### Rede de Transferências em Tempo Real (R-Timor)

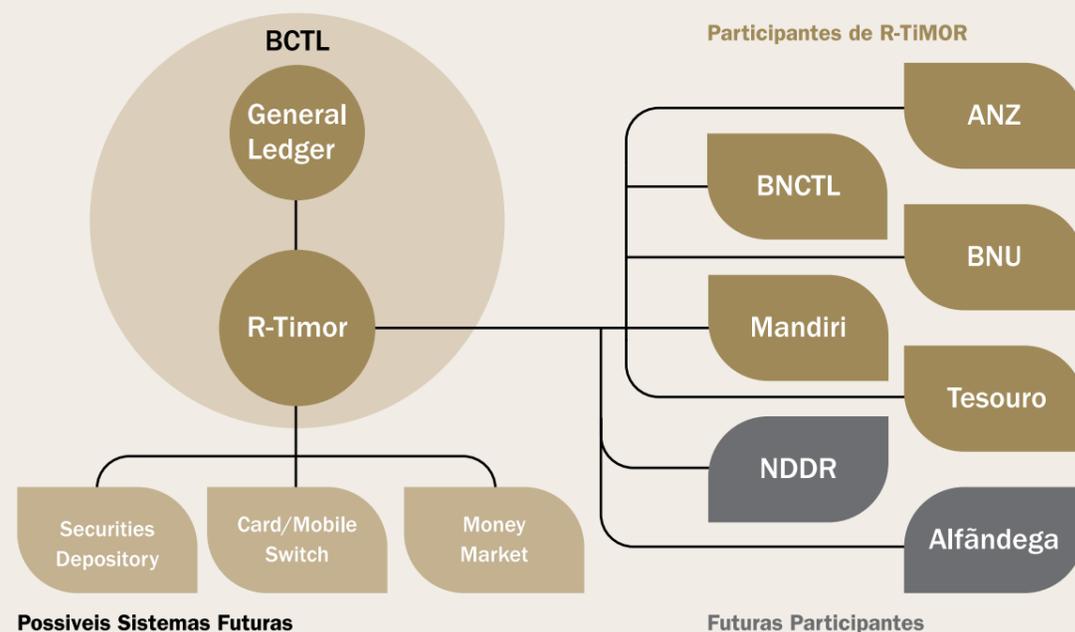
Em 2013, o BCTL realizou um estudo estratégico abrangente do Sistema Nacional de Pagamentos de Timor-Leste. Os resultados deste estudo foram apresentados, em 2014, num seminário público e foram incluídos na publicação intitulada “Estratégia para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamentos de Timor-Leste”, que pode ser disponibilizada pelo BCTL, mediante solicitação. A principal recomendação imediata do estudo consistia na necessidade do BCTL implementar um sistema de transferências automatizado (STA/ATS), cujo objetivo é o de facilitar os pagamentos em formato electrónico entre todos os bancos, incluindo o BCTL, bem como o Ministério das Finanças. Em Fevereiro de 2014, o BCTL adjudicou o contrato para o fornecimento de um STA, na sequência de um processo de concurso público internacional. O BCTL e o vendedor começaram o trabalho conjunto sobre a especificação e a implementação do STA em Março de 2014, prevendo-se que o sistema inicie a operar em pleno, até ao final de Março de 2015.

O BCTL designou o STA como R-Timor, a abreviatura de “Rede Transferência iha Momento real”. O sistema foi projetado para aceitar e processar pagamentos em formato electrónico entre os bancos. Os pagamentos são enviados e recebidos com o máximo de segurança e celeridade, utilizando uma rede dedicada de alta velocidade duplicada. Os movimentos de fundos entre os participantes do sistema são feitos através de contas de liquidação detidas junto do BCTL. Supondo-se que existem fundos suficientes, os pagamentos de elevados montantes e urgentes serão processados e liquidados em poucos segundos, utilizando o módulo de Liquidação Bruta em Tempo Real.



Os pagamentos de menor valor, tais como salários, pagamentos a veteranos de guerra, pagamentos a fornecedores do Estado, entre outros, serão processados e transferidos para os bancos, através de um módulo de câmara de compensação automatizada, que irá processar as transações do sistema 2 vezes ao dia.

### R-Timor e o seu posicionamento no sistema financeiro de Timor-Leste



O sistema vai também permitir aos participantes gerir melhor a sua liquidez. Isso significa que, se um participante tiver fundos suficientes na sua conta para fazer um pagamento, o pagamento é colocado em fila até que os fundos suficientes sejam recebidos (por exemplo, por meio de pagamentos a receber de outros participantes). Assim sendo, não há possibilidade de uma conta de liquidação do banco entrar em descoberto. Além de ser muito rápido e eficiente, todos os aspectos da R-Timor são altamente seguros do ponto de vista operacional e informático, como aliás convém para um sistema que será uma parte fundamental da infraestrutura financeira, que suporta a economia de Timor-Leste.

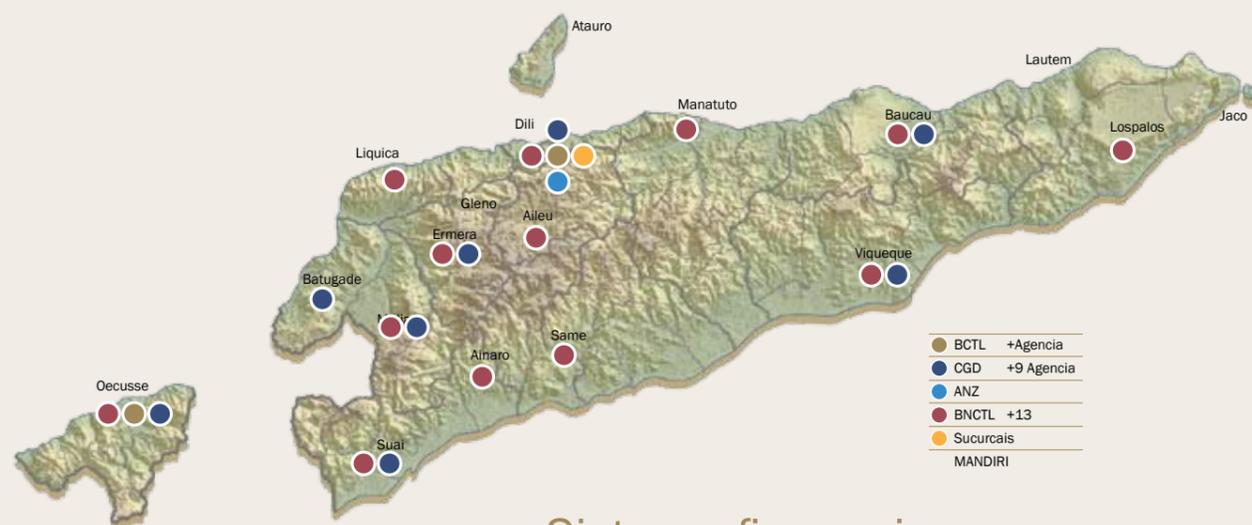
A implementação e a entrada em operação do R-Timor irá fazer uma diferença notável para o sector financeiro e toda a economia de Timor-Leste. Para o Governo, todos os pagamentos a fornecedores, funcionários públicos e beneficiários de prestações sociais, como veteranos de guerra serão feitas eletronicamente através de R-Timor, acelerando assim o

processo de pagamento, reduzindo os erros operacionais e aumentando a segurança do pagamento. O recebimento de receitas públicas, como impostos e pagamentos alfandegários poderá ser feito eletronicamente, via qualquer agência, de qualquer banco e em qualquer lugar de Timor-Leste, sem se utilizar dinheiro ou cheques.

As empresas e particulares serão capazes de efectuar e receber pagamentos de forma mais rápida e segura do que atualmente, sem ter que usar dinheiro ou cheques. A capacidade de receber e fazer pagamentos mais rapidamente aumentará o que é conhecido como a velocidade da moeda. De acordo com a teoria económica, o incremento da velocidade do dinheiro permite que, uma oferta de moeda inalterada, suporte o aumento do Produto Interno Bruto.

Para o BCTL, entre os benefícios obtidos, salienta-se a redução na necessidade de importar, transportar, armazenar, distribuir, coletar e, finalmente, dispor de moeda em numerário. O R-Timor constitui uma base sólida do desenvolvimento de longo prazo dos sistemas de pagamento em Timor-Leste, incluindo sistemas que permitam pagamentos em moeda electrónica, literalmente em qualquer lugar do país, possibilitando também o uso de diversas plataformas, como o telemóvel. Numa dimensão sistémica, o R-Timor deverá permitir o aprofundamento dos mercados financeiros domésticos, incluindo o desenvolvimento de um mercado monetário interbancário, permitindo aos bancos uma gestão mais eficiente da sua liquidez. Estes benefícios vão certamente contribuir para elevar a atratividade de Timor-Leste para o investimento externo e facilitar a realização de investimentos e negócios no país.

A introdução do R-Timor envolveu um grande esforço por parte de todas as partes envolvidas, que incluem o BCTL, os bancos comerciais e o Ministério das Finanças. Estas partes estiveram também estreitamente envolvidos numa importante atividade associada, que foi a conversão de todos os números de contas bancárias em Timor-Leste para o padrão do "International Bank Account Number (IBAN)". O IBAN é um sistema internacional de numeração e identificação de contas bancárias, utilizado para facilitar a comunicação e o processamento de transações além-fronteiras, com um risco reduzido de erros de transcrição. Este sistema foi adotado em quase todos os países europeus e tem sido gradualmente expandido para um conjunto de outros países. Timor-Leste é o primeiro país da Ásia-Pacífico a adotar este padrão internacional de numeração de contas bancárias. Tendo em conta a experiência de outros países, o uso do IBAN em Timor-Leste melhorará a precisão e velocidade de processamento na STA e contribuirá para a maior e melhor interligação financeira de Timor-Leste com os vários países parceiros internacionais.



## Sistema financeiro e serviços bancários

### Licenciamento e regulação do sistema financeiro

O sistema financeiro de Timor-Leste é constituído por bancos comerciais, companhias de seguro, outras instituições tomadoras de depósitos, casas de câmbio, operadores de transferência de dinheiro (MTO), incluindo também várias cooperativas de crédito. O funcionamento do sistema financeiro continuou a registar-se de forma sólida e segura ao longo do ano, continuando a contribuir significativamente para a estabilidade económica do país.

O artigo 5 e 29 da Lei No.5/2011, designada de Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste (BCTL), concede ao BCTL o poder exclusivo de regulamentar, licenciar e fiscalizar todas as instituições financeiras. A Divisão de Licenciamento e Regulamentação é responsável pela avaliação e atribuição de novas licenças para bancos, casas de câmbio, companhias de seguros ou mediadores de seguros, outras instituições tomadoras de depósitos e operadores de transferência de dinheiro (MTO). Durante o exercício de 2014, a Divisão submeteu à aprovação do Conselho de Administração 11 pedidos de licenciamento, que rejeitou a atribuição de uma licença bancária, concedeu nove (9) licenças para operadores de transferência de dinheiro (MTO) e uma a uma casa de câmbio.

A Divisão continua a trabalhar em conjunto com a Divisão de Supervisão Bancária e Divisão de Seguros na realização de inspeções “onsite” de operadores de remessas sem licença e outra empresas/pessoas suspeitas de realizarem serviços de remessas sem licença do BCTL. Também foi efectuada uma inspeção completa das atividades de micro-finanças não licenciadas, identificadas como agentes que desempenham actividades de intermediação de serviços financeiros. No âmbito do respectivo enquadramento legal, o BCTL tomou medidas sérias em relação a estas instituições aplicando sanções administrativas e outras formas de sanção, conforme estipulado nas Leis e instruções aplicáveis.

## Box 1. Implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento do Sector Financeiro em Timor-Leste

O BCTL lançou, em 28 de agosto de 2014, o Plano Diretor de Desenvolvimento do Sector Financeiro de Timor-Leste. Este Plano foi desenvolvido com a ajuda de um consultor de Nova Zelândia, durante 12 meses, e uma vasta consulta às partes interessadas e ao público em geral. A primeira fase de consulta incluiu reuniões com os bancos em operação em Timor-Leste, com outras instituições tomadoras de depósitos, seguradoras e a federação de cooperativas financeiras, assim como com a Câmara de Comércio e Indústria e Ministérios relevantes. Adicionalmente, as instituições internacionais parceiras de Timor Leste, em particular, o BAD, PNUD, FMI e do BIRD / IFC, e representantes de países doadores, foram também consultadas.

Tendo em conta as recomendações obtidas, foi preparado um projecto de Plano Director, para discussão em reunião consultiva (com mais de 50 delegados), realizada em 27 de Novembro de 2013. A participação na reunião consultiva incluiu representantes do Governo, da sociedade civil, organismos profissionais e ensino superior. Beneficiamos ainda do valioso contributo do “Bank Negara Malaysia”, que generosamente partilhou a sua experiência do seu processo de desenvolvimento financeiro, assim como do Banco da Indonésia.

O Plano é bastante abrangente, incluindo múltiplas e variadas medidas para apoiar o desenvolvimento do sector financeiro de Timor-Leste. Algumas destas medidas encontram-se dentro das funções e responsabilidades institucionais incumbidas ao BCTL, mas outras caberão, principalmente, aos órgãos governamentais e ao sector privado na implementação, com o apoio e coordenação a cargo do BCTL.

O Plano Diretor identifica medidas a serem implementadas no curto prazo (2014-2015), bem como o respectivo ponto de situação actual, conforme se apresenta na Tabela 1. Apesar de terem decorrido apenas 6 meses desde o lançamento oficial, é positivo notar que seis das quinze medidas programadas, para execução nos dois primeiros anos, se encontram bem encaminhadas.

A secção que se segue detalha com maior rigor as principais iniciativas realizadas em 2014-15 relativamente à implementação do Plano, incluindo a avaliação do progresso relativo aos programas de médio e longo prazo do Plano, bem como as iniciativas programadas para adoção prévia.

## Tabela 1: Avaliação da implementação das medidas de curto prazo do Plano Diretor

Iniciativas e Programas	Progresso
<p><b>Facilitação do Crédito</b></p> <p>Criar colateral para apoiar o acesso ao crédito: melhorar substancialmente o funcionamento eficaz do registo de títulos de propriedade, do tribunal e celeridade dos respectivos processos administrativos, para garantir o respeito e a integridade dos direitos dos titulares de bens móveis.</p> <p>Estabelecer programas de treino na manutenção de registos de empresas e de contabilidade em Timor-Leste.</p> <p>Revisão dos papéis das instituições de micro-finanças e cooperativas financeiras no sector primário (agricultura e pescas).</p>	<p>Lei a ser apresentada ao Conselho de Ministros em julho 2015.</p>
<p><b>Inclusão financeira</b></p> <p>O BCTL deve conceber uma estratégia e um programa capaz de elevar o nível de literacia financeira, especialmente entre os segmentos mais marginalizados da população.</p> <p>Estudar os programas de educação financeira, focados na população sem acesso bancário, que têm sido implementadas em países semelhantes.</p>	<p>Estratégia desenvolvida; Conferência do Dia Nacional de Poupança foi realizada, assim como a primeira campanha nacional.</p>
<p><b>Supervisão</b></p> <p>O BCTL deverá estabelecer um compromisso de supervisão com a Federação das Cooperativas Financeiras.</p> <p>Conferir e supervisionar a preparação de gestão de liquidez dos bancos para o começo do RTGS.</p> <p>Supervisão do AML / CFT , adoptando uma óptica que tenha em conta os riscos predominantes.</p>	<p>Assistência e consultoria do ADB contratada para avaliação do risco nacional e elaboração do documento de estratégia.</p>



### Desenvolvimento de capacidades

Estabelecer um programa de desenvolvimento de capacidades do sector financeiro com as partes interessadas (Associação dos Banqueiros, IADE, Associação de Contabilidade, Câmara de Comércio e Indústria, Universidade Nacional).

O BCTL deve procurar activamente oportunidades para o desenvolvimento de capacidades do pessoal - com outros bancos centrais / supervisores (anexos pessoal / bolsas); programas de formação das instituições multilaterais (ex, PFTAC, SEACEN, FMI) e com as instituições financeiras comerciais (anexos de pessoal).

### Relatórios

O BCTL deve incluir no Relatório Anual de cada ano, uma seção sobre o progresso na implementação do Plano Diretor e dos resultados obtidos.

Progresso incluído neste Relatório Anual.

O BCTL deve também produzir um Relatório Anual do Sistema Financeiro.

**Nota:** As medidas substancialmente concretizadas são sombreadas a ouro e aquelas que se encontram em andamento, mas menos avançadas, são sombreadas a ouro mais claro.

## Literacia Financeira

O Plano Diretor de Desenvolvimento do Sector Financeiro em Timor-Leste prevê que o BCTL defina e implemente uma estratégia e respectivo programa, para a elevação de literacia financeira nacional.

Este trabalho está bem encaminhado. Lançou-se oficialmente, em 29 de Novembro 2014, a campanha nacional de educação financeira. A campanha foi lançada em Dili, sob o patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República Sr. Taur Matan Ruak que instituiu o dia 29 de Novembro como o Dia Nacional da Poupança.

Este programa de consciencialização pública, a ser marcado com um Dia Nacional de Poupança em cada ano, envolve equipa de banco central e funcionários dos bancos comerciais que visitam todas as regiões para apresentar o programa, ao maior numero possível de cidadãos. O principal objetivo do programa é o de aumentar a consciencialização sobre finanças pessoais e de pequenas empresas e, assim, modificar hábitos de despesa para inculcar o hábito de poupar.

O objetivo geral do Programa Nacional de Educação Financeira é o de aumentar a segurança financeira individual e, conseqüentemente, facilitar o desenvolvimento e a estabilidade financeira de Timor-Leste. Destina-se a sensibilizar a opinião pública relativamente às oportunidades e os riscos financeiros e aos meios disponíveis para os gerir, como a poupança, seguros e a educação financeira.

### Nesta estratégia, existem três temas importantes:

- Plano - para a independência financeira. Para a atingir, as pessoas devem adquirir o hábito de planear o seu futuro e de pensar para além da prática atual de viver o dia-a-dia. Os bancos podem ajudar as pessoas em toda a comunidade com o planeamento financeiro.
- Poupar - há uma necessidade urgente de as pessoas refletirem sobre a poupança, bem como a necessidade de gastarem de forma mais eficaz. Os bancos podem desempenhar um papel importante no sentido de ajudar as pessoas a poupar.
- Proteger - a campanha vai enfatizar a proteção da riqueza - fazendas, plantações, casas, veículos automóveis, bem como as crianças, os postos de trabalho e saúde. A riqueza tende a acumular-se ao longo do tempo para o benefício dos indivíduos e da comunidade.

Na cerimónia de lançamento, participaram cerca de 1.000 pessoas, de diferentes origens. Cerca de metade dos participantes eram estudantes de escolas primárias e secundárias (com idade entre 5 a 15 anos), de praticamente todas as escolas de Dili.

O Governador do BCTL referiu que os grupos-alvo da campanha de educação financeira são a população dos distritos, alunos da escola de 5 a 16 anos de idade, veteranos, e pequenas e médias empresas, particularmente necessitados de maior formação financeira.

O governador disse ainda que Timor-Leste precisa de melhorar o nível de literacia financeira, especialmente entre a 'geração mais nova' e, portanto, que o BCTL vai coordenar iniciativas com o Ministério da Educação relativamente à inclusão de programas de educação financeira no programa escolar. Depois da cerimónia de lançamento, o BCTL assegurou, técnica e financeiramente, a realização da primeira campanha nacional de educação financeira, realizada entre os dias 1 e 5 de Dezembro de 2014. Nesta primeira fase, foram apenas incluídos seis distritos nacionais como alvos da campanha, designadamente, Manufahi, Baucau, Maliana, Aileu, Ainaro e Liquiça.

Esta foi precedida, em Junho de 2014, por um curso de "Treino em Facilitar a Educação Financeira" dirigido aos funcionários do Banco Central e de bancos comerciais, de forma a formar mentores e facilitadores. O treino foi projetado para fornecer habilidades práticas de facilitação para pessoas que querem transmitir / facilitar a gestão financeira pessoal ao público-alvo. Além disso, o treino foi realizado, em Novembro de 2014, para a equipa representante dos bancos comerciais, que irão desempenhar um papel importante, de primeira linha, na transmissão do programa de educação financeira.

Em Novembro de 2014, o BCTL também começou a envolver os principais interessados no Plano Estratégico Nacional (PEN) para Literacia Financeira. As partes interessadas incluem o Ministério da Educação, o Ministério da Solidariedade Social, os bancos comerciais. O objetivo de ter um Plano Estratégico Nacional (PEN) em Literacia Financeira é o de elevar o nível de consciência das questões de educação financeira a nível nacional, alcançar uma colaboração frutuosa entre as várias partes, identificar as melhores modalidades de coordenação e garantir a relevância ao nível nacional. Este também será fundamental para a identificação de uma das maiores autoridades do PEN e estabelecer mecanismos de coordenação adequados para acelerar a implementação. Essa coordenação vai abranger a definição de responsabilidades e funções compatíveis com as principais partes, em termos da especialização, pontos fortes, interesses e recursos. Vai

ser suficientemente flexível para se poder adaptar a novas circunstâncias e eventuais renegociações de licenciamento entre as partes interessadas, sempre que necessário, a fim de conseguir uma melhor coordenação e evitar duplicações desnecessárias.

O BCTL planeia lançar o documento estratégico no 1º semestre de 2015, na sequência de uma reunião consultiva para discutir o quadro geral do documento, que está prevista realizar-se em Finais de Abril 2015.

#### Fomentar o crédito e o financiamento empresarial

O Plano Diretor estabeleceu que a ausência, em Timor Leste, de meios através dos quais os mutuários podem oferecer garantias em apoio dos pedidos de crédito, é um dos grandes impedimentos ao desenvolvimento do sector financeiro e ao financiamento das empresas.

Sem garantias, os credores estão expostos ao risco de crédito, não porque os mutuários não podem reembolsar os créditos, mas porque preferem não reembolsá-los. Esta situação tende a resultar na impossibilidade de concessão de créditos, a não ser que os mutuários beneficiem de um fluxo de caixa estável que o credor pode utilizar como garantia, como, por exemplo, um salário mensal que é creditado diretamente para o banco emprestador. A obtenção de empréstimos para o desenvolvimento de novos negócios é bastante difícil em Timor, apesar de, no mercado de micro-empréstimos, as garantias de grupo, que resultam em pressão de grupo sobre os mutuários, terem vindo a provar serem uma alternativa viável à existência de uma garantia bancária formal.

O Plano Diretor propõe que, numa fase inicial, para rapidamente se estabelecerem mecanismos de garantia eficazes, se permita que os bens móveis - por exemplo, veículos automóveis, instalações e equipamentos, estoques e devedores comerciais - sejam apresentados como garantias; posteriormente, depois de esclarecidos e implementados os direitos e títulos de propriedade de bens imóveis (terrenos e edifícios), se venham a utilizar estes activos como garantia de créditos.

A Secretária de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado (SEAPRI), em parceria com o BAD, publicou um documento de discussão sobre a reforma do enquadramento legal das transações de empréstimos garantidos, em Outubro de 2014. Encontra-se em curso a elaboração de um projecto de Decreto-Lei, que deverá estar pronto para ser distribuído e comentário até Maio de 2015. O respectivo diploma final deverá ser apresentado ao Conselho de Ministros, em Julho de 2015. Caso se venha a aprovar a lei, serão necessárias novos programas complementares para a implementar, tais como: adquirir e lançar um registo de garantias on-line e envolver

os bancos no desenvolvimento de novos produtos de crédito, que utilizem o novo registo. Embora o BCTL não se deva vir a envolver activamente neste projecto, estará, contudo, disponível para oferecer todo o apoio à SEAPRI.

### Progresso inicial em iniciativas de médio-longo prazo

A agenda do programa planeado para o desenvolvimento do sector financeiro de Timor-Leste, tal como estabelecido no Plano Diretor, sobretudo no que se refere às iniciativas de médio e longo prazo, é meramente indicativa. É preciso ter em conta que as medidas podem e devem ser sequenciadas, reconhecendo que nem tudo pode ser feito de uma só vez e que alguns passos são mais prioritários do que outros. Mas a programação indicativa destina-se a ser não mais do que isso e não um 'calendário' rígido; e certamente não uma barreira ao progresso de projetos de médio prazo.

### O progresso inicial pode ser relatado em três áreas: Banco de Desenvolvimento

Prevê-se que o Estado venha a lançar oficialmente, em 2015, o projecto de criação de um Banco Nacional de Desenvolvimento para Timor-Leste. Este projecto é considerado um vector altamente relevante na implementação da estratégia de desenvolvimento económico, vertida no Plano Estratégico de Desenvolvimento do País para 2011-2030 (SDP). Como tal, este projecto foi já considerado no contexto do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Sector Financeiro, formulado pelo BCTL. A agência do governo responsável pela criação do banco é a SEAPRI, trabalhando em colaboração com o Ministério das Finanças e o Banco Central, com o apoio da iniciativa para o Desenvolvimento do Sector Privado de Pacífico, o BAD e com a ajuda da Austrália e da Nova Zelândia.

Espera-se que um projecto relativo ao papel, orgânica e a estrutura geral do Banco deva ser sujeito à apreciação do Conselho de Ministros, em Junho de 2015.

A SEAPRI encontra-se presentemente a analisar todas as opções funcionais e a avaliar os pontos fortes e fracos de diferentes modelos para o Banco, reconhecendo que nem todas as experiências internacionais de bancos de desenvolvimento têm sido positivas. Em termos dos aspectos mais relevantes desta reflexão encontram-se: a importância de um modelo de governação sólido, a propriedade, a estrutura do financiamento da instituição e a necessidade de uma escolha clara sobre quais os sectores a apoiar.

Refira-se ainda que a implementação deste projecto, conforme se comprometeu o Governo, deve ser feita de modo a sustentar a concorrência de mercado no sector financeiro e incentivar, em vez de inibir, o crescimento do sector financeiro privado.

## Lei Bancária e proteção dos consumidores:

O BCTL pretende fazer uma revisão global da legislação bancária de Timor-Leste (Regulamento nº 2000/8 sobre o Licenciamento e Supervisão Bancária). Esta lei foi estabelecida e implementada no início da administração das Nações Unidas em Timor-Leste. É agora hora de rever e atualizar essa lei de modo a criar uma base moderna para o desenvolvimento do sistema bancário ao longo da próxima década, adequada ao quadro institucional e económico do nosso país. O novo quadro regulamentar terá em conta as mudanças no contexto financeiro global e nas especificidades e evolução recente do sector financeiro de Timor-Leste, com o objectivo de se actualizar o quadro de supervisão e de regulação macro-prudencial. O Plano Diretor prevê ainda que o BCTL envolva mais activamente as instituições financeiras no sentido de se aumentar a proteção do cliente bancário e melhorar as relações com os clientes do retalho. Os regulamentos existentes - Instrução Pública 06/2010 e a cláusula 2.5 do Regulamento 2000/8 - definem já alguns requisitos básicos, relativamente a esta matéria. Contudo, nos últimos anos, tem havido um maior reconhecimento da necessidade das instituições financeiras excederem, pela positiva, os padrões mínimos do quadro normativo, tendo sempre em conta a proteção dos interesses dos seus clientes.

## Incorporação local de bancos internacionais:

Três, dos quatro bancos de Timor-Leste, são hoje sucursais de bancos internacionais. O Plano Diretor do BCTL levanta a questão de se saber se, para estes bancos, o actual modelo de sucursal representa um enquadramento institucional adequado, ou se, pelo contrário, seria preferível para as suas operações e crescimento do sector, que estes bancos se venham a transformar em empresas subsidiárias de direito local. O BCTL decidiu iniciar a análise do tema já nesta fase. Trata-se, especificamente, de apreciar questões de alguma complexidade incluindo, a eficácia do quadro institucional e a transição entre modelos. Caso se conclua a favor da mudança de modelo, será naturalmente necessário um período de transição adequado, devidamente acautelado. Além disso, a direção política sobre este assunto terá de ser definida e terá um contributo activo na determinação do sentido da revisão da legislação bancária.

## Projecto de Agências de Actividades Bancárias Sem Filiais

No final de 2014, o BCTL em conjunto com o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) trabalhou na elaboração do quadro jurídico para o correspondência bancária (Agent Banking). Este considera que a tecnologia existente e o conceito das actividades bancárias sem necessidade de filiais podem ajudar a ultrapassar as barreiras associadas ao acesso aos serviços bancários tradicionais e fornecer métodos disponíveis e acessíveis para o uso de serviços bancários em Timor-Leste. Esse acesso proporcionará benefícios particularmente relevantes para as pessoas que vivem em áreas rurais do país. Desta forma, o fomento de actividades bancárias sem filiais e a correspondência bancária podem ajudar a promover a inclusão financeira e desenvolver o sistema financeiro de Timor-Leste, traduzindo-se na materialização de amplos benefícios em termos do desenvolvimento económico do país. O projecto de Instrução foi já distribuído para consulta às partes interessadas - tais como bancos comerciais, ODTI, MTO, Operador de Rede Móvel, Autoridade Nacional de Comunicação - que poderão expressar as suas opiniões até o final de 2015.

## Projeto de um Esquema de Garantias de Crédito

Durante o ano, o BCTL iniciou discussões preliminares com as instituições relevantes de garantia de crédito como a "Credit Guarantee Corporation Malaysia", no âmbito da criação do sistema de garantia de crédito em Timor-Leste. O objetivo destes sistemas de garantia de crédito consiste em aumentar o apoio ao financiamento dos pequenos agricultores e de pequenas e médias empresas (PME) de modo a desenvolver e fortalecer a economia nacional e o crescimento destes sectores fundamentais na criação de emprego. A cooperação com a "Credit Guarantee Corporation Malaysia" será formalizada, por via da assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) com a instituição, durante o ano de 2015.

## Seguradoras

O sector segurador em Timor-Leste continua a ser constituído por apenas duas companhias seguradoras: a NITL-National Insurance of Timor-Leste e a SinarMas (SMI). Em Setembro de 2014, o BCTL aprovou um conjunto de novas políticas de seguros, proposto pelo SMI. Refira-se que o sector, em virtude dos desenvolvimentos recentes, consegue já hoje oferecer um conjunto de seguros civis bastante abrangente em Timor Leste. O total de ativos do sector registava um montante de 7,3 milhões de dólares em Dezembro 2014, tendo diminuindo cerca de 2% relativamente a 2013. Por seu lado, o total dos passivos aumentaram 10% em 2014, perfazendo a quantia de 6,9 milhões de dólares, no final do ano.

## Gestão do Fundo Petrolífero

De acordo com o enquadramento definido na Lei do Fundo Petrolífero, o Banco Central continua a ser responsável pela gestão operacional do Fundo. No final de 2014, o seu capital ascendia a 16,466 milhões de dólares, com as receitas petrolíferas anuais – impostos e “royalties” – a cifrarem-se em 1,817 milhões de dólares (3,004 milhões em 2013) e as saídas destinadas ao financiamento do Orçamento Geral do Estado de 2014 a avaliarem-se em 732 milhões (918 milhões em 2013). As despesas de administração do Fundo, tanto externas como internas, ascenderam a 16.1 milhões de dólares em 2014.

No que se refere à performance durante o ano, o Fundo acumulou rendimentos brutos de 527 milhões de dólares, o que corresponde a 3.22% do valor médio investido no Fundo em 2014 (16,357 milhões). A decomposição destes rendimentos, permite-nos observar que o rendimento decorrente do recebimento de juros e dividendos totalizou 1.99% do valor médio do Fundo em 2014, enquanto que as mais valias registadas, durante o exercício, ascenderam a 3.84%. Note-se que estas mais valias se deveram a uma evolução favorável dos preços de mercado dos investimentos do Fundo, sobretudo no que se refere aos títulos accionistas, em linha com o que foi já explicado no capítulo relativo ao contexto económico internacional.

Somando estas 2 parcelas, o Fundo obteve uma rentabilidade bruta de 5.83%, sem contar com os efeitos cambiais. Contudo, a apreciação substancial do dólar norte-americano em 2014, sobretudo no 2o semestre, face às moedas em que se encontra denominada parte dos investimentos do Fundo, resultou numa perda substancial de natureza cambial de 426 milhões de dólares em 2014, ou de 2.60% do valor do FP.

Assim sendo, o efeito negativo das variações cambiais anulou uma parte significativa dos ganhos registados pelos investimentos efectuados nos mercados obrigacionistas e accionistas em 2014. Note-se que o Fundo, cujo horizonte de investimento consiste no médio e longo prazo, não implementa atualmente nenhuma política ativa de gestão do risco cambial, aceitando o risco cambial inerente à alocação estratégica do fundo, tanto em termos de mercados accionistas e obrigacionistas, como da escolha de “benchmarks” adequados. Esta estratégia neutra em termos cambiais, explica-se pelo facto de a maior parte dos estudos nesta área apontarem no sentido de que o impacto das variações das taxas de cambio não acrescenta valor no longo prazo, dada a natureza cíclica destas variáveis, adicionando apenas volatilidade à performance do Fundo no curto prazo.

Em termos de actividades e desenvolvimentos relevantes nesta área, é de assinalar que o Fundo atingiu, em Junho de 2014, a alocação estratégica objectivo, investindo, pela primeira vez, 40% do Fundo nos mercados accionistas.

O BCTL continuou a trabalhar em estreita colaboração com o Ministério das Finanças, bem como com o Comité de Assessoria para o Investimento (CAI), no sentido de reavaliar e monitorizar continuamente a adequação da alocação estratégica do Fundo, sempre dentro dos parâmetros definidos pelo quadro legal do Fundo Petrolífero. Refira-se especificamente que o BCTL participou activamente nas discussões mantidas, ao nível do Comité de Assessoria, relativas à expansão do universo de investimento, aumento do grau de diversificação e adoção de novas políticas de gestão para permitir atingir o rendimento objectivo do Fundo de 3% em termos reais, numa base plurianual.

No âmbito do seu papel como Gestor Operacional do Fundo, o BCTL elegeu 2 novos gestores externos permanentes para gerirem os investimentos alocados a mercados de títulos soberanos mundiais não denominados em dólares, conforme se decidiu em 2013. No final do ano, estes 2 novos gestores, o “Alliance & Bernstein” e o “Wellington Management”, eram responsáveis pela gestão de 9.55% do Fundo, devendo atingir, conforme aprovado, um total de 10% ao longo de 2015.

Em termos da gestão interna do Fundo pelo BCTL, é ainda de se salientar a continuação das políticas de formação dos recursos humanos e aumento dos recursos técnicos e financeiros disponíveis para suportar e melhorar a gestão directa do Fundo, com objectivo de internalizar uma fatia crescente dessa gestão. Neste campo destaca-se, em 2014, o início do processo de seleção e posterior implementação de uma plataforma tecnológica capaz de armazenar os dados da gestão, facilitar as operações de “front” e “middle office” e disponibilizar um conjunto de relatórios analíticos em tempo real sobre as posições do Fundo. A implementação desta plataforma devera ficar concluída em 2015. Na vertente da formação de recursos humanos, o BCTL continuou a suportar os custos da formação escolar continua dos respectivos quadros e a sua participação em módulos de formação e seminários internacionais, organizados por parceiros institucionais do Banco.

## Reforço institucional

O BCTL pretende fazer uma revisão global da legislação bancária de Timor-Leste (Regulamento nº 2000/8 sobre o Licenciamento e Supervisão Bancária). Esta lei foi estabelecida e implementada no início da Administração das Nações Unidas em Timor-Leste. É agora hora de rever e atualizar essa lei de modo a criar uma base moderna para o desenvolvimento do sistema bancário ao longo da próxima década.

O Plano Diretor prevê ainda que o BCTL envolva activamente as instituições financeiras no sentido de se aumentar a proteção do cliente bancário e melhorar as relações com os clientes do retalho. Os regulamentos existentes - Instrução Pública 06/2010 e a cláusula 2.5 do Regulamento 2000/8 – definem já alguns requisitos básicos, relativamente a esta matéria.

No final de 2014, o BCTL, em conjunto com o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), trabalhou na elaboração do quadro jurídico para o correspondência bancária (*Agent Banking*).

## Pessoal e programa de formação

O BCTL contava, no final do período em análise, com 79 empregados, portanto o número dos colaboradores manteve-se inalterado em relação a 2013. Por sua vez, houve uma mudança de posto de sete funcionários, quatro para áreas operacionais distintas e os restantes três promovidos a cargos de chefia.

O plano de recrutamento planeado para 2014 não foi executado devido à implementação, durante o ano, de vários projetos pelo BCTL, tendo a importância dos mesmos, bem como dos que se encontram previstos para o ano de 2015, causado um incremento significativo nas responsabilidades e tarefas do BCTL. Tendo em conta este aumento das responsabilidades do BCTL prevê-se, para 2015, um aumento no número de colaboradores, principalmente para as posições chave das áreas fundamentais de atividade do BCTL.

O gráfico em baixo detalha a distribuição do pessoal pelos diversos departamentos do Banco.

### Posições dos Funcionários do BCTL, 2014



Fonte: BCTL

Quanto ao desenvolvimento de capacidades e conhecimentos dos colaboradores, o BCTL continua a orçamentar um montante adequado para o cumprimento do seu programa de formação interno, que inclui a formação de competências técnicas e a concessão de bolsas de estudo ao seu pessoal, a serem realizadas, tanto em Timor-Leste como no estrangeiro.

O resultado do programa de capacitação do BCTL implementado até ao final de 2014, mostra que 17 colaboradores concluíram os seus mestrados, 1 realizou uma pós-graduação e 1 terminou a sua formação no Centro de Formação Judiciária. Encontra-se previsto que, durante 2015, mais 6 funcionários completem os seus mestrados na Universidade Gadjah Mada (UGM).



Fonte: BCTL

Além da formação e estudos no estrangeiro, a formação interna no BCTL (in-house training) continua a contribuir para uma melhoria das qualificações dos seus funcionários. Os colaboradores participaram igualmente em diversos programas de formação, seminários e workshops organizados por outros bancos centrais e instituições financeiras da CPLP, Bank Negara Malaysia, SEACEN, BIS, Instituto do FMI em Singapura, entre outros. O BCTL espera que o seu quadro de funcionários possa continuar a usufruir destes, ou semelhantes, programas e eventos de formação.

O BCTL continua ainda a realizar discussões com entidades com as quais tem parcerias ou relações, tais como o JP Morgan, BlackRock, BIS, Clifford Chance, KPMG, Credit Scheme Guarantee Berhard Malaysia, Reserve Bank of Australia, PPTK e Yayasan Pendidikan Internal Audit, no sentido de reforçar os laços de cooperação com essas entidades e vir a ser possível a realização de programas de formação e estágios, bem como, a prestação de assistência técnica aos funcionários do BCTL.

Os diagramas que se seguem, mostram as informações detalhadas relativos ao número de funcionários participantes e duração em dias das actividades de formação realizadas 2014.



Total do número de dias em Acções de Formação:



Fonte: BCTL

Total do número de funcionários que participaram em formações:

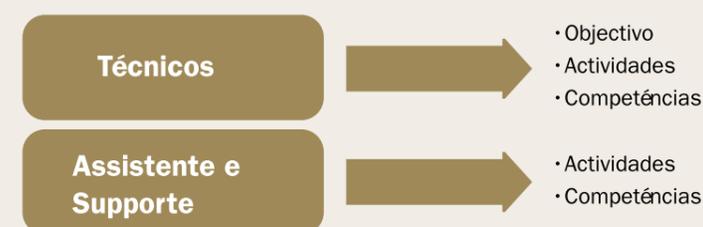


Fonte: BCTL

Além do programa de contratação do BCTL, a Divisão Administra assegura também o sistema de Avaliação de Desempenho, o qual é levado a cabo ao longo do ano pelas respetivas chefias. O Sistema de Avaliação de Desempenho é um instrumento da política de desenvolvimento dos Recursos Humanos e uma das mais importantes ferramentas de gestão nesta área, servindo para que os superiores hierárquicos valorizem o trabalho dos respetivos colaboradores e, analisem as suas contribuições ao longo do ano, é também útil para que os colaboradores procedam à autoavaliação do seu desempenho e desenvolvimento, tendo em conta o nível atribuído no KPI. Em relação aos resultados da avaliação, refira-se que a maioria dos colaboradores conseguiu atingir os objectivos estabelecidos a nível do BCTL.



As dimensões que o BCTL utiliza para avaliar o desempenho dos colaboradores são as seguintes:



Fonte: BCTL

### Relações externas

O BCTL tem continuado a dar grande importância às suas relações externas quer como forma da sua afirmação enquanto Banco Central de um novo país independente quer como forma de assegurar o apoio para a formação dos seus quadros através da sua participação em programas de treino e estágios bem como alguma assistência técnica.

É nesta lógica que se beneficiou das boas relações com instituições como o Banco de Portugal, o Bank Negara Malaysia, o Reserve Bank of Australia, o IMF Institute (Singapura), o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS, em Basileia/Suíça).

Além disso o BCTL continuou a aprofundar as suas relações com entidades comerciais com quem trabalha tais como a JPMorgan, a CliffordChance, a KPMG, a Deloitte e outras organizações.

## Box 2. Plano de Acção do BCTL para 2015

O BCTL prevê desenvolver um conjunto vasto de iniciativas em 2015, do qual se destaca a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Financeiro e do Plano para o Sistema de Pagamentos Nacional. Este capítulo elenca e descreve os vários programas e iniciativas previstos pelo BCTL para 2015.

### Fomentar o crédito e o financiamento empresarial

O Plano Diretor estabeleceu que a ausência, em Timor-Leste, de meios através dos quais os mutuários podem oferecer garantias em apoio dos pedidos de crédito, é um dos grandes impedimentos para o desenvolvimento do sector financeiro.

O Plano Diretor propõe que, numa fase inicial, para rapidamente se estabelecerem mecanismos de garantia eficazes, se permita que os bens móveis - por exemplo, veículos automóveis, instalações e equipamentos, estoques e devedores comerciais - sejam apresentados como garantias; posteriormente, depois de esclarecidos e implementados os direitos e títulos de propriedade de bens imóveis (terrenos e edifícios), se venham a utilizar estes activos como garantia de créditos.

A Secretária de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado (SEAPRI), em parceria com o BAD, publicou um documento de discussão sobre a reforma do enquadramento legal das transações de empréstimos garantidos, em Outubro de 2014. Encontra-se em curso a elaboração de um projecto de Decreto-Lei, que deverá estar pronto para ser distribuído e comentário até Maio de 2015. O respectivo diploma final deverá ser apresentado ao Conselho de Ministros, em Julho de 2015. Caso se venha a aprovar a lei, serão necessárias novos programas complementares para a implementar, tais como: adquirir e lançar um registo de garantias on-line e envolver os bancos no desenvolvimento de novos produtos de crédito, que utilizem o novo registo. Embora o BCTL não se deva vir a envolver activamente neste projecto, estará, contudo, disponível para oferecer todo o apoio à SEAPRI.

### Banco de Desenvolvimento:

Prevê-se que o Estado venha a lançar publicamente, em 2015, o projecto de criação de um Banco Nacional de Desenvolvimento para Timor-Leste. Este projecto é considerado um vector altamente relevante na implementação da estratégia de desenvolvimento económico, vertida no Plano Estratégico de Desenvolvimento do País para 2011-2030 (SDP). Como tal, este projecto foi já considerado no contexto do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Sector Financeiro, formulado pelo BCTL. A agência do governo responsável pela criação do banco é a SEAPRI, trabalhando em

colaboração com o Ministério das Finanças e o Banco Central, e com o apoio da iniciativa Desenvolvimento do Sector Privado de Pacífico, o Banco Asiático de Desenvolvimento, e com a ajuda da Austrália e da Nova Zelândia.

Em junho de 2015, espera-se que um projecto relativo ao papel e a estrutura geral do Banco deva ser sujeito à apreciação do Conselho de Ministros. Refira-se ainda que a implementação deste projecto, conforme se comprometeu o Governo, deve ser feita de modo a sustentar a concorrência de mercado no sector financeiro e incentivar, em vez de inibir, o crescimento do sector financeiro privado.

### Lei Bancária e protecção dos consumidores:

O BCTL pretende fazer uma revisão global da legislação bancária de Timor-Leste (Regulamento nº 2000/8 sobre o Licenciamento e Supervisão Bancária). Esta lei foi estabelecida e implementada no início da Administração das Nações Unidas em Timor-Leste. É agora hora de rever e atualizar essa lei de modo a criar uma base moderna para o desenvolvimento do sistema bancário ao longo da próxima década. O novo regulamento terá em conta as mudanças no contexto financeiro global e nas especificidades e evolução recente do sector financeiro de Timor-Leste, com o objectivo de actualizar o quadro de supervisão e regulação macro-prudencial. O Plano Diretor prevê ainda que o BCTL envolva activamente as instituições financeiras no sentido de se aumentar a protecção do cliente bancário e melhorar as relações com os clientes do retalho. Os regulamentos existentes - Instrução Pública 06/2010 e a cláusula 2.5 do Regulamento 2000/8 - definem já alguns requisitos básicos, relativamente a esta matéria. Contudo, nos últimos anos, tem havido um maior reconhecimento da necessidade das instituições financeiras excederem, pela positiva, os padrões mínimos do quadro normativo, tendo sempre em conta a protecção dos interesses dos seus clientes.

### Projecto de um Quadro Regulamentar para a Protecção dos Consumidores:

O BCTL planeia aprovar e implementar um regulamento ou código de protecção financeiro dos consumidores, que irá promover práticas de serviços financeiros justos e equitativos. Na prática, o novo regime irá estabelecer padrões mínimos para os prestadores de serviços financeiros na gestão dos seus clientes, bem como aumentar a transparência do sector, a fim de informar e capacitar os consumidores de serviços financeiros. O objetivo é o de estimular a confiança no sector dos serviços financeiros; e fornecer mecanismos eficientes e eficazes para lidar com as reclamações dos consumidores, relativas à oferta de produtos e serviços financeiros.

### **Incorporação local de bancos internacionais:**

Três, dos quatro bancos de Timor-Leste, são hoje sucursais de bancos internacionais. O Plano Diretor do BCTL levanta a questão de se saber se, para estes bancos, a actual adoção do modelo de sucursal representa um arranjo institucional adequado, ou se, pelo contrário, seria preferível para as suas operações e crescimento do sector, que estes bancos venham a constituir empresas subsidiárias de direito local.

O BCTL decidiu iniciar a análise do tema já nesta fase. Trata-se, especificamente, de apreciar questões de alguma complexidade incluindo, a eficácia do quadro e transição entre modelos. Caso se conclua a favor da mudança de modelo, será naturalmente necessário um período de transição adequado, devidamente acautelado. Além disso, a direcção política sobre este assunto terá de ser determinada e será um contributo activo na determinação do sentido da revisão da legislação bancária.

### **Revisão do quadro legal para o Sector Segurador:**

O BCTL irá trabalhar em estreita colaboração com outros Bancos Centrais da região, para avaliar diferentes modelos de supervisão e regulação de questões relacionadas com a o reporte financeiro e o quadro macro-prudencial. Esta análise comparativa, será sujeita à apreciação do Conselho de Administração do Banco, prevendo-se a sua aprovação no último trimestre de 2015.

### **Introdução do esquema de garantias de crédito no financiamento às PME:**

O BCTL irá trabalhar com uma instituição do sector das garantias de crédito, no sentido de conceber o quadro do regime das garantia de crédito, especificamente direccionado apenas para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs). O projeto piloto será iniciado no segundo semestre de 2015 e será financiado pelo Governo no primeiro ano. O projeto e respectivos resultados serão revistos anualmente, de modo a adaptar o programa às realidades específicas do nosso mercado e instituições.

Plano estratégico para fomentar a literacia financeira:

No âmbito da estratégia e plano de desenvolvimento financeiro nacional, o BCTL considera que o programa de promoção da inclusão financeira deverá ser um elemento-chave. O BCTL considera que a educação, ou alfabetização financeira será um dos fatores determinantes no alargamento da prestação nacional de serviços financeiros às populações sem acesso aos bancos nas áreas rurais. O BCTL irá realizar uma consulta pública para discutir o projeto de documento de plano estratégico de alfabetização até o final de fevereiro de 2015 e o plano estratégico será publicado até o final de Junho de 2015.

### **Aumentar e melhorar a qualidade dos resultados da Supervisão Directa:**

O BCTL pretende rever em 2015 o manual de procedimentos para exercícios de supervisão directa (on-site) e desenvolver capacidades internas nesta área. A par destas melhorias, o BCTL prevê ainda avaliar com maior frequência e ampliude os resultados destas actividades, com o objectivo de melhorar continuamente a qualidade da supervisão directa. Neste âmbito, o BCTL irá contar em 2015 com o apoio do consultor do Centro de Formação Financeira do Pacífico (PFTAC), para actualizar o manual de procedimentos da supervisão directa e “on-site”.

### **Acordos de Agenciamento Bancário:**

O BCTL irá trabalhar, em conjunto com um consultor do BAD, para elaborar um documento de políticas e desenvolver o módulo de formação para a criação de acordos de agenciamento bancário. Depois de desenvolvido o módulo, o BCTL irá organizar uma sessão de formação relativamente ao potencial destes acordos para as instituições financeiras, em termos do crescimento do volume de negócios nas áreas rurais.

### **Implementação do Sistema de Transferências Automáticas (STA):**

A implementação do sistema STA continuará exigir um trabalho considerável por parte dos participantes no sistema. Estes incluem os Bancos Comerciais, o Tesouro, Alfandega e as Autoridades Tributárias. O BCTL continuará a suportar o projeto e a trabalhar com o Grupo de Trabalho (IPWG) de Participantes, através da organização de fóruns regulares em que todas as partes podem discutir dúvidas, resolver questões técnicas que afetam todos os intervenientes e assistir, tanto o BCTL como o provedor do software, até que o sistema se encontre a funcionar em pleno.

### **Submissão e apresentação ao Governo do projecto de Decreto-Lei relativo ao Sistema Nacional de Pagamentos:**

No âmbito do plano do BCTL para apoiar a utilização de meios de pagamento modernos, incluindo o R-Timor e o uso do dinheiro electrónico e de pagamentos móveis baseados no telefone, será apresentado um projecto de Decreto-Lei do sistema de pagamentos, de modo a ser promulgado, antes do R-Timor entrar em operação.

### Implementação do IBAN para Timor-Leste:

Com a adoção do novo IBAN para Timor-Leste, o BCTL vai trabalhar com os bancos comerciais e o Tesouro para iniciar a efectuar transações utilizando o IBAN. Prevê-se que o ensaio e a implementação total do novo IBAN irá ocorrer em breve, ainda antes do começo da operação do R-Timor.

### O estudo sobre a adoção de uma moeda nacional:

O BCTL irá desenvolver um estudo aprofundado sobre a possibilidade de introdução de uma moeda nacional em Timor-Leste, contando com o suporte de um perito externo nesta matéria. O especialista irá trabalhar em estreita colaboração com a Divisão de Economia do BCTL no desenvolvimento do estudo. A versão final do estudo será submetida à apreciação do Conselho de Administração até Dezembro de 2015.

### Estudos Económico:

BCTL irá continuar a realizar projetos de pesquisa económica e de estudos sobre questões relacionadas com as principais funções do BCTL e estatísticas publicadas pelo Banco.

### Implementação de uma nova plataforma de suporte a Gestão do Fundo do Petróleo

O BCTL adquiriu, em 2014, uma plataforma de negociação - a "Bloomberg Asset Investment Management (Bloomberg AIM)" - que se destina a registar, analisar e facilitar a gestão global de activos financeiros do BCTL. O sistema deverá ficar a funcionar em pleno durante o ano de 2015, reforçando substancialmente as capacidades internas do BCTL na gestão de activos.

### Implementação de um mandato interno de gestão de acções:

O departamento do Fundo do Petróleo do BCTL vai iniciar a gestão interna passiva de uma carteira de títulos accionistas, em 2015. O Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo deverá aprovar a alocação de cerca de 1% do Fundo ao mandato de gestão interna de acções, cujos resultados serão sujeitos à análise de uma entidade independente.

### Revisão de Políticas e Procedimentos:

O BCTL continuará a atualizar as políticas e procedimentos internos da gestão de activos, de modo a acautelar e suportar o aumento do volume e da complexidade da gestão operacional interna do Fundo Petrolífero.

## Principais órgãos de gestão do Banco Central de Timor-Leste (BCTL)

### Conselho de Administração

O Governador  
Abraão de Vasconcelos

Vice-Governadora para a área da Supervisão Bancária  
Nur Aini Djafar Alkatiri

Vice-Governadora para a área de Pagamentos  
Sara Lobo Brites

Membros não executivo  
Madalena Boavida

Nota: a 31 de Dezembro de 2014 faltava ainda designar três membros (não-executivos) do Conselho de Administração do Banco Central, cuja competência cabe ao Governo.

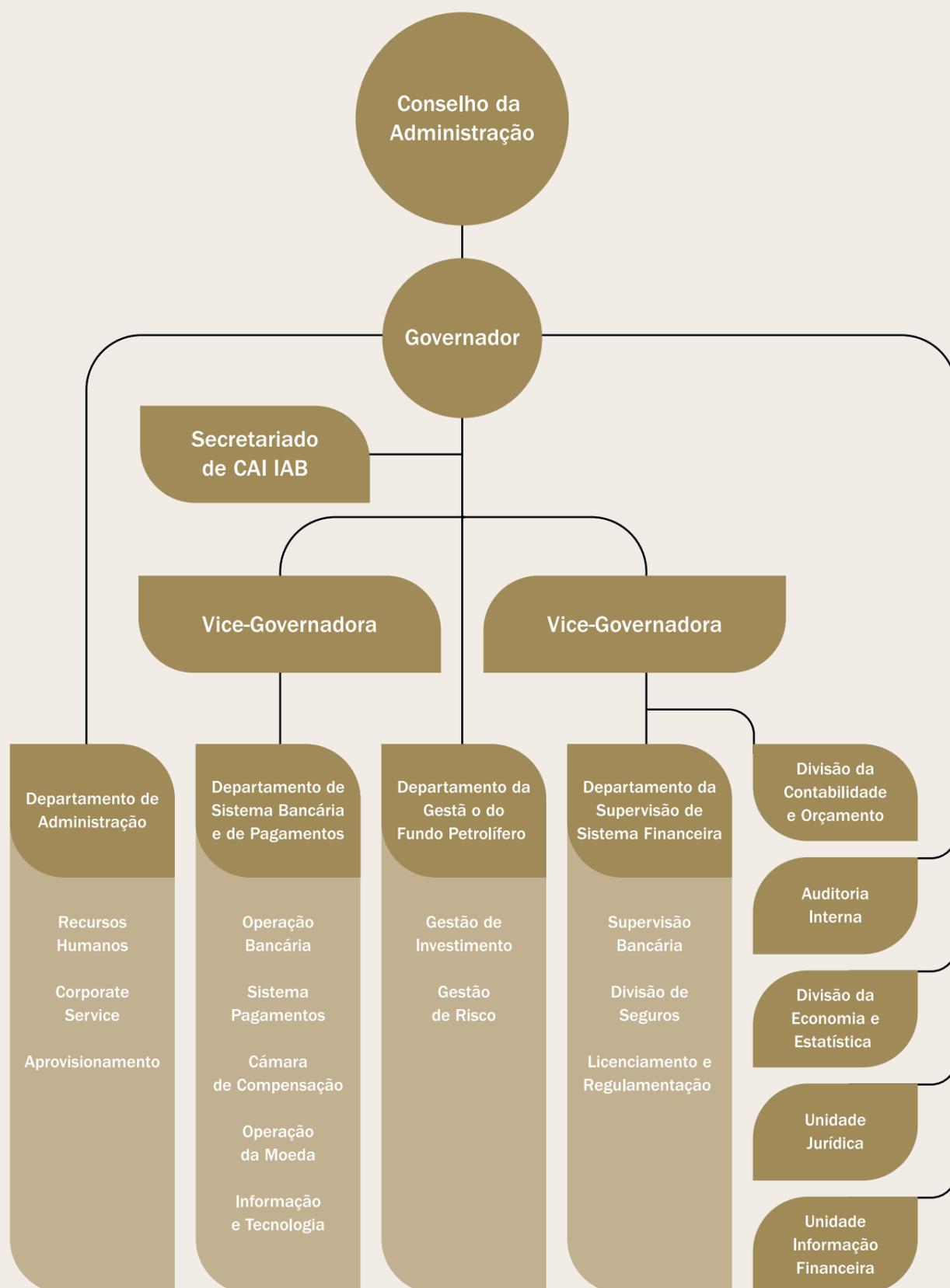
### Comité de Gestão

O Comité de Gestão do BCTL inclui todos os responsáveis das principais áreas organizacionais do Banco. São eles:

O Governador, Abraão de Vasconcelos  
A Vice-Governadora para a área da supervisão, Nur Aini Djafar Alkatiri  
A Vice-Governadora para a área de pagamentos, Sara Lobo Brites  
O Contabilista-Chefe / Chefe da Divisão de Contabilidade, Fernando de Carvalho  
A Directora do Departamento de Administração, Raquel Gonçalves  
O Director do Departamento do Fundo Petrolífero, Venâncio Alves Maria

Organização Interna do BCTL a 31 de Dezembro de 2014

## Organização Interna do BCTL a 31 de Dezembro de 2014



## Comité de Gestão



Da esquerda para a direita

A Vice-Governadora para a área da supervisão  
**Nur Aini Djafar Alkatiri**

A Vice-Governadora para a área de pagamentos  
**Sara Lobo Brites**

O Governador  
**Abraão de Vasconcelos**

A Directora do Departamento de Administração  
**Raquel Gonçalves**

O Contabilista-Chefe/Chefe da Divisão de Contabilidade  
**Fernando de Carvalho**

O Director do Departamento do Fundo Petrolífero  
**Venâncio Alves Maria**

# Informações Financeiras

Para o período terminado em 31 de Dezembro de 2014  
27 de Abril de 2015

## Declaração De Conformidade

As Informações Financeiras das páginas 80 a 83 e as Notas com elas relacionadas, fazendo parte delas, e que constam das páginas 84 a 114, foram preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste.

Declaro que estas Informações Financeiras estão de acordo com os requisitos da Lei Orgânica (Estatutos) do Banco Central nº 5/2011 e que representam, de uma forma fiel, a verdadeira situação financeira e o desempenho do Banco Central de Timor-Leste à data de 31 de Dezembro de 2014.

Dili, 27 de Abril de 2015  
**Abraão de Vasconcelos**  
Governador



## Balanço

Referido A 31 De Dezembro De 2014

	Notas	2014 MIL USD	2013 MIL USD
<b>Activo</b>			
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	7	278.205	466.250
Títulos negociáveis	8	93.210	281.003
Investimentos	10	26.601	24.529
Propriedade, edifícios e equipamentos	11	2.152	1.053
Outros ativos	12	3.966	4.288
<b>Total dos ativos</b>		<b>404.134</b>	<b>777.122</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos do Governo	13	180.870	633.776
Outros depósitos	14,17	163.298	103.313
Provisão para transferência de excedente para o Governo	15	4.493	621
Outros Passivos	16	5.617	12.294
Moeda emitida		9.824	6.885
<b>Total do passivo</b>		<b>364.102</b>	<b>756.888</b>
<b>Capital</b>		<b>40.032</b>	<b>20.234</b>
<b>Total do Passivo e do Capital</b>	<b>18</b>	<b>404.134</b>	<b>777.122</b>

As notas das páginas 84 a 115 fazem parte integrante desta declaração

## Conta De Exploração

Para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2014

	Notas	2014 MIL USD	2013 MIL USD
<b>Rendimento De Operações</b>			
<b>Rendimento de investimentos</b>			
Juros recebidos	20	2.496	2.405
(Perdas)/ganhos registadas	20	0	0
<b>Despesas com as responsabilidades financeiras</b>			
Despesas com juros	20	-53	-230
<b>Rendimento líquido do investimento</b>		<b>2.443</b>	<b>2.175</b>
Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	22	14.922	8.466
Despesas de gestão do Fundo Petrolífero	22	-8.750	-6.423
<b>Receitas líquidas de comissão</b>		<b>6.172</b>	<b>2.403</b>
Taxas e comissões	21	565	5876
Outros Rendimentos		-11	0
<b>Rendimentos totais</b>		<b>9.169</b>	<b>4.794</b>
<b>Despesas</b>			
Despesas com Pessoal	23	1.743	1.340
Despesas com a circulação monetária		948	1.036
Despesas Administrativas	24	1.947	1.597
Depreciação do Imobilizado	11	244	199
<b>Custos Totais</b>		<b>4.882</b>	<b>4.173</b>
<b>Lucros</b>		<b>4.287</b>	<b>621</b>
Outros rendimentos/perdas		-	-
<b>Lucro líquido total</b>		<b>4.287</b>	<b>621</b>

As notas das páginas 84 a 115 fazem parte integrante desta declaração

## Demonstração Das Alterações De Capital Durante O

Ano Fiscal Terminado Em 31 De Dezembro De 2014

	2014 Mii USD	2013 Mii USD
<b>Capital social</b>		
Capital inicial	20.000	20.000
Transferência da/para a Reserva Geral	20.000	0
	<b>40.000</b>	<b>20.000</b>
<b>Reserva geral</b>		
Saldo inicial	237	237
Transferência para a Conta de Capital	0	-205
Transferência para/de Ganhos retidos	621	411
Transferência para o Governo	-826	-206
<b>Saldo final</b>	<b>32</b>	<b>237</b>
<b>Reserva segundo os valores estimados de mercado ("fair value")</b>		
Saldo inicial	-3	5
Alteração líquida do valor	3	-8
<b>Saldo final</b>	<b>0</b>	<b>-3</b>
<b>Apropriação do Rendimento Líquido</b>		
Rendimento líquido do período	4.287	621
Transferência para/da Reserva Geral	0	0
Provisão para a transferência do saldo para o Governo	-4.287	-621
	0	0
<b>Total do capital</b>	<b>18</b>	<b>40.032</b>
	<b>40.032</b>	<b>20.234</b>

As notas das páginas 84 a 115 fazem parte integrante desta declaração

## Quadro De Cashflow

Para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2014

	2014 Mii USD	2013 Mii USD
<b>Actividade Operacionais</b>		
Lucro operacional	4.287	621
Depreciação	244	199
Rendimento líquido de juros	(2.443)	(2.175)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.088)</b>	<b>(1.355)</b>
Alteração nos recebíveis, pré-pagamentos e stock	(321)	(190)
Alteração nos Depósitos do Governo	(452.906)	(185.165)
Alterações nos outros Depósitos	59.986	(16.255)
Alteração nos Outros Passivos	(6.676)	3.552
	(399.274)	(198.057)
Juros recebidos	2.496	2.405
Juros pagos	(53)	(230)
<b>Resultado líquido das actividades operacionais</b>	<b>2.444</b>	<b>2.175</b>
<b>Actividades De Investimento</b>		
Alterações nos Investimentos	(2.073)	(85)
Títulos do Governo dos Estados Unidos	187.795	20.977
Aquisição de activos fixos e equipamento	(1.343)	(473)
<b>Cashflow das actividades de investimento</b>	<b>184.378</b>	<b>20.419</b>
<b>Actividade De Financiamento</b>		
Moeda emitida	2.940	2.112
Capital	20.000	0
Transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	(621)	164
<b>Cashflow das actividades de financiamento</b>	<b>22.319</b>	<b>2.275</b>
<b>Aumentos Em 'Caixa' E Seus Equivalentes</b>	<b>(188.045)</b>	<b>(174.542)</b>
'Caixa' e seus equivalentes no início do ano	466.250	640.792
<b>'Caixa' E Seus Equivalentes No Final Do Ano</b>	<b>278.205</b>	<b>466.250</b>

As notas das páginas 84 a 115 fazem parte integrante desta declaração

# Notas às Declarações Financeiras

## 1. Entidade relatora e base estatutária

Estas são as declarações financeiras do Banco Central de Timor-Leste (“o Banco” ou BCTL), uma entidade pública autónoma e distinta legalmente estabelecida pela Lei 5/2001, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste.

O endereço oficial da sede da ABP é Avenida Bispo Medeiros, Dili, Timor-Leste.

As declarações financeiras do Banco Central são relativos ao ano financeiro terminado em 31 de Dezembro de 2013 e, de acordo com o estabelecido no Artº 58º da Lei 5/2011, as contas e registos são elaborados de acordo com os padrões contabilísticos internacionais.

O principal objectivo do Banco é alcançar e manter a estabilidade dos preços internos. Os outros objectivos são os de assegurar a liquidez e solvência de um sistema bancário e financeiro estável e baseado no mercado, executar a política cambial de Timor-Leste e promover um sistema de pagamentos seguro, sólido e eficiente.

O papel do Banco é funcionar como o banco central de Timor-Leste, o que determina a natureza e extensão das suas actividades em relação a instrumentos financeiros. O papel do BCTL é definido na sua Lei Orgânica, a Lei 5/2011 e inclui as seguintes funções:

- recomendar ao governo as grandes linhas de política nas áreas da sua responsabilidade;
- emitir moedas chamadas “centavos” que têm, em conjunto com o dólar dos Estados Unidos da América, o estatuto de moeda corrente no país;
- formular e implementar medidas, e supervisionar e regular os sistemas de liquidação e de pagamentos de transacções em moeda corrente doméstica e estrangeira em Timor-Leste;
- possuir, operar ou participar em um ou mais sistemas de pagamento;
- agir como banqueiro do governo e agências dele dependentes;
- agir como agente fiscal do governo e agências dele dependentes;
- deter e administrar todos os recursos financeiros públicos, inclusive as reservas oficiais de moedas estrangeiras;
- assegurar a administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste;
- deter os depósitos em moeda corrente estrangeira dos Bancos comerciais;

- assegurar uma provisão adequada de notas e moedas necessárias à realização das transacções em dinheiro no país;
- manter uma caixa forte que mantenha em segurança os stocks de moeda e outros valores à sua guarda;
- licenciar, supervisionar e regular a actividade de bancos comerciais;
- autorizar, supervisionar e regular a actividade de câmbio de moedas;
- autorizar, supervisionar e regular companhias de seguros e intermediários; e
- levar a cabo, com regularidade, a análise económica e monetária da economia de Timor-Leste, tornar públicos os resultados das mesmas e submeter propostas e medidas ao governo com base em tais análises.

## 2. Base de Preparação

### (a) Declaração de conformidade

Estas declarações financeiras foram preparadas de acordo com os IFRS-International Financial Reporting Standards tal como emitidos pelo International Accounting Standard Board (IASB). A sua publicação foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de Abril de 2015.

### b) Unidade de conta

As declarações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos excepto quanto aos activos considerados disponíveis para venda e que foram avaliados segundo uma estimativa realista do seu valor de mercado para esse efeito.

### (c) Adopção dos International Financial Reporting Standards

As presentes contas do BCTL obedecem aos International Financial Reporting Standards em vigor em 31 de Dezembro de 2014.

### (d) Moeda funcional e de apresentação

Estas declarações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos (USD), a moeda oficial de Timor-Leste e moeda funcional e de apresentação de contas do Banco. A informação é apresentada em USD arredondados para o milhar mais próximo salvo indicação noutro sentido. Esta prática pode resultar em ligeiras diferenças entre as contas tal como apresentadas no relatório sobre os rendimentos, o balanço e as notas detalhadas de apoio às contas.

### (e) Uso de estimativas e de julgamentos

A preparação de declarações financeiras exige à gestão efectuar julgamentos e tomar decisões sobre situações, fazer estimativas e adoptar pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e dos valores reportados quanto aos activos, os passivos/responsabilidade, o rendimento e as despesas/custos.

As estimativas e pressupostos estão sujeitos a um processo de escrutínio e de revisão permanente.

As revisões das estimativas contabilísticas são repercutidas na contabilidade no período em que elas são revistas e em todos os períodos futuros igualmente afectados. Em particular, disponibiliza-se na nota 3 informação acerca das principais áreas de incerteza das estimativas e julgamentos/decisões críticas sobre a aplicação das políticas contabilísticas e que se reflectem sobre os montantes constantes das declarações financeiras.

#### (f) Montantes comparativos

De modo a assegurar consistência com o ano aqui relatado, apresentam-se números relativos a outros períodos sempre que julgado apropriado. Foram introduzidas algumas alterações na apresentação das declarações financeiras.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de uma forma consistente a todos os períodos apresentados nestas declarações financeiras.

#### a) Taxas de câmbio

Transacções envolvendo moeda externa (não – USD) foram convertidas em USD às taxas de câmbio prevaletentes nas datas de transacção. Activos e passivos monetários nestas moedas foram contabilizados utilizando as taxas de câmbio spot praticadas na data de referência do balanço, o dia 31 de Dezembro de 2013.

Os ganhos ou perdas em itens monetários são a diferença entre o custo de amortização na moeda funcional no início do período --- ajustado com o juro efectivo e os pagamentos durante o período --- e o custo de amortização em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do período.

Activos e passivos não-monetários denominados em moeda estrangeira que são medidas ao preço estimado de mercado são convertidos na moeda funcional à taxa de câmbio spot da data em que o referido valor estimado foi calculado.

As taxas de câmbio relevantes utilizadas para efeitos de determinação dos valores dos principais activos e passivos destas declarações financeiras foram as seguintes:

	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Dólares australianos (AUD)	1.2284	1.1292
Direitos de Saque Especiais (DSE)	0.6901	0.6493
Euro (EUR)	0.8224	0.7275

#### b) Juros

O rendimento e as despesas em juros são apresentados na declaração sobre rendimentos utilizando o método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos e receitas futuros em dinheiro ao longo da vida esperada dos activos ou passivos financeiros (ou, quando apropriado, um período mais curto) para o valor de balanço dos activos ou passivos. Ao calcular a taxa de juro efectiva O Banco estima os fluxos futuros de dinheiro tomando em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro em causa mas não as perdas futuras de créditos.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todos as taxas e pontos pagos ou custos de transacção e todos os descontos ou prémios que são parte integral da taxa de juro. Os custos de transacção incluem os custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo ou passivo financeiro.

O rendimento e as despesas de juros apresentadas na conta de ganhos e perdas incluem:

- Juros de activos e passivos financeiros ao custo de amortização e numa base de taxa de juro efectiva
- Juros de títulos de investimento comercializáveis numa base de taxa de juro efectiva

#### c) Taxas

O rendimento proveniente de taxas, incluindo taxas de serviço de contas bancárias, distribuição de dinheiro e de gestão de investimentos é contabilizado quando os respectivos serviços são prestados. O rendimento de taxas pagas pelo Governo é reconhecido após a aprovação pelo Parlamento Nacional e amortizado durante o período durante o qual os serviços são prestados.

As taxas e comissões pagas dizem respeito principalmente a taxas de transacções e prestação de serviços que são gastas à medida que os correspondentes serviços são recebidos.

#### d) Lucro operacional

O lucro operacional compreende os ganhos menos as perdas relacionadas com as transacções de activos e passivos e inclui todas as alterações, verificadas ou não, do valor estimado (com a excepção das alterações estimadas dos valores relativos a activos comercializáveis).

#### e) Impostos

O Banco está isenta de imposto sobre o seu rendimento de acordo com o disposto no Artº 72 da Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste, a Lei nº 5/2011.

#### f) Activos e Passivos Financeiros

##### (i) Reconhecimento

O Banco reconhece e contabiliza empréstimos, adiantamentos e depósitos na data em que são constituídos. Os outros activos financeiros (incluindo os que são considerados negociáveis) são inicialmente contabilizados na data de liquidação e em que o pagamento é feito e o título recebido de acordo com as condições contratualmente estabelecidas.

Um activo ou responsabilidade financeira é inicialmente medido ao seu valor de mercado mais, para os itens não posteriormente medidos ao preço de mercado por ganhos ou perdas, os custos de transacção que são directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O Banco efectua transacções quando adquire activos mas não assume todos os riscos e recompensas dos activos ou parte deles. Tais activos, incluindo os adquiridos em ligação com a gestão do Fundo Petrolífero pelo Banco não são contabilizados no balanço.

##### (ii) Classificação

Ver o nº 3 g) e h) de “políticas contabilísticas” acima

##### (iii) Eliminação dos registos contabilísticos

O Banco elimina dos seus registos um activo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de dinheiro expira ou na data em que é transferido o direito legal a receber o dinheiro relativo ao activo financeiro.

O mesmo acontece quanto às responsabilidades financeiras, que são canceladas quando as obrigações contratuais delas resultantes desaparecem ou são canceladas.

##### (iv) Offsetting

O valor dos activos e passivos financeiros serão somente alvo de compensação e o respectivo valor líquido expresso no balanço quando e somente quando o Banco tiver a prerrogativa legalmente estabelecida de proceder a essa compensação e tenciona ou proceder ao settlement pelo seu valor líquido, ou proceder simultaneamente à realização do activo e ao settlement do passivo.

##### (v) Medição da amortização dos custos

O custo amortizado de um activo financeiro é o montante ao qual esse activo é avaliado no momento do seu reconhecimento inicial menos os pagamentos do principal (capital), mais ou menos a amortização acumulada usando o método do juro efectivo ou qualquer outra diferença entre o montante inicial contabilizado e o montante na maturidade menos qualquer redução por prejuízo.

##### (vi) Medição do valor justo de mercado

A determinação do valor justo de mercado para os activos financeiros é baseado nas cotações para os respectivos instrumentos financeiros em mercados activos. Um mercado é considerado como em actividade se as cotações nele verificadas estão regularmente acessíveis e representam um panorama sistematicamente actualizado das transacções nele efectuadas.

A manifestação mais evidente do preço justo de mercado de um instrumento financeiro no momento do seu registo contabilístico inicial é o preço da sua transacção, i.e., o valor pago ou recebido, a não ser que o valor justo de mercado do referido instrumento resulte da comparação com outras transacções de mercado do mesmo instrumento (i.e., sem modificação ou alterações das suas características) ou baseado numa técnica de avaliação do valor que inclua, como variáveis, apenas informações de mercados analisáveis.

##### (vii) Identificação e medição de prejuízos

Em cada data do balanço o Banco avalia se há ou não evidência objectiva se os activos financeiros não avaliados ao valor de mercado apresentam prejuízo. Um activo financeiro apresenta prejuízo quando a evidência objectiva demonstra que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do activo nos registos do Banco e que esse prejuízo tem um impacto nos futuros cash flows do activo e pode ser estimado com confiança.

O Banco toma em consideração evidências de prejuízo de títulos de investimento quer a nível individual de cada activo específico quer a nível colectivo. Todos os activos a deter até à maturidade individualmente significativos são avaliados para determinação de eventuais prejuízos. Todos os activos deste tipo que não são considerados como registando prejuízo são depois avaliados em conjunto para determinar eventuais prejuízos que possam ter ocorrido mas que não tenham sido identificados. Os activos que não são individualmente significativos são então avaliados colectivamente para saber se houve prejuízo associando activos financeiros com características de risco semelhantes.

Perdas por prejuízos em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidos contabilisticamente medindo a diferença entre o valor do activo e o valor presente actualizado dos futuros cash flows à taxa de juro efectiva. As perdas são reconhecidas nos ganhos e perdas e reflectidas numa conta contra prejuízos. Os juros sobre activos com prejuízo continuam a ser contabilizados até ao desaparecimento do prejuízo. Quando um acontecimento subsequente fizer com que o montante do prejuízo num título negociável diminua, a perda é revertida através de ganhos e perdas.

As perdas em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidas contabilisticamente transferindo o valor acumulado da perda que foi contabilizada directamente de capital para ganhos ou perdas. O valor acumulado de perda que é retirado do capital e contabilizado em ganhos e perdas é a diferença entre o preço de aquisição (líquido de qualquer amortização de capital e amortização) e o valor presente de mercado menos qualquer prejuízo previamente já registado em ganhos e perdas. Alterações nas provisões atribuíveis ao valor do tempo são reflectidas nas contas como uma componente do rendimento em juros.

#### **g) Dinheiro [Cash] e equivalentes**

O conceito de dinheiro e equivalentes inclui notas e moedas, saldos disponíveis sem restrições junto de outros bancos que estejam sujeitos a riscos insignificantes de alteração de valor e que são usados pelo Banco na gestão das suas responsabilidades de curto prazo, incluindo a manutenção da oferta de dinheiro dos Estados Unidos de modo a assegurar uma oferta adequada de notas de banco e de moedas para a realização de transacções em Timor-Leste.

O dinheiro e os seus equivalentes são contabilizados no balanço ao seu custo amortizado.

#### **h) Títulos de investimento**

Os títulos de investimento são inicialmente contabilizados ao seu valor de mercado mais os custos de transacção e subsequentemente de acordo com a sua classificação em “a reter até à maturidade”, valor de mercado com ganhos ou perdas ou título negociável [available-for-sale].

##### **i) “A manter até à maturidade”**

Este tipo de investimentos são activos “não-derivados” com pagamentos fixos ou determináveis e data fixa de maturidade que o Banco tem a intenção e a capacidade de manter até à maturidade e que não são classificados por esta nem como “valor de mercado com ganhos ou perdas” ou como títulos negociáveis. Estes investimentos são contabilizados ao seu custo de amortização usando o método do juro efectivo.

##### **ii) Valor de mercado com lucros ou perdas**

Investimentos deste tipo são avaliados ao valor estimado de mercado através de ganhos e perdas quando:

- Os activos são geridos, avaliados e reportados internamente numa base de preço estimado com os dados do mercado; ou
- A classificação elimina ou reduz significativamente um desencontro contabilístico que resultaria de fosse adoptado outro procedimento; ou
- Os activos contêm uma componente de “derivado” que modifica significativamente os cash flows que de outra forma resultariam de acordo com o contrato.

Alterações do valor de mercado desta classe de investimentos são levadas a “ganhos e perdas”.

##### **iii) Negociáveis**

Investimentos deste tipo são instrumentos não-derivados que são classificados como disponíveis para venda ou que não são incluídos noutras categorias de activos financeiros

São contabilizados ao seu valor estimado de mercado.

O seu rendimento de juros é levado a ganhos e perdas utilizando o método do juro efectivo. Os ganhos ou perdas em câmbios nestes instrumentos são levados a ganhos e perdas.

Outras alterações do valor estimado de acordo com o mercado são directamente contabilizadas no capital até que o investimento seja vendido e o saldo no capital seja reconhecido em ganhos e perdas.

##### **i) Transacções do mercado overnight**

O Banco estabelece acordos no mercado overnight no quadro das suas actividades de gestão das suas disponibilidades de caixa. Estas transacções são registadas no balanço como dinheiro e seus equivalentes e o seu rendimento é contabilizado em lucros e perdas na data da transacção.

##### **j) Outros activos e responsabilidades**

O dinheiro em moeda local ou estrangeira, depósitos e as contas a receber e a pagar são valoradas na data em que se efectua a transacção, adicionados os eventuais juros.

As contas a receber são registadas na data em que se espera realizar o valor correspondente após devida provisão para dívidas de cobrança duvidosa.

Os stocks de moeda não entrada em circulação são registados como existências ao custo da sua aquisição e registadas como despesa aquando da sua entrada em circulação. São registados ao valor mais baixo do custo ou do valor líquido realizável. O custo é calculado numa base de média ponderada.

##### **k) Propriedade, instalações e equipamento**

###### **i) Reconhecimento e medição**

Itens de propriedade, instalações e equipamento são medidos ao seu custo menos as amortizações acumuladas e os eventuais prejuízos.

O custo inclui despesas que sejam razoavelmente atribuíveis à aquisição do activo. Software adquirido para funcionamento em determinados equipamentos e que são essenciais à sua utilização é considerado como sendo parte daquele equipamento.

Quando partes de um elemento da propriedade, instalações ou equipamento têm diferentes vidas úteis são contabilizados como elementos separados (caso das maiores componentes) da propriedade, instalações e equipamento.

O terreno e o edifício da sede do Banco Central estão registados na contabilidade ao custo de aquisição no ano 2000 (custo zero) e assim continuará a ser até que, no futuro, seja possível determinar um preço justo a partir do funcionamento, em Timor-Leste, do mercado de terras e de propriedades em bases sólidas e quando avaliações objectivas possam ser definidas a partir das transacções nele realizadas.

ii) custos subsequentes

O custo de substituição de uma parte da propriedade, instalações ou equipamento é reconhecido nas contas pelo montante sobranço do valor do item se se entender que é provável que os benefícios económicos nele incorporados beneficiarão o Banco e que os seus custos podem ser medidos de uma forma fiável. Os custos de manutenção da propriedade, das instalações e do equipamento são levados à conta de ganhos e perdas à medida que ocorrem.

iii) Amortização

As depreciações são contabilizadas na conta de ganhos e perdas numa base de taxa de depreciação constante ao longo do tempo durante a vida útil dos itens de propriedade, instalações e equipamento. A terra não é amortizada.

O Banco divide os seus activos em grandes grupos de itens e amortiza-os de acordo com as suas vidas úteis indicativas referidas no quadro abaixo:

	2014	2013
Edifícios e benfeitorias	20 anos	20 anos
Instalações	5 anos	5 anos
Equipamento de escritório	8 anos	8 anos
Computadores e equipamento electrónico	4 anos	4 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são todos referidos à data do fecho do balanço.

iv) Prejuízos

Os valores a transitar dos activos fixos do Banco são revistos na data do balanço para determinar se há alguma indicação de prejuízo. Se tal indicação existir utiliza-se na contabilidade o valor estimado recuperável. Regista-se um prejuízo quando o valor a transitar de um activo exceder o valor recuperável. As perdas por prejuízos são contabilizadas em ganhos e perdas.

l) Moeda em circulação

A moeda emitida pelo Banco sob a forma de moedas de centavos (que são legalmente sub-unidades do dólar dos Estados Unidos utilizadas apenas em Timor-Leste) representa uma responsabilidade do Banco perante os detentores das moedas. A responsabilidade pelo valor da moeda em circulação é registada ao valor facial no balanço.

O Banco também emite moedas de colecção. Embora seja pouco provável que montantes significativos desta moeda sejam devolvidas para sua substituição por moeda corrente o Banco contabiliza o valor facial das moedas de colecção vendidas como se de moeda em circulação se tratasse.

m) Benefícios dos empregados

i) Benefícios de curto prazo do pessoal

Os benefícios de curto prazo dos empregados do Banco incluem o montante total dos rendimentos auferidos pelo pessoal da instituição, nomeadamente salários e suplementos vários. Os acréscimos (accruals) de custos de pessoal são registados no balanço como contas a pagar.

As obrigações com os benefícios a curto prazo dos empregados são medidas numa base não-actualizada e são pagos à medida que os serviços correspondentes são prestados pelos empregados do Banco.

ii) Benefícios de longo prazo dos empregados

Os empregados do Banco têm o direito a receber um montante em dinheiro pagável após a conclusão de um determinado número de anos de serviço com início no décimo quinto ano de serviço. Com esta finalidade é mensalmente posta de parte pelo Banco uma percentagem de 5% do salário base que é contabilizada na conta de ganhos e perdas como uma despesa de pessoal com a contrapartida responsabilidade sendo reconhecida no balanço e registada como "outros passivos". Na hipótese de um empregado abandonar a instituição antes de decorrido o prazo para ter direito ao benefício em causa o montante previamente acumulado para tal empregado é creditado às despesas de pessoal na data em que a obrigação do Banco para com o empregado cessa.

Não há um esquema de pensões para os funcionários do Banco.

#### 4. Gestão do Risco Financeiro

##### (a) Introdução e síntese

O Banco Central de Timor-Leste está exposto aos seguintes riscos devido ao seu uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Esta nota apresenta informação sobre a exposição do Banco para cada um dos riscos acima, os objectivos do Banco, suas políticas e procedimentos para medir e gerir o risco e a administração do capital pelo Banco.

##### (b) Quadro geral da gestão do risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão do quadro geral de gestão do risco pelo Banco.

O Conselho de Administração é guiado pela Lei Orgânica do Banco Central (Lei 5/2011), que estabelece directivas genéricas para a gestão do risco, incluindo as seguintes:

- O Artº 19 permite ao Banco deter na sua carteira de investimentos qualquer dos seguintes activos estrangeiros: ouro e outros metais preciosos do Banco ou por conta dele, incluindo créditos no balanço representando esses ouro e outros metais preciosos; moeda estrangeira sob a forma de notas e moedas detidas em Timor-Leste que sejam livremente convertíveis detidas pelo ou por conta do Banco; saldos bancários e depósitos interbancários pagáveis à ordem ou a curto prazo e denominados em moedas em moedas livremente convertíveis e que estejam registados em contas do Banco, nos livros de bancos centrais estrangeiros ou de instituições financeiras internacionais; títulos de dívida facilmente comercializáveis, denominados em moedas estrangeira livremente convertíveis, emitidos ou apoiados por governos estrangeiros, bancos centrais estrangeiros ou instituições financeiras internacionais; direitos sobre instituições financeiras internacionais em resultado de acordos de recompra, venda e retoma e títulos de empréstimo dos referidos títulos de dívida; Direitos de Saque Especiais registados na conta de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional; a posição de reserva de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional.
- O Artº 71.1 proíbe o Banco de conceder crédito, exercer actividade comercial, comprar acções de qualquer empresa ou companhia --- incluindo de qualquer Instituição Financeira ---, ou, seja a que título for, ter um interesse de propriedade em qualquer empreendimento financeiro, comercial, agrícola, industrial ou outro ou adquirir através de compra, aluguer ou qualquer outra forma quaisquer direitos reais em propriedade imóvel, excluindo a que for considerada necessária para a realização do seu expediente e condução das actividades da sua administração e operações.

- O Artº 39 autoriza o Banco a gerir fundos especiais propriedade do Estado com base no contrato de gestão e a manter receitas pré-destinadas em contas especiais desde que os activos e as responsabilidades destes fundos sejam separadas dos outros activos e responsabilidades do Banco

Banco estabeleceu um Gabinete de Auditoria Interna, cujos deveres incluem os de, de uma forma regular ou ad hoc, levar a cabo revisões do controlo e procedimentos de gestão do risco cujos resultados são reportados ao Governador e, se assim o entender o Auditor Interno, ao Conselho de Administração.

##### (c) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de perda financeira do Banco se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro falharem no cumprimento das suas obrigações contratuais e surge principalmente relacionado com o investimento e actividades bancárias do Banco. Todos os investimentos acima de USD 1 milhão exigem a autorização do Governador.

O Auditor Interno audita regularmente as divisões do Banco responsáveis pelo investimento de fundos da mesma.

A exposição do Banco ao risco de crédito, baseado nas avaliações realizadas pela Fitch Ratings, é como segue:

Milhares Dólares E.U.A.	Rating*	Dez 2014	Rating*	Dez 2013
<b>Dinheiro e depósitos</b>				
Dinheiro	AAA	60.157	AAA	27.546
Depósitos em bancos centrais	AAA	96.209	AAA	315.760
Depósitos em bancos em território nacional	B	71.309	B	72.429
Idem, no estrangeiro	AA-	50.530	AA-	50.515
		<b>278.205</b>		<b>466.250</b>
<b>Títulos comercializáveis</b>				
Bills Tesouro E.U.A.	AAA	0	AAA	49.990
Obrigações Tesouro E.U.A.	AAA	93.210	AAA	231.013
<b>Investimentos</b>				
Fundo Monetário Internacional	N/A	26.601	N/A	24.529
Activos fixos e outros	N/A	6.118	N/A	5.340
<b>Activos Totais</b>		<b>404.134</b>		<b>777.122</b>
<b>Sumário Por Tipo De Rating</b>				
		<b>Dez 2013</b>	<b>Dez 2014</b>	<b>Dez 2012</b>
AAA		61.76%	249.576	80.34%
AA-		12.50%	50.530	6.50%
B		17.64%	71.309	9.32%
Não aplicável		8.10%	32.720	3.84%
<b>Activos Totais</b>		<b>100.00%</b>	<b>404.134</b>	<b>100.00%</b>

\*Quando um Banco Central não tem rating usou-se o rating do país

À data do balanço não havia nenhuma perda por prejuízos. O montante registado destes activos aproxima-se do seu valor estimado de mercado [fair value].

#### (d) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Banco encontrar dificuldades no cumprimento das obrigações resultantes das suas responsabilidades financeiras. O risco de liquidez é também o risco de o BCTL ter de vender rapidamente um activo financeiro por um valor muito inferior ao justo valor.

O Banco é responsável para administrar a liquidez diária do sistema bancário. Este papel inclui a administração do sistema de compensação [clearing]. O BCTL está proibido pelo seu Estatuto de adiantar fundos ao sistema bancário.

A abordagem do Banco quanto à administração do risco de liquidez é o de assegurar, até onde for possível, que sempre terá a liquidez suficiente para responder às suas responsabilidades quando devidas, quer seja em condições normais quer especiais, e sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a sua reputação.

A função de administração de investimento considera os fluxos monetários observados historicamente nas contas de depósito do governo e dos bancos comerciais. A partir desta informação são tomadas decisões sobre a dimensão das disponibilidades físicas em dinheiro detidas em Timor-Leste, a quantidade de dinheiro a ser mantido em contas em bancos correspondentes e a natureza dos investimentos a ser feito em títulos de curto prazo do Tesouro dos Estados Unidos --- para os quais existe um mercado com grande grau de liquidez --- de tal modo a que existam sempre títulos perto de maturidade que podem ser vendidos se necessário sem correr o risco de sofrer uma perda de mercado significativa.

Os quadros seguintes mostram a análise de maturidade do balanço do Banco:

Em mil USD	Total 2014	Sem maturidade de fixa	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	278.205		278.205	
Títulos negociáveis	93.210			93.210
Investimentos	26.602			26.601
Outros activos	3.966		3.966	
<b>Total dos activos</b>	<b>401.982</b>	<b>-</b>	<b>282.171</b>	<b>119.811</b>
Depósitos do Governo	180.870		180.870	
Outros depósitos	163.298		136.697	26.601
Provisão para transferência excedentária	4.493		4.493	
Outras responsabilidades	5.617		5.617	
Moeda emitida	9.824	9.824		
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>364.102</b>	<b>9.824</b>	<b>327.677</b>	<b>26.601</b>
<b>Diferença líquida</b>	<b>37.880</b>	<b>-9.824</b>	<b>-45.507</b>	<b>93.210</b>

Em mil USD	Total 2013	Sem maturidade de fixa	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	466.250		466.250	
Títulos negociáveis	281.003		49.990	231.013
Investimentos	24.529			24.529
Outros activos	4.288		4.288	
<b>Total dos activos</b>	<b>776.070</b>	<b>-</b>	<b>520.528</b>	<b>255.542</b>
Depósitos do Governo	633.776		633.776	
Outros depósitos	103.313		78.784	24.529
Provisão para transferência excedentária	621		621	
Outras responsabilidades	12.294		12.294	
Moeda emitida	6.884	6.884		
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>756.888</b>	<b>6.884</b>	<b>725.475</b>	<b>24.529</b>
<b>Diferença líquida</b>	<b>19.182</b>	<b>-6.884</b>	<b>(204.947)</b>	<b>231.013</b>

#### e) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado de preços como a taxa de juro, de capital, de moeda estrangeira e spreads de crédito (não atribuíveis a alterações da classificação de crédito dos que os emitiram) afectem o rendimento do Banco ou o valor dos seus investimentos em instrumentos financeiros. O objectivo da gestão do risco de mercado é administrar e controlar a exposição ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que optimiza o retorno tendo por base o risco.

A forma como o BCTL entende a administração de riscos de mercado é fortemente guiada pelo seu enquadramento legal, o qual exige que os seus investimentos sejam efectuados em instrumentos financeiros de elevada qualidade de curta duração.

O Banco mede e administra a sua exposição ao risco de mercado em termos de risco de taxa de juros e risco de câmbio de moeda estrangeira. Nas secções seguintes dão-se informações sobre estes dois riscos.

##### (i) Risco de Taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de prejuízos resultantes de eventuais alterações das taxas de juro.

A administração do risco associado às taxas de juro pelo Banco é determinada parcialmente pelo quadro legal esboçado acima e em parte por uma política de administração de procurar articular os períodos de reavaliação dos seus activos e passivos.

Os activos e passivos do Banco atingirão a sua maturidade ou são reavaliados nos seguintes períodos:

Mil USD	Total 2014	Não sensível à taxade juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	278.205		278.205	
Títulos negociáveis	93.210			93.210
Investimentos	26.601	26.601		
Outros ativos	3.966	3.966		
<b>Total dos ativos</b>	<b>401.982</b>	<b>30.567</b>	<b>278.205</b>	<b>93.210</b>
Depósitos Do Governo	180.870		180.870	
Outros depósitos	163.298	26.601	136.696	
Provisão para transferência de excedente	4.493	4.493		
Outras responsabilidades	5.617	5.617		
Moeda emitida	9.824	9.824		
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>364.102</b>	<b>46.536</b>	<b>317.566</b>	
<b>Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro</b>	<b>38.880</b>	<b>(15.968)</b>	<b>(39.362)</b>	<b>93.210</b>

Mil USD	Total 2013	Não sensível à taxade juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	466.250		466.250	
Títulos negociáveis	281.003		49.990	231.013
Investimentos	24.529	24.529		
Outros ativos	4.288	4.288		
<b>Total dos ativos</b>	<b>776.070</b>	<b>28.817</b>	<b>516.240</b>	<b>231.013</b>
Depósitos Do Governo	633.776		633.776	
Outros depósitos	103.313	24.529	78.784	
Provisão para transferência de excedente	621	621		
Outras responsabilidades	12.294	12.294		
Moeda emitida	6.884	6.885		
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>756.888</b>	<b>44.328</b>	<b>712.560</b>	
<b>Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro</b>	<b>19.182</b>	<b>(15.512)</b>	<b>(196.319)</b>	<b>231.013</b>

ii) Análise de sensibilidade

Ao gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro e de taxa de câmbio o Banco tem como objectivo principal reduzir o impacto das flutuações de curto prazo no seu rendimento líquido. A 31 de Dezembro de 2014 estimava-se que uma subida generalizada das taxas de juro em 1 ponto percentual aumenta os lucros do Banco em cerca de 169 mil USD (2013 – 793 mil USD).

(iii) Risco de Câmbio de Moeda Estrangeira

O risco cambial de moeda estrangeira é o risco de se registar um prejuízo resultante de alterações nas taxas de câmbio.

A administração do Banco mantém uma baixa exposição a moedas estrangeiras, as quais são mantidas apenas a um nível que seja suficiente para cumprir com as obrigações operacionais de liquidação de dívidas. O Banco não se envolve em actividades de intervenção nos câmbios de moedas estrangeiras.

A 31 de Dezembro de 2014 a exposição líquida do Banco às principais moedas era a seguinte:

Mil USD	Total 2014	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	278.205	277.898	277		30
Títulos negociáveis	93.210	93.210			
Investimentos	26.601	-		26.601	
Outros ativos	3.966	3.965	0		
<b>Total dos ativos</b>	<b>401.982</b>	<b>375.073</b>	<b>277</b>	<b>26.601</b>	<b>30</b>
Depósitos do Governo	180.870	180.870			
Outros depósitos	163.298	136.696		26.601	
Provisão para transferência excedentária	4.493	4.493			
Outras responsabilidades	5.617	5.617			
Moeda emitida	9.824	9.824			
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>364.102</b>	<b>337.501</b>	<b>0</b>	<b>26.601</b>	<b>0</b>
<b>Exposição líquida às moedas estrangeiras</b>	<b>37.880</b>	<b>37.573</b>	<b>277</b>	<b>0</b>	<b>30</b>

Para comparação registem-se os resultados em 2013:

Mil USD	Total 2013	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	466.250	465.877	334		39
Títulos negociáveis	281.003	281.003			
Investimentos	24.529	-		24.529	
Outros ativos	4.288	4.287	0		
<b>Total dos ativos</b>	<b>776.070</b>	<b>751.167</b>	<b>334</b>	<b>24.529</b>	<b>39</b>
Depósitos do Governo	633.776	633.776			
Outros depósitos	103.313	78.784		24.529	
Provisão para transferência excedentária	621	621			
Outras responsabilidades	12.294	12.294			
Moeda emitida	6.884	6.884			
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>756.888</b>	<b>732.359</b>	<b>-</b>	<b>24.529</b>	<b>-</b>
<b>Exposição líquida às moedas estrangeiras</b>	<b>19.182</b>	<b>18.808</b>	<b>334</b>	<b>-</b>	<b>39</b>

#### (f) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de perda directa ou indirecta resultante de uma grande variedade de causas associadas com os procedimentos do Banco, o seu pessoal, tecnologia e infra-estruturas utilizadas na sua actividade e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os resultantes de exigências legais ou acontecimentos adversos na comunidade em geral. Riscos operacionais surgem em todas as operações desenvolvidas pelo Banco e são enfrentados por quaisquer entidades empresariais.

O objectivo do Banco é gerir o risco operacional de modo a assegurar um equilíbrio entre o evitar de perdas financeiras e danos à reputação do Banco com a eficácia global dos custos suportados e evitar procedimentos de controlo que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade de desenvolver e implementar controlos que façam face ao risco operacional pertence ao topo da administração de cada área de actividade do Banco. Esta responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões para a gestão do risco operacional nas áreas seguintes:

- Exigências de separação de deveres, incluindo autorizações independentes para as transacções;
- Exigências para a oportuna reconciliação e monitorização das transacções;
- Cumprimento escrupuloso das exigências legais e outras existentes;
- Documentação escrita de todos os procedimentos operacionais principais;
- Exigências para a avaliação periódica dos riscos operacionais que a Autoridade defronta e a adequação de controlos e procedimentos para fazer face aos riscos identificados;
- Exigência de informar sobre as perdas operacionais verificadas e o desenvolvimento de acções que ajudem a remediar a situação;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Contínuo desenvolvimento de capacidades e de desenvolvimento profissional;
- Estabelecimento de padrões éticos de comportamento; e
- Mitigação do risco, incluindo através da realização de seguros para as operações de mais elevado risco.

O cumprimento destes padrões é apoiado por um programa de revisões periódicas baseadas no risco levadas a cabo pela Auditoria Interna. Os resultados destas são discutidos com os responsáveis das áreas de actividade a que dizem respeito, com todos os resultados submetidos mensalmente ao Governador e um resumo do trabalho empreendido submetido trimestralmente ao Conselho de Administração.

#### (g) Administração do Capital

A administração do capital do BCTL está sujeita ao disposto na Lei nº 5/2011, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste. Em particular, a Lei estipula as exigências seguintes:

- O capital do BCTL é de USD 20.000.000 totalmente subscrito e realizado. Na sequência da subscrição de um adicional de USD 20.000.000 em 2014, o capital não pode ser reduzida abaixo de USD 40.000.000.
- Será estabelecida uma conta de reserva geral para deter a diferença entre dez por cento da quantia agregada dos totais activos financeiros do Banco.
- O capital do Banco não poderá servir de garantia nem ser penhorado.

Não houve nenhuma mudança material na administração do capital do Banco durante o período.

A afectação de capital entre operações e actividades específicas é, em larga medida, ditada pela necessidade para prover liquidez aos sistemas financeiro e económico de Timor-Leste. No mesmo sentido, uma proporção significativa de capital é afectada à manutenção de montantes físicos de moeda corrente em Timor-Leste, os quais não ganham nenhum juro, e em contas à ordem em bancos correspondentes.

## 5. Decisões críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco

Decisões contabilísticas críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco incluíram as seguintes:

Embora o Art.º 39 da Lei Orgânica do BCTL (Lei 5/2011) estabeleça que o Banco é autorizado a abrir e manter trust accounts nos seus livros desde que os respectivos activos e passivos sejam separados dos activos e passivos do Banco, a administração deste, tendo solicitado conselho sobre o estabelecido na Lei do Fundo Petrolífero e nas IFRS, determinou que as responsabilidades e activos do Fundo Petrolífero geridos e registados em nome do Banco não devem, para efeitos de reporte, ser apresentados no balanço do Banco.

## 6. Segmentação da informação reportada

A função primária do Banco é agir como o banco central de uma área geográfica específica: Timor-Leste. O capital do Banco não é comercializado publicamente e não há nenhuma intenção que o venha a ser. Assim sendo, ao BCTL não é exigida a apresentação de informação segmentada.

## 7. Dinheiro e seus equivalentes

Mil USD	2014	2013
Dinheiro	60.157	27.546
Depósitos em bancos centrais	96.209	315.760
Bancos no país	71.309	72.429
Bancos-não residentes	50.530	50.515
<b>Total</b>	<b>278.205</b>	<b>466.250</b>

## 8. Títulos negociáveis

Mil USD	2014	2013
Títulos do Tesouro dos Estados Unidos	-	49.990
Títulos do Tesouro dos Estados Unidos	93.210	231.013
<b>Total</b>	<b>93.210</b>	<b>281.003</b>

## 9. Activos e responsabilidades financeiras

O quadro abaixo apresenta a classificação que o BCTL atribui a cada classe de activos e de responsabilidades, identificando a natureza e montantes dos activos e responsabilidades financeiras, com os seus valores estimados de mercado (excluindo os juros adicionados).

2014 Mil USD	Negociável	Dinheiro e depósitos	Custo amortizado	Outros	Total a transitar	Valor de mercado
Dinheiro e depósitos		278.205			278.205	278.205
Títulos negociáveis	93.210				93.210	93.210
Investimentos			26.601		26.602	26.602
Outros activos				3.966	3.966	3.966
<b>Total dos activos</b>	<b>93.210</b>	<b>278.205</b>	<b>26.601</b>	<b>3.966</b>	<b>401.982</b>	<b>401.982</b>
Depósitos do Governo			180.870		180.870	180.870
Outros depósitos			163.298		163.298	163.298
Provisões para transferência				4.493	4.493	4.493
Outras responsabilidades			5.617		5.617	5.617
Moeda emitida			9.824		9.824	9.824
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>359.609</b>	<b>4.493</b>	<b>364.102</b>	<b>364.102</b>

2013 Mil USD	Negociável	Dinheiro e depósitos	Custo amortizado	Outros	Total a transitar	Valor de mercado
Dinheiro e depósitos		466.250			466.250	466.250
Títulos negociáveis	281.003				281.003	281.003
Investimentos			24.529		24.529	24.529
Outros activos				4.288	4.288	4.288
<b>Total dos activos</b>	<b>281.003</b>	<b>466.250</b>	<b>24.529</b>	<b>4.288</b>	<b>776.070</b>	<b>776.070</b>
Depósitos do Governo			633.776		633.776	633.776
Outros depósitos			103.313		103.313	103.313
Provisões para transferência				621	621	621
Outras responsabilidades			12.294		12.294	12.294
Moeda emitida			6.884		6.884	6.884
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>756.267</b>	<b>621</b>	<b>756.888</b>	<b>756.888</b>

## 10. Instituições Financeiras Internacionais

### (A) Fundo Monetário Internacional

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do FMI em 23 de Julho de 2002. O Banco foi designado como o depositário oficial de acordo com o Artigo XIII dos Estatutos do FMI. De acordo com práticas contabilísticas geralmente aceites nos Bancos Centrais, o Banco inscreveu a quota de subscrição de Timor-Leste como um activo no seu balanço mas simultaneamente reconhece os depósitos do Fundo (numerário e títulos) como sua responsabilidade.

Em consequência, os saldos das contas do Fundo (denominadas em Direitos de Saque Especiais-DSE) são como segue

Subscrição da quota do FMI (activo)	DSE	10.800.000
Conta em Numerário do FMI (passivo)	DSE	27.000
Conta de títulos do FMI (passivo)	DSE	10.773.000

A conta de títulos do FMI reflecte o valor de uma Nota Promissória em custódia no BCTL a favor do FMI e pagável pelo Ministério das Finanças da RDTL enquanto agente fiscal do FMI em Timor-Leste. O balanço regista o valor equivalente em USD dos SDR/DSE à taxa de câmbio SDR/USD aplicável.

Milhares dólares E.U.A.	2014	2013
<b>Fundo Monetário Internacional</b>		
IMF Conta nº1	41	32
IMF Conta Nº2	1	2
IMF Conta de Títulos	14.659	12.595
<b>Total</b>	<b>14.702</b>	<b>12.628</b>

### (B) Grupo do Banco Mundial

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro de três instituições que compõem o chamado "Grupo do Banco Mundial" em 23 de Julho de 2002. Ao abrigo das disposições relevantes dos Estatutos destas instituições, o BCTL foi designado como depositária oficial. De acordo com a prática generalizada, o Banco regista os saldos existentes com os membros do Grupo Banco Mundial numa base de responsabilidades líquidas. Os montantes subscritos denominam-se em dólares dos Estados Unidos e são como segue:

#### *International Bank for Reconstruction and Development*

O Banco regista o saldo do balanço com o IBRD numa base de responsabilidades líquidas.

#### *International Development Association*

Timor-Leste subscreeu USD 349.842, dos quais USD 314.858 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no BCTL.

#### *Multilateral Investment Guarantee Agency*

Timor-Leste subscreeu 50 partes com um valor global de USD 541.000, dos quais USD 54.100 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no Banco.

### (C) Banco Asiático de Desenvolvimento

O Banco regista o saldo do balanço com o BAD numa base de responsabilidades líquidas.

## 11. Propriedade, instalações e equipamento

Mil USD

2014	Terreno e edifícios	Instalações	Equipamento de escritório	Computadores, Veículos etc	Total	
<b>Custo</b>						
Balanco de abertura	889	297	374	600	320	2.480
Aquisições	0	1	443	29	0	473
Balanco em 31 Dez 2013	889	298	817	630	320	2.954
Balanco em 1 Jan 2014	889	298	817	630	320	2.954
Aquisições	33	9	14	217	237	510
Balanco em 31 Dez 2014	923	307	831	846	557	3.463
<b>Depreciação</b>						
Balanco de abertura	510	263	314	545	270	1.901
Ajustamentos dos períodos anteriores	0	0	0	0	0	0
Depreciação no período	45	29	83	53	33	244
<b>Balanco em 31 Dez 2014</b>	<b>555</b>	<b>292</b>	<b>397</b>	<b>598</b>	<b>303</b>	<b>2.145</b>
<b>Montantes a transitar</b>						
Balanco de abertura	379	35	503	85	51	10.53
<b>Balanco em 31 Dez 2014</b>	<b>368</b>	<b>15</b>	<b>434</b>	<b>248</b>	<b>254</b>	<b>1.319</b>
<b>Trabalho em progresso</b>						
Projeto do sistema de pagamentos R-Timor						557
Projeto do sistema da contabilidade FMIS						277
Custo total do TNP						834
<b>Balanco em 31 Dez 2014</b>						<b>2.152</b>

Mil USD

2013	Terreno e edifícios	Instalações	Equipamento de escritório	Computadores, Veículos etc	Total	
<b>Custo</b>						
Balanco de abertura	889	297	374	600	320	2.480
Compras	0	1	443	29	0	473
<b>Balanco em 31 Dez 2013</b>	<b>889</b>	<b>298</b>	<b>817</b>	<b>630</b>	<b>320</b>	<b>2.954</b>
<b>Depreciação</b>						
Balanco de abertura	465	234	248	512	242	1.702
Depreciação no período	44	28	66	33	27	199
<b>Balanco em 31 Dez 2013</b>	<b>510</b>	<b>263</b>	<b>314</b>	<b>545</b>	<b>270</b>	<b>1.901</b>
<b>Montantes a transitar</b>						
Balanco de abertura	424	63	125	89	78	779
<b>Balanco em 31 Dez 2013</b>	<b>379</b>	<b>35</b>	<b>503</b>	<b>84</b>	<b>51</b>	<b>1.052</b>
<b>Trabalho em progresso</b>						
<b>Balanco em 31 Dez 2013</b>						<b>1.052</b>

Devido à inexistência de um sistema de registo de propriedade em Timor-Leste e de um mercado imobiliário no qual seja possível estabelecer, graças aos preços no mercado, o valor de estabelecimentos comerciais e outros tipos de propriedade, o Conselho de Administração do Banco mostrou-se incapaz de estabelecer um valor justo para o terreno e as instalações da sede da instituição. Em resultado, o custo original da terra e dos edifícios foi considerado nulo, não tendo sido posteriormente feita qualquer avaliação dos mesmos.

Na data do balanço não havia prejuízos a registar.

## 12. Outros activos

Outros activos compreendem os seguintes:

Mil USD	2014	2013
<b>Outros Activos</b>		
Contas a receber	3.301	3.689
Juros a receber	170	343
Adiantamentos	4	2
Depósitos de segurança	4	4
Pré-pagamentos	153	15
Existências	334	235
<b>Total</b>	<b>3.966</b>	<b>4.288</b>

As existências compreendem o custo de moedas de centavos ainda não emitidas mas existentes nos cofres do Banco Central. À data do balanço não havia a registar quaisquer prejuízos nestes activos.

## 13. Depósitos do Governo

Mil USD	2014	2013
Fundo consolidado (OGE)	158.548	352.965
Fundo de Infraestruturas	19.908	277.586
Fundo de desenv. do capital humano	2.414	3.225
<b>Total</b>	<b>180.870</b>	<b>633.776</b>

## 14. Outros depósitos

Mil USD	2014	2013
Instituições financeiras nacionais	136.696	78.784
Instituições financeiras internacionais (líquido)	26.702	12.628
<b>Total</b>	<b>163.398</b>	<b>91.412</b>

## 15. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste

O Artº 9 da Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste, Lei nº 5/2011, determina que o lucro líquido do Banco, depois das deduções estatutárias para a Conta de Reserva Geral e a Conta de Reserva Adicional, seja transferido para o Governo de Timor-Leste.

Uma quantia equivalente a 50 por cento dos lucros deverá ser debitada à conta de reserva geral até que o capital autorizado e as reservas gerais equivalem a 10 por cento do total de activos financeiros do Banco, a transferência para o Governo será feita como segue:

Mil USD	2014	2013
<b>Transferência para o Governo</b>		
Balanço da Conta Geral de Reserva	205	-
Lucro líquido do ano terminado em 31 Dez 14	4.287	411
Transferência para/da Reserva Geral	-	-205
<b>Total Transferência para o Governo</b>	<b>4.493</b>	<b>206</b>

## 16. Outras responsabilidades

Mil USD	2014	2013
<b>Outras responsabilidades</b>		
Outras contas pagáveis	3.470	3.906
Impostos retidos a pagar	157	63
Provisão para a conta de serviço prolongado	226	189
Letras de crédito	1.249	8.125
Contas operacionais	516	11
<b>Total</b>	<b>5.618</b>	<b>12.294</b>

## 17. Direitos de Saque Especiais

Este item refere-se à responsabilidade em relação à parte de Timor-Leste dos Direitos de Saque Especiais (Special Drawing Rights) no Fundo Monetário Internacional de 7.727.908 DSE. A responsabilidade montava a 11.800.532 USD à data de 31 de Dezembro de 2014 utilizando a taxa de câmbio do USD em relação aos DSE. O montante é um passivo de longo prazo da Autoridade.

Mil USD	2014	2013
<b>Responsabilidade de longo prazo</b>		
Conta de depósito de DSE do FMI	11.801	11.901
<b>Total</b>	<b>11.801</b>	<b>11.901</b>

## 18. Capital e reservas

O capital do Banco é de 40.000.000 USD (2013 - 20.000.000 USD).

As seguintes reservas são estabelecidas pelo artigo 10.1 da lei do Banco Central:

- Uma quantia equivalente a 50 por cento dos ganhos é creditada na conta de reserva geral, até que o capital e a reserva geral representem 10 por cento do total de activos financeiros do Banco;
- Uma parte dos ganhos restantes pode, sob proposta do Conselho de Administração, aprovada pelo Governo, ser creditada nas contas de reserva especiais estabelecidas nos termos do n.º 4 do artigo 8.º, até que as contas de reserva atinjam um montante que o Conselho de Administração considere adequado;
- Depois de deduzidas as quantias referidas nas alíneas a) e b), os lucros restantes são utilizados para amortizar os títulos emitidos pelo Banco, sendo o remanescente transferido para o Tesouro e inscrito como receita no Orçamento Geral do Estado.

Além disso, é estabelecida a reserva seguinte como consequência da detenção de activos reconhecidos nas contas do BCTL como susceptíveis de serem negociados:

- Uma Reserva de Valor que retenha as alterações líquidas acumuladas no valor estimado de mercado de investimentos susceptíveis de serem comercializados até que eles deixem de constar dos activos da instituição ou apresentem prejuízo.

## 19. Responsabilidades contingentes

Em 31 de Dezembro de 2014 não havia responsabilidades contingentes.

## 20. Rendimento líquido sob a forma de juros

Mil USD	2014	2013
<b>Rendimento de juros de ativos financeiros</b>		
Juros de depósitos em outros bancos centrais	63	128
Juros de investimentos negociáveis	450	914
Juros de depósitos em bancos no país	1.983	1.363
<b>Total do rendimento em juros</b>	<b>2.496</b>	<b>2.405</b>
<b>Juros pagos às responsabilidades financeiras</b>		
Juros pagos aos depósitos do Governo	51	228
Juros pagos aos depósitos de bancos comerciais	2	2
<b>Total das despesas em juros</b>	<b>53</b>	<b>230</b>

## 21. Rendimentos de Taxas e de Comissões cobradas

Mil USD	2014	2013
<b>Taxas e de Comissões</b>		
Taxas por levantamento de notas/moedas	12	20
Taxas de licenciamento e supervisão	54	55
Taxas de gestão da conta do Governo	500	500
<b>Total das taxas e comissões</b>	<b>565</b>	<b>576</b>

## 22. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero

Em conformidade com as disposições da Lei do Fundo Petrolífero no 9/2005, o Banco tem o direito de cobrar uma taxa de administração para a gestão operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste que representa razoavelmente o custo de gestão do Fundo Petrolífero. O saldo do Fundo Petrolífero em 31 de dezembro 2014 (não auditado) foi de 16, 539 milhões USD.

Ministério das Finanças aceitou para cobrir a taxa de administração interna de 4 pontos base numa base anual. A taxa de administração representou 10,0 pontos base ou 16.451 mil USD (2013 - 7,0 pontos base) medidos em relação ao saldo médio dos fundos administrados durante o ano. A taxa de administração para os serviços de custódia, gestores externos e Comité Assessoria para o Investimento estão diretamente deduzido do fundo com o custo total de 12,305 mil USD ou 75% do custo total. Taxa de administração para a gestão operacional interna do fundo foi 3,116 mil USD ou 19% do custo. Desse modo, a taxa de administração de 14.922 mil USD foi cobrar diretamente a conta de ganhos e perdas e 499 mil USD, foi a compensação de acréscimo de despesas.

Mil USD	2014	2013
Salário, capacitação e outros profissionais relacionados com os custos	857	438
Serviços de IT, sistemas e dados	402	2.601
Research, consultoria e honorários advocatícios	928	113
Outros custos	5	3
Allocated common costs BCTL	924	628
Taxas de Base para serviços de custódia e de contabilidade	3.476	477
Taxas de Base para gestores externos	8.562	2.781
Os custos de consultoria de investimento	267	158
Compensação de acréscimo	(499)	(132)
<b>Total taxa de administração</b>	<b>14.922</b>	<b>8.466</b>

## 23. Despesas com o pessoal

Mil USD	2014	2013
<b>Despesas com o pessoal</b>		
Salários e outras remunerações equivalentes	881	849
Pagamentos para o bem-estar dos funcionários	69	70
Despesas com a formação do pessoal	170	170
Representação em conferências e similares	389	252
<b>Total das despesas com o pessoal</b>	<b>1.509</b>	<b>1.341</b>

## 24. Despesas de administração

Mil USD	2014	2013
<b>Despesas de administração</b>		
Despesas de manutenção dos activos	42	30
Comunicações	69	29
Sistemas de Informação	388	90
Seguros	0	0
Despesas gerais	160	0
Despesas de expediente	188	120
Comissões a profissionais	956	913
Outros despesas de administração	145	159
<b>Total das despesas de administração</b>	<b>1.947</b>	<b>1.341</b>

## 25. Fundo Petrolífero de Timor-Leste

O Banco é responsável pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste conforme a Lei 12/2011 sobre o Fundo Petrolífero de Timor-Leste e um Acordo de Administração Operacional assinados entre o Banco e o Ministério das Finanças.

No quadro desses arranjos legislativos, o Banco estabeleceu os seguintes mecanismos para a realização da referida administração:

1. Foi aberta pelo Banco, em seu próprio nome e no Banco de Reserva Federal de Nova Iorque, uma conta destinada especificamente e apenas a receber todos os pagamentos de outros relativos a receitas de petróleo.
2. Os investimentos do Fundo Petrolífero e os acordos de custódia com eles relacionados são efectuados em nome do Banco.
3. O BCTL não é responsável por perdas que surjam das operações do Fundo Petrolífero a não ser que tais perdas surjam de negligência do Banco ou dos seus empregados.

Tomando em consideração as normas estabelecidas pelos padrões internacionais de contabilidade, os activos e passivos do Fundo Petrolífero não são incluídos no balanço do Banco.

Os activos e passivos do Fundo Petrolífero a 31 de Dezembro de 2014 eram como segue:

Mil USD	2014	2013
<b>Activos do Fundo Petrolífero</b>		
Dinheiro e depósitos	66.842	70.190
Outros valores recebíveis	55.197	47.851
Activos financeiros ao valor de mercado	16.432.458	14.869.088
MENOS: títulos com compra pendente	(15.309)	(35.030)
<b>Total dos activos</b>	<b>16.539.189</b>	<b>14.952.099</b>
<b>Capital</b>	<b>16.539.189</b>	<b>14.952.099</b>

## 26. Transacções com partes com relações com a Autoridade

Nota: Balancete do FP não é auditado

### Controlador em última instância

O capital do Banco é detido pela República Democrática de Timor-Leste e não inclui outros direitos de voto ou controlo que não os desta. O Banco encontra-se legalmente estabelecida como entidade pública distinta e autónoma, dotada de autonomia administrativa e financeira e de patrimónia própria. O Artº 3.2 da Lei 5/2011 sobre o Banco Central dá a este completa autonomia legal, operacional, administrativa e financeira relativamente a qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo o Governo e quaisquer das suas agências e órgãos ou entidades subsidiárias.

### Conselho de Administração

Havia três membros do Conselho de Administração que estavam o pessoal de gestão executiva, cujas remunerações são divulgadas abaixo.

Mil USD	2014	2013
<b>Compensação do membro de conselho executivo</b>		
Compensação do membro de conselho	228	256
<b>Total</b>	<b>228</b>	<b>256</b>

### Membros do conselho não-executivo

Houve uma membros do Conselho de Administração que não foi uma das pessoas-chave de gestão, cuja remuneração é divulgado abaixo.

Mil USD	2014	2013
Compensação do membro de conselho não-executivo		
Subsídio da presença	7	-
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>-</b>

### Pessoal de topo da Administração

A administração do Banco é exercida por um Comité de Gestão que inclui o três membros de categoria mais elevada do pessoal.

Mil USD	2014	2013
Remunerações da Administração		
Benefícios de curto prazo (remunerações)	60	60
Benefícios de longo prazo	3	3
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>63</b>

### Entidades relacionadas com o Governo da RDTL

O Banco presta serviços bancários numa base de íntima relação ao Ministério das Finanças e a outras entidades públicas que estão isentas dos requisitos de informação do parágrafo 18 da IAS 24 "Informação sobre entidades relacionadas" relativamente às transações com elas e os balanços resultantes, incluindo compromissos assumidos. A natureza e quantidade de cada transação individualmente significativas com entidades governamentais relacionadas são divulgadas em Notas 13,15,22 e 25.

## 27. Autorização de publicação da Declarações Financeiras

Estas declarações financeiras foram autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste em 27 de Abril de 2015

## Relatório Dos Auditores Independentes



### INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE GOVERNING BOARD OF BANCO CENTRAL DE TIMOR – LESTE

#### Report on the financial report

We have audited the accompanying financial report of Banco Central de Timor – Leste (the "Bank"), which comprises the statements of financial position as at 31 December 2014, and the statements of comprehensive income, statements of changes in equity and statements of cash flows for the year ended on that date, Notes 1 to 27 comprising a summary of significant accounting policies and other explanatory information.

#### Governors' responsibility for the financial report

The Governors of the Bank are responsible for the preparation of the financial report that gives a true and fair view in accordance with the International Financial Reporting Standards and the Central Bank Law No. 5 / 2011 and for such internal control as the Governors determine necessary to enable the preparation of a financial report that is free from material misstatement, whether due to fraud or error.

#### Auditor's responsibility

Our responsibility is to express an opinion on the financial report based on our audit. We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing. These auditing standards require that we comply with relevant ethical requirements relating to audit engagements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance whether the financial report is free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial report. The procedures selected depend on the auditor's judgement, including the assessment of the risks of material misstatement of the financial report, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the Bank's preparation of the financial report that gives a true and fair view in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Bank's internal control. An audit also includes evaluating the appropriateness of the accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates made by the Governors, as well as evaluating the overall presentation of the financial report.

We performed the procedures to assess whether in all material respects the financial report presents fairly, in accordance with the International Financial Reporting Standards and the Central Bank Law No. 5 / 2011, a true and fair view which is consistent with our understanding of the Bank's financial position, and of its performance.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

#### Independence

In conducting our audit, we have complied with the independence requirements of the Accounting Professional and Ethical Standards Board.

#### Auditor's opinion

In our opinion the financial report of Banco Central de Timor – Leste (the "Bank") is in accordance with the requirements of the Central Bank Law No. 5/2011, including:

- giving a true and fair view of the Bank's financial position as at 31 December 2014 and of its performance for the year ended on that date; and
- complying with International Financial Reporting Standards to the extent described in Note 2 and the Central Bank Law No. 5/2011.

KPMG

Clive Garland

Partner

Darwin

27 April 2015

KPMG, an Australian partnership and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity. Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.



Banco Central de Timor-Leste  
Avenida Bispo Medeiros  
P.O.BOX 59 - Dili, Timor-Leste  
+670 331 371 2  
[info@bancocentral.tl](mailto:info@bancocentral.tl)  
[www.bancocentral.tl](http://www.bancocentral.tl)